

**SUELLEN IRENE PEREIRA PIERRI**

**CONTANDO HISTÓRIAS: O CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL DA  
UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**2011**

**SUELLEN IRENE PEREIRA PIERRI**

**CONTANDO HISTÓRIAS: O CENTRO DE CONVIVÊNCIA INFANTIL DA  
UNICAMP**

Trabalho de Conclusão de Curso sob orientação da Professora Doutora Agueda Bernardete Bittencourt, apresentado como exigência para obtenção de diploma de graduação no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Campinas

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP  
GILDENIR CAROLINO DANTOS – CRB-8ª/5447

P615c Pierri, Suellen Irene Pereira, 1983-  
Contando histórias: o Centro de Convivência Infantil da  
UNICAMP / Suellen Irene Pereira Pierri. – Campinas, SP:  
[s.n.], 2011.

Orientador: Agueda Bernardete Bittencourt.  
Coorientador: Ana Luiza Bustamante Smolka.  
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –  
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de  
Educação.

1. Crianças. 2. Educação infantil. 3. Creches. I.  
Bittencourt, Agueda Bernardete. II. Smolka, Ana Luiza  
Bustamante. III. Universidade Estadual de Campinas.  
Faculdade de Educação. IV. Título.

11-208-BFE

## AGRADECIMENTOS

À minha querida mamãe Paula (em memória), a quem devo tudo que tenho, o que sou e o que ainda serei e que, no dia 14 de agosto de 2010, de um sono profundo não mais acordou;

À minha orientadora, a professora Agueda Bernardete Bittencourt, que acreditou no meu projeto, me ensinou a escrever e, pacientemente, a fazer pesquisa;

Ao meu marido Tiago Leonardo M. Tomazi (o professor Sumaré) - o amor da minha vida - que sempre encontrou tempo para me ouvir, discutir comigo e me incentivar;

Ao meu irmão Junior, que enfrentou comigo a dificuldade de perder a mamãe e me ajudou no que pôde;

À professora Ana Luiza Bustamante Smolka, por esclarecer todas as minhas dúvidas com simpatia e aceitar ser minha segunda leitora;

Aos professores Luiz Antonio Teixeira Vasconcelos e Newton Antônio Paciulli Bryan, por aceitarem me receber e me conceder as entrevistas;

À minha amiga Rosemary S. Barbosa, que me apoiou nos difíceis momentos que passei durante minha formação;

À pedagoga Maria Aparecida Silva Zanini, que tanto me ajudou na pesquisa e me incentivou a continuar na minha profissão, melhorando sempre;

À Telma Maria Murari, funcionária do Sistema de Arquivos da UNICAMP (Siarq), pela ajuda e simpatia que sempre demonstrou.

## ÍNDICE

1. Introdução .....	06
2. Capítulo I: Uma moderna universidade no interior paulista .....	14
3. Capítulo II: Um médico na reitoria: o Projeto Saúde da Mulher e as creches na Unicamp .....	38
4. Capítulo III: Lugar de brincar na universidade .....	46
5. Capítulo IV: Surgem os Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo .....	68
6. Capítulo V: Assistência e educação à criança pequena: debates e disputas .....	72
7. Conclusão .....	82
8. Bibliografia .....	85
9. Anexo .....	97

## **1. Introdução**

Trabalho como professora de educação infantil do Centro de Convivência Infantil (CECI) da UNICAMP desde junho de 2005. Esta instituição atende filhos e dependentes legais de funcionários administrativos, docentes e alunos da universidade.

Atualmente, a creche da UNICAMP é composta de um prédio para o berçário que atende as crianças de zero a, aproximadamente, 1 ano e meio de idade, que se situa na Rua Monteiro Lobato, nº 50, com quatro módulos totalizando 800 metros quadrados, e um outro prédio, situado na Rua Carlos Chagas, nº 301, que atende crianças no maternal e pré-escola, respectivamente, de 1 ano e meio a 3 anos e meio e, de 3 anos e meio a 5 anos e 11 meses. As crianças em idade pré-escolar (entre 4 e 6 anos), até 2009, eram atendidas pela prefeitura de Campinas, no mesmo prédio, a partir de um convênio feito entre a universidade e a prefeitura no ano de 1987, desfeito no final de 2009, e, desde então, o CECI passou a responsabilizar-se pela educação das crianças de zero a cinco anos e onze meses.

Cabe acrescentar que a UNICAMP, atualmente, conta ainda com a CAS - Creche da Área da Saúde, que funciona com horários diferenciados e recebe somente filhos de funcionários da área médica que trabalham por turnos no hospital e fazem plantão em finais de semana e feriados, e o PRODECAD - Programa de Desenvolvimento da Criança e do Adolescente, caracterizado como educação não-formal, que atende crianças entre 5 anos e onze meses e 14 anos. São crianças atendidas em meio período, e que estudam durante o outro período na Escola Estadual de Ensino Fundamental "Físico Sérgio Pereira Porto", que se situa dentro do campus. Esta escola atende, além dos filhos e dependentes de funcionários, professores e estudantes da UNICAMP, também crianças das proximidades, quando há vagas, já que é um colégio estadual que segue as normas estabelecidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Esta escola foi criada a partir de um convênio (protocolo de cooperação técnica) entre a UNICAMP e a Secretaria Estadual de Educação assinado em 11/01/1990 (Dec. 31.385 D.O. 12/04/1990).

Desde que comecei a fazer parte da equipe de trabalho do CECI, me sentia incomodada com algumas atitudes tomadas pela direção em vários aspectos: no atendimento à criança, à disposição dos móveis nos módulos, ao tratamento direcionado aos pais/mães e professoras; além disso, eu não compreendia o porquê de esta instituição, que conta com grande proximidade da Faculdade de Educação e se situa em uma das melhores universidades públicas da América Latina que, por sua vez, mantém na sua pauta científica pesquisas na área educacional ter, no posto de direção, uma profissional com formação na área de enfermagem em lugar de uma educadora.

Minhas colegas de trabalho foram me contando como funcionava a creche. De início, trabalhei no maternal I, em uma turma com catorze crianças de cerca de dois anos de idade, trabalhávamos em dupla e as duas éramos formadas em magistério. As professoras me diziam que deveríamos deixar o ambiente sempre limpo e seco, havia panos limpos em todos os módulos, além disso, sempre deveríamos lavar os brinquedos pois as crianças os colocavam na boca. Nos quartos, não podíamos pendurar pinturas feitas pelas crianças ou ter prateleiras com brinquedos pois, de acordo com elas "representavam poluição visual" e, desta forma, as crianças poderiam "dormir assustadas ou, como consequência, não dormir", perguntei de quem eram essas exigências, e soube que vinham da equipe de enfermagem, que "mandava na creche, em especial, a diretora " (L. 50a)<sup>1</sup>.

Também percebi que as salas onde as crianças dormiam - já que o CECI funciona em período integral, das 8:30 às 17:30 ou das 7:00 às 16:00 - eram de uma única cor, sem armários, motivos educativos ou materiais que pudessem emitir ruídos; no canto, havia somente os colchões; os brinquedos eram guardados em uma salinha do módulo e trancados à chave, quando precisávamos, nós mesmas os pegávamos, as crianças só tinham contato com os brinquedos que as professoras escolhiam e, quando estas decidiam retirar os brinquedos delas, os trancavam novamente na sala.

A partir disso fui me perguntando o porquê das coisas no CECI funcionarem como funcionam. Em 2007, passei no vestibular da UNICAMP

---

<sup>1</sup> Esta fala foi de uma professora que trabalhava em outro módulo na época e que me ajudou a entender o funcionamento da instituição. Ela prefere não ser identificada, assim como outras que deram depoimentos, elas são identificadas apenas com alguma inicial de seus nomes e idade na época.

para o curso de pedagogia e me aprofundei nos estudos, especialmente nos referentes à educação infantil. Muito do que eu aprendia no curso, levava para a creche, e isso também era feito por outras professoras. Em conversas, falávamos sobre a dificuldade de trabalharmos em um ambiente no qual importava mais as questões de higiene e saúde do que de educação. Além disso, professoras que já trabalhavam no CECI há muito tempo, comentavam que muitas coisas haviam mudado desde a inauguração da creche em 1982 e que, com a entrada de professoras novas, com mais formação, o atendimento à criança pequena no CECI só tinha a melhorar.

Em 2009, comecei a pensar sobre o assunto que iria abordar no meu trabalho de conclusão de curso na faculdade, deveria ser sobre algo que me interessasse e respondesse a indagações pessoais, pensei na creche e tive a idéia de falar sobre esta instituição; entender seu projeto, sua história e a permanência destes no presente da creche.

### **1.1. Fontes e referencias teóricos**

Assim, a pesquisa busca compreender como se construiu, no CECI, as relações entre o atendimento médico-higienista, com preceitos hospitalares de cuidado e assistência, e o papel da Faculdade de Educação e do Hospital da UNICAMP no caminho percorrido por esta instituição.

De início foi necessário buscar os documentos que tratavam da discussão em torno do processo de criação e implementação da creche, o Siarq - Sistema de Arquivos da UNICAMP foi de extrema importância, já que lá se encontra o processo 3384/75, um registro de todos os trâmites pelos quais passou o CECI, desde a primeira discussão sobre a importância da criação de uma creche no campus, até sua efetiva construção e funcionamento. Encontrase aí também uma vasta documentação composta de doações. A autora da tese de mestrado defendida em 1997 na Faculdade de Educação da UNICAMP "A Creche no Trabalho, o Trabalho na Creche", Magali Reis, doou ao Siarq grande parte do acervo de documentos que utilizou para seu trabalho, deste acervo constam relatórios de organização e funcionamento da creche, leis e decretos referentes ao Centro de Convivência Infantil - UNICAMP e ao



programa Centro de Convivência Infantil do Estado de São Paulo, notícias de jornal, fotos da inauguração da creche, pautas das comissões de mães, depoimentos, enfim, foi um acervo muito grande com informações importantes das quais utilizei - com os devidos créditos - no decorrer da pesquisa. E a tese da autora contém informações importantes sobre a creche.

Outro trabalho muito interessante sobre a criação de creches nas universidades públicas foi a tese de mestrado de Sueli Palmen "A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: UNICAMP, USP, UNESP", defendida em 2005, que, além de informações novas sobre o processo de criação do CECI - UNICAMP, e das creches em outras universidades públicas, contém entrevistas inéditas sobre o tema com o professor José Aristodemo Pinotti e Lucila Moreira Sandoval, na época diretora do CECI. Estas entrevistas seriam impossíveis de serem feitas por mim, já que o professor Pinotti faleceu em julho de 2009 e, em outubro do mesmo ano, a enfermeira Lucila se aposentou, e não consegui informações para contato. O conteúdo destas entrevistas foram importantes para explicitar o ideário dos protagonistas da creche.

Além destes documentos e entrevistas, o livro "O Mandarim" de Eustáquio Gomes (2006), foi de suma importância para compreender as primeiras décadas da história da UNICAMP, em especial no que diz respeito à história política da universidade, que passou momentos conturbados em fins da década de 70, início da década de 80, com os movimentos sociais acontecendo em todo o país e também dentro das universidades públicas.

Sobre o tema do aleitamento materno, de suma importância para o sucesso da pesquisa, busquei, entre outros, autores que atuavam dentro da UNICAMP na época, para demonstrar a forte relação da universidade com o tema, como o próprio professor José Aristodemo Pinotti e a professora Ellen Hardy, que estiveram diretamente ligados à criação e organização da creche e o professor José Martins Filho (1984, 1985), pediatra, da faculdade de Ciências Médicas que, posteriormente, entre 1994 e 1998, foi reitor da UNICAMP, somando mais um médico à reitoria.

As legislações trabalhistas e as relacionadas à educação infantil ganham espaço na discussão das políticas públicas relacionadas ao trabalho da mulher e à educação da criança pequena, além disso, projetos de lei e decretos sobre

os Centros de Convivência Infantil - do programa do Estado de São Paulo e, especificamente, o da UNICAMP - são igualmente importantes para entender, legal e politicamente, os caminhos que estas instituições estavam seguindo.

Textos que tratam da educação infantil, o trabalho da mulher, o papel da luta sindical, o movimento feminista e outros movimentos sociais ligados ao assunto creche, políticas públicas, higienização, formação do professor, fazem também parte da bibliografia deste estudo, pois eles foram importantes para explicar a trajetória do atendimento à criança pequena em instituições no Brasil e as mudanças na concepção de mulher, família, criança e professor em torno destas instituições. Sobre isso, podemos citar autores como a professora doutora Ana Lúcia Goulart de Faria (2000, 2005), Moisés Kuhlmann Jr. (2001, 2000), Fúlvia Rosemberg (1984, 1989), Heloísa Pimenta (2003), Maria Malta Campos (1992), Walber Carrilho da Costa (2010), Rita Munerato (2001), entre outros.

## **1.2. Fontes Orais**

Durante o processo de escrita do trabalho, foram surgindo muitas dúvidas e informações novas referentes à creche, sendo assim, foi necessário conversar com pessoas que estiveram presentes na universidade durante o período - fins da década de 70 e início da década de 80 - ligadas ou não à creche, que poderiam esclarecer fatos e situações relevantes para responder às questões do estudo.

Sobre a situação política da UNICAMP nas décadas de 1970 e 1980 e sobre, o processo de "Intervenção", procurei o Professor Doutor Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, que atualmente é docente do Instituto de Economia da UNICAMP. Ele abordou a escolha do reitor José Aristodemo Pinotti e o funcionamento da política na universidade à época.

Em determinado momento do trabalho, foi importante falar sobre a educação infantil em Campinas e como se deu a mudança das instituições de educação infantil da cidade, que antes ficavam a cargo da Secretaria de Assistência Social e depois passaram para a Secretaria de Educação. O Professor Doutor Newton Antônio Paciulli Bryan, do Grupo de Pesquisa LAPPLANE - Laboratório de Políticas Públicas e Planejamento Educacional da

Faculdade de Educação da UNICAMP, foi Secretário de Educação de Campinas na época em que houve a referida mudança. Solicitei uma entrevista, ele aceitou e me relatou com detalhes o processo de passagem das creches da Secretaria de Promoção Social para a Educação.

Mais especificamente no que se refere ao CECI, tomei o depoimento de Maria Aparecida Silva Zanini, a primeira pedagoga da creche, que trabalhou desde 1983, com as crianças maiores de um ano de idade. A entrevista com ela foi muito importante, pois, através de suas memórias, foi possível entender os primeiros passos da creche e responder a muitas indagações pessoais.

A partir desta pedagoga cheguei ao nome da Professora Doutora Ana Luiza Bustamante Smolka, que deu consultoria pedagógica à instituição desde o início, até o final da década de 80, além de participar de programas de formação e lidar com o programa de estágio das alunas da Faculdade de Educação na creche. A entrevista com ela esclareceu como se deu o início do caminho educacional trilhado pelo CECI.

Conversei ainda com uma professora, que trabalhou na creche por mais de 20 anos, como ela trabalhou tanto no prédio do maternal como no berçário, pôde contar sobre o trabalho nos dois locais, abordando as diferenças no atendimento e na formação dos profissionais e sobre as mudanças nas exigências no que se refere ao atendimento destinado às crianças no decorrer dos anos.

### **1.3. Estrutura da monografia**

A pesquisa está estruturada em cinco capítulos. O primeiro capítulo - Uma moderna universidade no interior paulista - conta um pouco da história da Universidade Estadual de Campinas, desde o início dos debates acerca da necessidade de sua construção no interior do Estado de São Paulo, os participantes destes debates, sua organização e efetiva implementação, quem ocupou os altos cargos, como eram escolhidas estas pessoas e no que isto influenciou sua estrutura.

Além disso, também são discutidos momentos importantes que ocorreram na universidade e que marcaram sua história, tais como o processo de intervenção no período autoritário no Brasil, o surgimento de entidades

representativas de docentes, funcionários e estudantes, a criação de um processo de escolha do reitor por parte da comunidade universitária e suas discussões.

O segundo capítulo - Um médico na reitoria: o Projeto Saúde da Mulher e as creches na Unicamp - trata especificamente da gestão do reitor José Aristodemo Pinotti e sua política relacionada à saúde da mulher e aleitamento materno e o atendimento dos bebês em creches.

O terceiro capítulo - Lugar de brincar na universidade - conta, passo a passo, a história da primeira creche implantada para atender filhos e dependentes legais da comunidade universitária, o Centro de Convivência Infantil, e as primeiras discussões acerca de sua organização, criação e efetivo funcionamento. Esta história é contada tanto através da pesquisa em documentos oficiais quanto pela voz de protagonistas na realização deste projeto. Também se discute a influência do Hospital na criação da creche, o papel que a Faculdade de Educação exerceu no seu processo de organização, a importância dos movimentos sociais e sindicais em sua conquista e no que a amamentação, como obrigatoriedade para atendimento no berçário, influenciou na história do atendimento à criança pequena na creche da UNICAMP como um todo.

O quarto capítulo - Surgem os Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo - trata das relações entre o Programa CCI do Estado de São Paulo, criado em 1979, com o Centro de Convivência Infantil da UNICAMP. Neste capítulo estão ainda abordados os movimentos sociais e políticos em torno do estabelecimento da educação infantil.

O quinto capítulo – Assistência e educação à criança pequena: debates e disputas - trata do debate acadêmico e político relacionado ao atendimento à criança pequena: Congressos de educação; conferências; publicações; movimentos sociais em prol da educação da infantil; formação do professor da primeira infância; organizações - governamentais ou não - que vão surgindo e/ou ganhando espaço na sociedade e que discutem a educação infantil; novos autores; o papel do Ministério da Educação e o empenho governamental - ou a falta dele - no surgimento de políticas públicas relacionadas ao atendimento em creches e pré-escolas; etc.

No final, aparecem algumas conclusões a que cheguei com esta

pesquisa e as surpresas que tive durante o percurso.

## **2. Capítulo I**

### **Uma moderna universidade no interior paulista**

A história da Universidade Estadual de Campinas começa em 1946, quando o jornalista Luso Ventura, do jornal Diário do Povo, deflagra campanha pela instalação de uma faculdade de medicina na cidade. A partir disso, a comunidade campinense inicia uma reivindicação em prol da construção de uma instituição pública de ensino superior em Campinas. Em 1948, a criação de uma faculdade pública no interior - sendo que já havia a Universidade de São Paulo na capital desde 1934 – começava a ser colocada no papel, dando continuidade a um projeto do Estado que, desde a criação da USP, se interessava em formar “profissionais destinados ao ensino, indústria e administração pública” (Gomes, 2006, p. 53). Essa necessidade de criar uma universidade em Campinas se afirma graças à expansão do ensino superior no estado de São Paulo, para atender uma demanda de pessoal qualificado e com formação superior, que decorria do processo de industrialização no país.

Em 1955 é criado o Conselho de Entidades de Campinas para defender interesses da cidade, este conselho agregava sociedades de classe, culturais e de serviços para debater e viabilizar soluções relativas a assuntos de interesse coletivo. Uma das primeiras resoluções do Conselho foi a retomada da Campanha Pró-Instalação de uma Faculdade de Medicina em Campinas, porém, ainda não havia viabilidade nem recursos financeiros para a construção da mesma - embora a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) já existisse desde 1951 e houvesse uma política universitária sendo traçada para o Brasil - por conta disso, as discussões e reivindicações acabaram perdendo o fôlego.

Em 1958, o governador Jânio Quadros abriu uma comissão para analisar as condições de quatro cidades – Catanduva, Campinas, Botucatu e São José do Rio Preto – candidatas à instalação de uma faculdade de medicina, e colocou Zeferino Vaz para presidir esta comissão. Zeferino Vaz, na época era diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, e se posicionava contra a instalação de uma faculdade em Campinas por achá-la pequena demais e muito perto da já existente Faculdade de Medicina da USP, defendendo que esta deveria ser sim criada no interior paulista, mas que a rota

deveria ser outra, e entrou em defesa de Botucatu por motivos, em suas palavras, “técnicos, morfológicos e econômicos” (Gomes, 2006, p. 30).

Zeferino Vaz nasceu em São Paulo, no dia 27 de maio de 1908. Graduou-se e doutorou-se em Medicina pela USP, respectivamente em 1931 e 1932. Especializou-se em Parasitologia e Doenças Parasitárias, Biologia Geral e Genética e Zoologia Geral. Foi nomeado por concurso para o cargo de professor catedrático de Zoologia Médica e Parasitologia na Faculdade de Medicina Veterinária da USP, onde exerceu o cargo de diretor de 1936 até 1947. De 1951 a 1964, ele foi diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e, enquanto exercia este cargo, em 1963, foi também secretário de Estado da Saúde Pública e Assistência Social; de 1964 a 1965 foi presidente do Conselho Estadual de Educação do Estado de São Paulo e reitor da Universidade de Brasília. Em 1965 foi designado presidente da Comissão Organizadora da UNICAMP, tendo assumido em 21 de dezembro de 1966 sua reitoria, posto no qual permaneceu até 1978, quando se aposentou compulsoriamente aos 70 anos. Continuou, entretanto, na presidência da Fundação de Desenvolvimento da Unicamp (FUNCAMP) até 1981, quando morreu vítima de problemas coronarianos.

Por não defender os interesses dos campineiros, Zeferino arranhou muita briga, em especial, com o otorrinolaringologista Paulo Mangabeira Albernaz, professor da Escola Paulista de Medicina, que dizia que Zeferino era contra “porque a criação de uma escola médica do mesmo padrão em Campinas viria a, matematicamente, prejudicar a sua, não só porque Campinas é uma capital, como também por ser um dos maiores centros médicos do Brasil” (Idem, ibidem).

Não demorou muito e, em 1960, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC), através de seu presidente Roberto Franco do Amaral retoma a campanha pró-instalação da faculdade juntamente com o Conselho, liderados por Eduardo de Barros Pimentel, Ary de Arruda Veiga e Ruy Rodrigues, sendo uma das grandes responsáveis pela criação da Universidade através da grande pressão que exerceu no governo.

Os discursos dos integrantes da campanha eram enfáticos e revelavam as disputas entre as cidades do interior, o orgulho dos campineiros, o prestígio que uma universidade agrega a uma cidade e região e especialmente a forma

como se conduz a política educacional, científica e tecnológica na cultura brasileira, conforme se pode ver nos trechos de depoimentos de protagonistas no processo de criação da Unicamp:

"A criação da Unicamp foi precedida por uma luta pela criação da Faculdade de Medicina de Campinas e por duas campanhas coordenadas por personalidades ilustres da cidade, mas que não encontraram o eco necessário para ir avante. Houve várias fases. A fase da luta na Assembléia Legislativa para que os deputados também pressionassem. Houve o trabalho junto aos cursinhos de estudantes, que tiveram uma participação interessante. Ajoelhavam-se diante da Assembléia pedindo pra que os deputados encaminhassem a aspiração.

Zeferino Vaz achava que precisava descentralizar o ensino e Campinas já era um centro muito grande, próximo de São Paulo. Ele queria um centro próximo de São Paulo, com menos condições pra ser um núcleo de desenvolvimento. Seria a Faculdade de Botucatu. E chegamos, então, a fazer a planta da Faculdade. Eu falei: "*Cabe direitinho. Vamos instalar*". Mas, orçamento daqui, orçamento dali e tal, não vão dar. Daí ocorreu que a Maternidade estava sendo concluída e então surgiu essa idéia. "*Vamos alugar o primeiro, segundo e terceiro andares para a Faculdade de Medicina*".<sup>2</sup>

"O Luso Ventura através do seu jornal lançou a idéia de uma faculdade para Campinas. E o Rui de Almeida Novais, que era deputado estadual por Campinas, fez uma lei que, se não me engano, era uma lei que falava de uma faculdade de direito e depois transformou... quando o Luso começou a fazer a campanha para a faculdade de direito, ele mudou a lei passando para uma faculdade de medicina. E essa lei estabelecia até quem era o diretor da faculdade de medicina, que era o... Cantídio de Moura Campos O Carvalho Pinto, que era uma figura excepcional, uma das pessoas mais compostas... e vamos dizer, de um trato fino, ele nos recebia muito bem, na hora certa, na hora marcada. E ele nos disse: "*Olha, Dr. Pimentel, não há lógica de nós darmos para Campinas uma faculdade de medicina quando nós temos outras faculdades que cobrem perfeitamente as necessidades educacionais. E é muito mais barato aumentar o número de vagas na Universidade de São Paulo, Sorocaba, em Ribeirão Preto...*" "*Dr. Pimentel, eu vou fazer um negócio com o senhor. Eu não vou lhe dar a faculdade de medicina, mas eu lhe prometo e lhe dou uma faculdade de engenharia*". Eu disse a ele: "*Olha, Dr. governador, eu não estou aqui na qualidade de engenheiro e nem de diretor de indústria. Eu estou aqui como delegado de uma comunidade e a comunidade aspira por uma faculdade de medicina. Então o meu trabalho é para termos uma faculdade de medicina*".

"*Dr. Pimentel, decididamente eu não vou lhe dar uma faculdade de medicina, mas eu lhe dou uma universidade.*" E eu brinquei com ele. Eu disse: "*Olha, governador, eu não reclamo. Quem pede menos e recebe mais, não tem porque reclamar*"<sup>3</sup>

"Eu conhecia muito o pessoal do *Correio Popular* e também do *Diário do Povo*: Mário Erbolato, o Luso Ventura. Eu datilografei a ata da

---

<sup>2</sup> Trechos do depoimento de Roberto Franco do Amaral, concedido ao Arquivo Central da Unicamp em 21 de agosto de 1996

<sup>3</sup> Trechos do depoimento *Eduardo Barros Pimentel*, concedido ao Arquivo Central da Unicamp em 29 de setembro de 1996



primeira reunião e fui entregar pessoalmente ao Luso Ventura, jornalista e redator. Então ele me disse: "Ary, você acredita mesmo que desta vez sai a Faculdade de Medicina?" Eu falei: "Ah! Não há dúvida nenhuma". Ele falou: "Porque eu, como jornalista de Campinas, já venho lutando há mais de doze anos por isso." Eu respondi: "Mas olha Luso, pelo que eu assisti lá naquela reunião, a vontade é enorme. "Eu acho que, sem dúvida nenhuma, vai sair com certeza." Utilizavam-se das rádios de Campinas, de São Paulo e até da televisão, através de representantes ilustres, demonstrando a necessidade de novas faculdades de ensino e de pesquisa para Campinas, principalmente medicina. A instituição de grupos de trabalho, achei que foi uma coisa excelente. Os grupos de trabalho iam até as estações de rádio. Todo mundo se movimentava. E eu, nas minhas cartas, eu mandava e pedia para a pessoa se manifestar junto ao governador Carvalho Pinto e pedia para eles mandarem uma cópia para mim. Alguns mandaram"<sup>4</sup>

A partir da leitura destes trechos, pode-se ter a noção das personalidades que defendiam a instalação de uma faculdade de medicina, por exemplo, Roberto Franco do Amaral era presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas – como citado anteriormente - Ary de Arruda Veiga é agrônomo e um dos fundadores do Instituto de Agronomia de Campinas (IAC), Eduardo de Barros Pimentel é engenheiro – por isso no trecho transcrito acima, o governador diz a ele que dará uma faculdade de engenharia, tentando assim deixá-lo contente e mudar o foco da conversa - e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), ou seja, apesar de ter a importante figura de Zeferino Vaz contra a instalação da faculdade em Campinas, a luta pela sua criação e instalação era defendida por pessoas de renome na cidade.

E os campineiros estavam dispostos a continuar a luta com Zeferino contra ou a favor e continuaram com uma campanha ainda mais ofensiva. Durante meses enviaram para o governador e parlamentares, telegramas, cartas, ofícios, memorandos, todos em prol da instalação da faculdade de medicina. Até que em dezembro de 1961, o então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, nomeou um novo grupo de trabalho para "estudar a criação de um grupo universitário em Campinas" (Gomes, 2006, p. 35), destituiu Zeferino da presidência da comissão e colocou o reitor da USP Antônio Barros de Uihôa Cintra.

Esta comissão, que deveria realizar o mais rápido possível sua avaliação, já que o mandato de Carvalho Pinto estava para terminar, deu um parecer favorável à criação da Universidade em Campinas, alegando que a

---

<sup>4</sup> Trechos do depoimento de Ary de Arruda Veiga, concedido ao Arquivo Central da Unicamp em 7 de outubro de 1996

cidade “estava madura demais para deixar de ser atendida.” (idem, ibidem)

No final de seu mandato, em 28 de dezembro de 1962, o governador Carvalho Pinto enviou à Assembléia Legislativa um projeto de lei criando a Universidade Estadual de Campinas, lei nº 7655/1962.

Lei 7655/62 | Lei nº 7.655, de 28 de dezembro de 1962 de São Paulo. Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1.º - Fica criada a Universidade de Campinas, na qualidade de entidade autárquica, com personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede e foro na cidade de Campinas.

§ 1.º - A Universidade de Campinas gozará de autonomia didática, administrativa, financeira e disciplinar, ficando sob o controle da Secretaria da Fazenda, no que diga respeito a tomada de contas e inspeção da contabilidade.

§ 2.º - A aplicação das verbas do orçamento da Universidade de Campinas será feita pelo seu Reitor, que prestará contas, anualmente, ao Tribunal de Contas do Estado. Governador: Carlos Alberto A. de Carvalho Pinto.

A Faculdade de Medicina foi autorizada a funcionar em 1963, provisoriamente instalada nas dependências da Maternidade de Campinas.

Como se pôde notar, a luta pela criação desta universidade foi, em grande parte, liderada e defendida por médicos, o que fez com que toda a estrutura da universidade fosse montada pensando no aparato da medicina. Um relato de Fausto Castilho, que representava a área de Humanidades na universidade, quando da sua criação, deixa claro a importância deste setor na UNICAMP:

[...]eu era o benjamim e, além de benjamim, portanto, insignificante diante daqueles homens notáveis, era o único representante das Humanidades. E a estrutura que encontramos era totalmente indiferente às Humanidades. Ela cuidava da Medicina e dispunha de algumas unidades complementares que, apesar da denominação moderna, não passavam de órgãos auxiliares para o exercício da atividade de médico”<sup>5</sup>(Gomes, 2006, p. 60)

Por esta razão, os altos cargos dentro da universidade foram, durante décadas, ocupados por médicos, um claro exemplo disso, é a lista de reitores que assumiram o cargo durante toda a história da universidade.

Em 16 de janeiro de 1963, Cantídio de Moura Campos – formado médico em 1912 pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro e diretor da faculdade de medicina da USP entre os anos de 1935 a 1937 - assumiu como reitor *pro tempore*. Durante o período em que permaneceu no cargo, tomou as primeiras medidas para a instalação da Universidade e de sua primeira unidade, a Faculdade de Medicina de Campinas, constituindo os quadros de

---

<sup>5</sup> Ata da Assembléia Universitária Extraordinária de 27 de setembro de 2000

docentes e de funcionários e realizando o primeiro concurso vestibular, para o qual se inscreveram 1.592 candidatos para as 50 vagas existentes. No mês de maio, foi instalada a Faculdade de Medicina, com aula inaugural realizada no dia 20 pelo reitor da USP, professor Antônio Barros de Ulhôa Cintra.

Em 10 de outubro de 1963, assume a reitoria Marcos Degni, também médico - doutorado pela faculdade de medicina da USP em 1937 - ocupando o cargo até 10 de setembro de 1965. Anteriormente, no período de 1953 a 1954, havia sido membro da Comissão Científica da Associação Paulista de Medicina.

Em 1964, foram contratados novos docentes e auxiliares de ensino para a recém-instalada Faculdade de Medicina e realizada a aquisição de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para o desenvolvimento do curso médico. Foram iniciados os primeiros estudos para a instalação da Cidade Universitária, tendo sido doada, para tal, a Fazenda Santa Cândida por Caio Pinto da Fonseca Guimarães, que posteriormente não foi aceita pela Comissão Organizadora da Universidade.

No ano seguinte, Zeferino Vaz reaparece como presidente da Comissão Organizadora da UNICAMP criada pelo decreto nº 45.220 e que, subordinada ao Conselho Estadual de Educação, teve a incumbência de estudar e planejar a gradativa formação de suas unidades. Zeferino convidou para a comissão os professores Paulo Gomes Romeo e Antônio Augusto de Almeida. A Faculdade de Medicina, depois Faculdade de Ciências Médicas (FCM), firmou acordo com a Santa Casa de Misericórdia de Campinas e para lá se transferiu.

O dia que ficou marcado para a fundação da Universidade Estadual de Campinas foi 5 de outubro de 1966, que aconteceu um mês depois de Zeferino se reunir com empresários da região para definir o perfil dos cursos a serem implantados, em 22 de dezembro ele assume a reitoria.

O período de 12 anos em que esteve à frente da universidade foi considerado como o de sua instalação. Seguindo a sua ideologia de que para funcionar, uma universidade precisava primeiro de homens, segundo de homens, terceiro de homens, depois bibliotecas, equipamentos e finalmente edifícios, o professor Zeferino preocupou-se primeiramente com a contratação de pessoas capazes intelectual e com impulso de transmitir conhecimento. Convidou cientistas brasileiros que atuavam nos Estados

Unidos e na Europa e trouxe também professores estrangeiros. Também se dedicou a construir o campus universitário em meio ao canavial que constituía o terreno a ele dedicado e, em 1968, inaugurou o primeiro edifício.

Ao final de sua gestão a Unicamp contava com sete institutos, seis faculdades, dois colégios técnicos e dez unidades de serviço; cursos de graduação, de pós-graduação, de especialização e aperfeiçoamento e de extensão.

A inauguração de vários pavilhões ampliou a estrutura física da Universidade (Cirurgia Experimental, Engenharia, Física, Química, Matemática, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Computação, Codetec, Genética, Biblioteca Central e outros). Deu-se por encerrada a implantação da UNICAMP e, com ela, terminou a administração do reitor e fundador Zeferino Vaz, que se aposentou compulsoriamente aos 70 anos.

Em 17 de abril de 1978, assume a reitoria Plínio Alves de Moraes, homem de confiança de Zeferino Vaz, que havia sido coordenador-geral da universidade e que também era médico, graduado na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

A gestão do professor Plínio Alves de Moraes ocorreu numa época de forte crise política e econômica em que a Unicamp também sofreu suas consequências tendo o Governo de São Paulo decretado intervenção na Universidade em 1981. Porém, foi nessa mesma gestão em que a comunidade universitária passou a manifestar sua opinião nas escolhas para a diretoria dos Institutos e Faculdades. Na gestão anterior, estes cargos eram nomeados pelo reitor.

Além disso, este período marca uma grande “fermentação política”, tanto dentro das universidades, quanto em todo o Brasil. Vários partidos políticos estavam reaparecendo e outros sendo criados – PC, PT, PC do B, PCBR, Ala Vermelha, UPR, PCO, etc – além de também entidades representativas de funcionários, docentes e estudantes estarem ganhando corpo na UNICAMP, como é o caso da ASSUC (Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas), da ADUNICAMP (Associação dos Docentes da UNICAMP) e do DCE – UNICAMP (Diretório Central dos Estudantes).

A ASSUC era uma entidade que representava interesses dos funcionários da UNICAMP, ela foi fundada em 1968 e, por muito tempo, teve

suas cadeiras ocupadas por pessoas de altos cargos na universidade, por exemplo, o Sr. Pêrsio Furquim Rebouças, que foi presidente da ASSUC ao mesmo tempo em que era procurador geral da Unicamp. Ou seja, a mesma pessoa que fazia o assessoramento jurídico e representação judicial da Universidade, era quem dirigia a instituição que tinha como obrigação defender os interesses dos trabalhadores da mesma Universidade. A partir disso, em 1978, alguns funcionários descontentes se reúnem e montam uma chapa de oposição chamada “Luta Sindical”, que, em 30/11/1979, vence a eleição na universidade, porém, em concomitância com ela, a ASSUC também continua a exercer a representação dos trabalhadores, tendo alguns de seus funcionários perseguidos e demitidos pelo governador Maluf em 1981 – como veremos abaixo.

Esta dualidade apenas se encerra em 1992 quando, no II Congresso dos Trabalhadores da UNICAMP, decidiu-se pela extinção da ASSUC, pois estava claro que não era mais possível a existência de duas entidades com a mesma finalidade representativa na Universidade, esta situação desfavorecia os trabalhadores a partir do momento em que dava margem à reitoria para alegar, nos processos movidos contra a UNICAMP, que uma das entidades é ilegítima, por exemplo, se a ASSUC entrava com uma ação, sua legitimidade era contestada, quando o STU entrava com a ação, ele era contestado. Com a extinção de uma delas, os trabalhadores tiveram a chance de ter uma só voz novamente, além disso, o STU se intitulava como uma continuidade da ASSUC, porém com estruturas mais democráticas e com maior amplitude de ação.

A criação de uma chapa de oposição em 79 foi de grande ajuda para os funcionários, posteriormente, durante o processo de intervenção, já que toda a comunidade universitária – excluindo os poucos que estavam sendo beneficiados pelo processo – estava descontente com o caminho para o qual a Universidade estava sendo levada: as demissões, as trocas de chefia, as reuniões a portas fechadas. Ter entidades representativas que, neste momento, lutavam em conjunto por um bem comum, era importante para o sucesso das manifestações, como foi o caso também da ADUNICAMP.

Esta entidade foi fundada em 12 de maio de 1973. Nesta época, os professores da jovem Universidade de Campinas começam a se organizar em

resposta ao descontentamento pela adoção, do Brasil, de uma política externa alinhada aos Estados Unidos e em defesa de uma maior representação docente nas decisões tomadas no campus, já que o reitor Zeferino Vaz tomava decisões de acordo com sua vontade, sem consultar a comunidade:

As conversas nas unidades, a necessidade de tomar decisões a longo prazo, a vontade legítima de influir no destino da Universidade levaram os docentes a se organizarem em uma associação. Em uma assembléia, nas dependências do edifício do Ciclo Básico[...]criou-se a ADUNICAMP, a Associação dos Docentes da UNICAMP[...]. Entre os presentes na assembléia de formação e os que assinaram a ata de fundação, contam-se 370 nomes. Nada mau como início de atividades: 40% da comunidade esteve diretamente implicadas na fundação. (Coleções AC/Siarq)

Esta entidade tinha como tarefa atuar como um sindicato, a favor dos direitos trabalhistas do corpo docente da Universidade, e apoiar outras entidades na luta a favor da democracia, como a ASSUC e a UNE - União Nacional dos Estudantes, criada em 1937, a qual tinha representantes do corpo discente da UNICAMP.

Até 1976, o movimento estudantil dentro da UNICAMP, estava vinculado à UNE e ao DCE/USP - Diretório Central dos Estudantes da USP. Em 1975 acontece uma longa greve estudantil dos alunos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, que ocorreu por ocasião de vendas obrigatórias de apostilas aos alunos do instituto, que entenderam que “a cobrança de mensalidades nas universidades implementava-se na UNICAMP através das taxas das apostilas” (Pereira, 2006, p. 67), conversa que já acontecia há algum tempo, cujo defensor, o reitor da época Zeferino Vaz dizia ser viável, já que, segundo ele, dentro das universidades brasileiras, os filhos de ricos tiravam as vagas dos filhos de operários, então, nada mais justo que estes ricos pagarem uma mensalidade de acordo com sua renda. Para os estudantes, isso era uma afronta do direito ao ensino público, então fizeram greve até que a universidade disponibilizasse apostilas para os alunos. Em 04 de abril de 1975, Zeferino Vaz permite que quinze apostilas sejam disponibilizadas aos alunos na biblioteca, mas sua venda continua mantida, promete ainda contratar mais professores e comprar livros que faltavam na biblioteca, de acordo com levantamento feito pelos estudantes.

Este movimento alavancou o movimento estudantil dentro da UNICAMP e várias reuniões e assembléias entre os estudantes começam a acontecer com um pensamento democrático único, até que, em 1976, surge o DCE –

UNICAMP, sofrendo influência também pela morte do jornalista Vladimir Herzog em outubro de 1975 e do operário Manuel Fiel Filho em janeiro de 1976, ambas ocorridas nas dependências do Destacamento de Operações e Informações – Centro de Operações de Defesa Interna – Doi-Codi, em São Paulo.

Estas importantes entidades representavam a comunidade universitária na época em todas as suas categorias – funcionários, docentes e discentes – na luta pela democracia e contra a ditadura e o processo de intervenção na UNICAMP.

A gestão do professor Plínio se iniciou em meio a este turbilhão de lutas políticas. Na época, o Governador do Estado era Paulo Egydio Martins, que o escolheu entre uma lista sêxtupla enviada por Zeferino Vaz. Durante o processo, Zeferino orientou o Conselho Diretor a distribuir seus votos entre Rogério Cerqueira Leite e Paulo Gomes, a lista transcrita a seguir foi a enviada ao Governador, por ordem de quantidade de votos:

- 1º Rogério Cerqueira Leite
- 2º Paulo Gomes Romeo
- 3º Plínio Alves de Moraes
- 4º José Aristodemo Pinotti
- 5º João Alberto Meyer
- 6º Sérgio Porto

O primeiro colocado não agradava ao governo, pois, anos antes, ele publicou diversos artigos contra um acordo nuclear feito entre Brasil e Alemanha, o qual o Governador defendia; quanto a Romeo, era partidário do ex-governador Laudo Natel, adversário político de Paulo Egydio, logo, não demorou nem ao menos um dia inteiro para que ele escolhesse o terceiro nome, o professor Plínio, que ficou muito surpreso ao receber a notícia de que havia ganhado a disputa. Sobre ele, Eustáquio Gomes considera:

[...] um homem de afabilidade simples que tinha o hábito de fazer comparações agrárias com situações administrativas e até acadêmicas. “Isto é como tirar berne de vaca”, disse uma vez ao considerar o problema de jubramento dos alunos. Um de seus assuntos prediletos era a criação de curiós que mantinha em sua fazenda, e outro era a novela das oito, cujos episódios costumava acompanhar religiosamente. ( 2006, p. 188)

Foi durante seu mandato que as manifestações dos professores pela escolha dos diretores de unidades e maior autoridade sobre os departamentos se intensificou, até que a ADUNICAMP decretou sua primeira greve salarial no

final de 78 – já no governo “biônico”<sup>6</sup> de Paulo Maluf no Estado de São Paulo. Esta greve não conseguiu grandes ganhos, mas serviu para abrir caminho para a grande greve contra o governador em 1979. Este ano ficou marcado como o início da grande crise. O jornal Folha de São Paulo de 25 de abril de 1979 traz a notícia de que 43 setores do funcionalismo público estão em greve – professores, motoristas, cobradores, operários, industriais, médicos, jornalistas, metalúrgicos –ou seja, eram inúmeros setores da população que estavam descontentes.

Dentro da UNICAMP, se refletia este descontentamento na longa greve dos docentes que logo se estendeu para os funcionários, que, agora exigiam ser representados no maior órgão decisório da universidade: o Conselho Diretor. Além disso, o professor Rubem Alves, conhecido pela sua oposição à reitoria, se elegeu para participar do Conselho e o grupo conseguiu colocar outro dissidente, o professor Eduardo Chaves. Os estudantes também demonstraram seu descontentamento quando, em setembro de 1980, fizeram uma greve nacional por maiores verbas para o ensino.

Cada vez mais se faziam assembléias na UNICAMP. Em entrevista feita ao Prof. Dr. Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos, o Vasco, docente do Instituto de Economia da UNICAMP, ele disse que estas assembléias eram muito grandes, com professores, funcionários e alunos e que demoravam horas, chegaram a fazer assembléias no restaurante, que era o lugar em que cabiam mais pessoas. De acordo com ele, elas aconteciam da seguinte forma: os professores se reuniam para tirar uma posição, tal qual o faziam os funcionários e alunos, e estas posições eram colocadas em assembléia geral e, a partir daí, se tentava entrar em comum acordo sobre a decisão a ser tomada, com as três categorias unidas. Porém, o professor deixa claro que quem estava na liderança do movimento eram os professores e funcionários, estudantes participavam, mas o movimento era da instituição.

Em junho de 1981, Rubem Alves propõe ao Conselho Diretor que seja feita uma consulta à comunidade universitária para a elaboração de uma lista sêxtupla para a escolha do próximo reitor, com votos proporcionais de

---

<sup>6</sup> Cargos biônicos são aqueles cujos titulares foram investidos mediante a ausência de sufrágio universal e cujo parâmetro para escolha era a sanção das autoridades de Brasília nos tempos da Ditadura Militar de 1964 ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980.



professores, alunos e funcionários. Esta lista ficaria sob o controle das entidades representativas da comunidade, logo, o então reitor não teria controle sobre esta consulta.

Do processo de inscrição, saíram 17 nomes para compor a lista de “reitoráveis”. Abaixo, segue a lista de professores dentre os quais a comunidade deveria escolher a lista sêxtupla:

- Prof. Antônio Carlos Neder (FOP)
- Prof. Antônio Muniz Rezende (FE)
- Prof. Atílio José Giarola (FEC)
- Prof. Carlos Alfredo Arguello (IFGW)
- Prof. Carlos Franchi (IEL)
- Prof. Eduardo Oscar de Campos Chaves (FE)
- Prof. Hélio Drago Romano (FEC)
- Prof. Hermano de Medeiros Ferreira Tavares (FEC)
- Prof. Jorge Miglioli (IFCH)
- Prof. José Aristodemo Pinotti (FCM)
- Prof. José Ellis Ripper F.º (IFGW)
- Prof. Maurício Prates de Campos F.º (FEC)
- Prof. Morency Arouca (FEL)
- Prof. Paulo Freire (FE)
- Prof. Roberto Hermínio Moretti (FEAA)
- Prof. Rogério César de Cerqueira Leire (IFGW)
- Prof. Yaro Burian Júnior (IA)

Cabe destacar o nome do professor Paulo Freire na lista, que demarcou mais profundamente a posição contrária da comunidade, já que era um recém anistiado, que, segundo ele, não tinha a pretensão de ser reitor, mas de marcar presença. Ele “foi transformado em símbolo moral do movimento de contestação” (Gomes, 2006, p. 213).

Plínio ficou preocupado com todas essas manifestações, além disso, ele não tinha mais poder sobre o Conselho. Com medo de que se elegesse um novo reitor que não agradasse nem a ele, nem ao Governador, fez o possível para persuadir Maluf a fazer algo a respeito. Até que, no dia 10 de outubro, sábado, o Governado lança no Diário Oficial a substituição de seis representantes do Conselho Diretor – cabe informar que este número

representava 20% dos votos - por integrantes do Conselho Estadual de Educação, através de decreto de nomeação, assinado pelo Secretário da Casa Civil do Governo do Estado, Calim Eid. São eles: Armando Otávio Ramos (Reitor da Unesp); Erwin Theodor Rosenthal (Diretor da FFLCH da USP); Eurípedes Malavolta (Membro do Conselho Estadual de Educação); Luiz Ferreira Martins (Secretário de Educação de São Paulo); Maria de Lourdes Marioto Haidar (Diretora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria da Educação e membro do Conselho Estadual de Educação e Professora) e Moacir Expedito Marret Vaz Guimarães (Presidente do Conselho Estadual de Educação e Assessor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), desta forma, a maioria do Conselho - órgão que dá a palavra final na lista sêxtupla – estaria a favor da linha do governo.

Em contrapartida, segue lista dos que foram substituídos: Enêa Caldato Rafaelli; Joaquim de Paula Barreto Fonseca; Fausto Coral; Paulino da Costa Eduardo; Maurides Ribeiro; Heitor Gurgulino de Souza.

Este episódio ficou conhecido como intervenção branca, já que, de acordo com a legislação, o governo pode mudar sua representação a qualquer momento, porém, o que estava sendo criticado, era o fato de esta mudança correr justamente no meio do processo de mudança de reitor. Além da substituição da bancada de representantes externos, o governador trabalhou pela destituição de diretores de unidades que também eram membros do Conselho.

A composição do Conselho Diretor após decreto de 10 de Outubro de 1981 assinado pelo Secretário da Casa Civil do Governo do estado segue desta forma:

- Prof. Plínio Alves de Moraes - Reitor;
- Prof. Paulo Gomes Romeo - Coordenador Geral;
- Prof. Ferdinando Figueiredo - Coordenador dos Institutos;
- Prof. Atílio José Giarolla - Coordenador das Faculdades;
- Prof. Antônio Carlos Neder - Faculdade Odontologia de Piracicaba;
- Prof. Eduardo Daruge - Faculdade de Educação;
- Prof. Walter August Hadler - Instituto de Biologia;
- Prof. Geraldo Claret de Mello Ayres - Instituto de Química;
- Prof. Sérgio Leonardi - Faculdade de Ciências Médicas;

- Prof. Morency Arouca - Faculdade de Eng.<sup>a</sup> de Limeira;
- Prof. Eduardo Corona - Faculdade de Eng.<sup>a</sup> de Campinas;
- Prof. Frederico Pimentel Gomes - IMECC;
- Prof. Antônio Soares Amora - IFCH;
- Prof. Antônio Artigas - IEL;
- Prof. Shigueo Watanabe - Instituto de Física
- Prof. Antônio Almeida Prado - Instituto de Artes.

Além destes dezesseis, mais quatorze completavam o Conselho Diretor, sendo:

- um representante dos professores sediados fora do "Campus"(do corpo docente de Limeira e de Piracicaba);
- um representante dos professores titulares da Unicamp,
- um representante dos professores dos Institutos;
- um representante dos titulares das Faculdades sediadas em Campinas;
- um representante dos doutores de Campinas, e
- um representante dos professores livres docentes de Campinas;
- dois representantes dos alunos.

Logo após esta substituição, o reitor Plínio introduziu uma discussão no Conselho Estadual de Educação, que dizia respeito à titularidade dos diretores de institutos. O Conselho deliberou, alguns dias depois, que “oito dos onze diretores da UNICAMP [...] contrariava o disposto no artigo 137 do estatuto interno, que exigiria titularidade por concurso para o exercício do cargo[...]” (idem, ibidem, p.218). No dia 17 de outubro, sábado seguinte, o Diário Oficial traz a exoneração destes oito diretores de faculdades, que são substituídos por oito novos - batizados de interventores pela comunidade -; e, além disso, são demitidos, pela CLT, quatorze funcionários integrantes da diretoria da Associação dos Servidores da Unicamp, inclusive seu presidente, Clóvis Garcia. Muitos entenderam que demitir funcionários que faziam parte da ASSUC era o mesmo que negar à comunidade o direito à voz e a manifestações.

Diretores exonerados por Portaria do Reitor em 16 de Outubro de 1981: Prof. Maurício Prattes de Campos F.<sup>o</sup> - Diretor da FEC; Prof. Aécio Pereira Chagas - Diretor do IQ; Prof. Carlos Franchi - Diretor do IEL; Prof. André Maria Pompeo Villalobos - Diretor do IFCH; Prof.<sup>a</sup> Ayda Ignez Arruda - Diretora do

IMECC; Prof. Carlos Alfredo Arguello - Diretor do IF e Prof. Eduardo Oscar de Campos Chaves - Diretor da FE.

Diretores designados - "Interventores" - por Portaria do Reitor em 16 de Outubro de 1981: Prof. Antônio Soares Amora - linguista - para a direção do IEL; Prof. Eduardo Daruge - dentista - para a direção da FE; Prof. Frederico Pimentel Gomes - para a direção do IMECC; Prof. Paulo de Toledo Artigas - biólogo - para a direção do IFCH; Prof. Geraldo Claret de Mello Ayres - para a direção do IQ; Prof. Shigeo Watanabe - físico - para a direção do IF; ]Prof. Eduardo Corona - para a direção da FEC e Prof. Antônio Almeida Prado - para a direção do IA. Ao analisar esta lista, nota-se a discrepância na escolha a partir do momento em que um dentista é nomeado diretor de uma Faculdade de Educação e um biólogo para o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, por exemplo.

Membros da ASSUC demitidos por Portaria do Reitor em 16 de Outubro de 1981: Cândida Maria Teixeira; Iraldo Rodrigues Justino; Alaíde Pedro Franco Corrêa (Diretora de Sede e Patrimônio); José Walter Martinez (Diretor de Cultura); Elói José da Silva Lima (Conselho Fiscal); Jair de Setta (Tesoureiro); Dênio Rebello Arantes (Primeiro Secretário); Reginaldo Bispo Pereira (Segundo Secretário); Wilson Hiroyuri Kawai (Diretor de Esportes); Luiz Antônio Teixeira Vasconcellos - o Vasco (Secretário Geral); Ozair Crispim da Silva (Motorista e participante do Comando de Greve) e Waldemar Panarotti F.º (Demitido por engano, por ter sido confundido com seu irmão Wagner Panarotti - ex-membro da ASSUC e ex-funcionário).

Em 19 de outubro, funcionários da Unicamp, em assembléia, decidiram pela reativação do movimento de greve, suspenso na semana anterior; enquanto professores e estudantes optaram por permanecer em estado permanente de mobilização, demonstrando assim o descontentamento da comunidade universitária mediante os acontecimentos.

A partir daí, a crise na UNICAMP ganha repercussão, várias passeatas são feitas pela cidade – em avenidas movimentadas como a Andrade Neves, no centro de Campinas, em praças - um grande debate foi feito no Paço Municipal da Prefeitura, reunindo não somente a comunidade universitária, mas também a população e líderes sindicais, como Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do Partido dos Trabalhadores – em processo de formação na época.

Também a imprensa abre espaço para tratar da crise. O jornal Folha de São Paulo de 21 de outubro de 1981, publicou um artigo do professor Rubem Alves:

A realidade ultrapassa, de muito, as mais alucinadas invenções da imaginação [...] Em nome da ordem, puxaram o artigo 137 do Regimento Geral da Universidade, que diz que, para ser diretor de instituto ou faculdade, é necessário ser professor titular. Disseram que, professor titular, só por concurso. E sem maiores cerimônias declararam que as denominações de “professor titular”, tradicionais da UNICAMP, conferidas a cientistas de notório saber e que, por anos a fio, construíram a reputação nacional e internacional da Universidade não valiam nada. Eram só de brincadeira. Antes era conveniente. A administração nomeava os diretores. E quando eles não tinham o título de professor titular, ele simplesmente os promovia a “professor titular”. Naquela ocasião isso era muito vantajoso [...]” (Jornal da UNICAMP, nº 330, 2006)

Em meio à convulsão social provocada pela intervenção tem início o processo de consulta à comunidade universitária, caracterizado como “eleições diretas”, objetivando escolher os seis nomes preferenciais da comunidade para a substituição do reitor Plínio Alves de Moraes, cujo mandato se encerraria proximamente.

Os estudantes fizeram uma passeata desde o Ciclo Básico e se concentraram em frente ao prédio da Reitoria, onde aconteceu uma manifestação: realizaram a posse simbólica dos cinco representantes discentes eleitos para aumentar a representatividade junto ao Conselho.

A reitoria lança um Comunicado Oficial à comunidade, prestando esclarecimentos sobre os fatos ocorridos.

Abaixo, segue transcrição resumida do comunicado:

“A Reitoria da Universidade Estadual de Campinas, objetivando esclarecer fatos, de que a Comunidade Universitária e a população em geral, tomaram conhecimento pelo noticiário dos meios de comunicação, sente a necessidade de fazer este Comunicado para bem destingi-los:

a) de um lado, em cumprimento à deliberação do Egrégio Conselho Estadual de Educação, intérprete oficial, para o Sistema Estadual de Ensino, das disposições legais e regulamentares da Educação, dispensou da função de Diretor das Unidades Universitárias os professores não concursados como Titulares, ou, nessa condição, não estabilizados pela Constituição Federal de 1967.

b) A dispensa das funções de Direção não prejudica as atividades normais de ensino e pesquisa.

c) De outro lado, um pequeno grupo, conquistando a Direção da Associação dos Servidores da Universidade Estadual de Campinas (ASSUC), entendeu conturbar a Comunidade Universitária, com sucessivos movimentos grevistas, a pretexto de reivindicações há muito equacionadas, e algumas já resolvidas, adulterando o sentido de inúmeros diálogos mantidos com a Administração Central, evidenciando, assim ser seu único propósito intranquilizar o ambiente

universitário. A esses servidores, a Administração, sem alternativa, aplicou a penalidade de dispensa por justa causa, prevista na Lei.

d) A ampliação da representação estudantil nos órgãos colegiados da Universidade depende ainda, nos termos da legislação federal da aprovação do Conselho Estadual de Educação de modificações a serem neste sentido introduzidas no Estatuto e no Regimento Geral, modificações estas que deverão ser baixadas por Decreto. Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, 21 de outubro de 1981. (Arquivo UNICAMP – 35 anos de História)

A tentativa da reitoria da universidade de explicar seus atos perante a comunidade não funcionou da maneira planejada já que, ao mesmo tempo em que esta carta era escrita e encaminhada, no centro de Campinas, acontecia uma manifestação com aproximadamente 3.000 pessoas, compostas por professores, funcionários e alunos da Unicamp e PUCC, que parou o trânsito da Av. Francisco Glicério para sensibilizar a população que havia lutado por sua universidade havia duas décadas. Os manifestantes entoaram o Hino Nacional e a população presente nas ruas respondeu com aplausos, enquanto as pessoas dos prédios fizeram uma chuva de papéis picados.

Os estudantes organizaram as mais variadas demonstrações de repúdio e protesto à intervenção: nas árvores em frente aos institutos, cujos diretores foram exonerados, amarraram vários sacos cheios de papelão e um cartaz com a seguinte frase: “Chute seu interventor”. Foi tão forte a resistência nos institutos que os interventores que tentavam ir para suas diretorias eram esperados por dezenas de estudantes que os vaiavam e faziam barricadas para que eles não ocupassem o posto.

O professor Vasco contou um episódio em que um interventor, não conseguindo entrar no instituto, tentou ir à reitoria contornando o ciclo básico, e dezenas de pessoas foram atrás dele, um ia chamando o outro e, em determinado momento, já havia centenas de pessoas atrás do interventor, este, perturbado pela situação, chegou a dar mais voltas no ciclo básico do que deveria, e as pessoas atrás. A verdade é que, na prática, nenhum interventor conseguiu assumir o cargo. E o governo começou a demonstrar preocupação com o fato.

Enquanto isso, os diretores e funcionários que haviam sido exonerados, entravam na justiça para reaver o cargo. Na entrevista, o professor Vasco – que foi um dos exonerados – disse que eles continuaram trabalhando normalmente e o fundo de greve das entidades pagaram seus salários. Vários ganharam liminares na justiça para voltar ao trabalho. Esta vitória deu a muitos a

esperança de vencer também na escolha para a reitoria.

A lista sêxtupla escolhida pela comunidade é então encaminhada para o Conselho Diretor no dia 23 de outubro de 1981 na seguinte ordem:

- 1.º lugar, Prof. Paulo Freire da FE com 6.730 votos;
- 2.º lugar, Prof. Maurício Prattes da FEC com 6.269 votos;
- 3.º lugar, Prof. Rogério César de Cerqueira Leite do IF, com 5.114 votos
- 4.º lugar, Prof. Carlos Franchi do IEL, com 5.403 votos;
- 5.º lugar, Prof. Yaro Burian Jr. do IA, com 4.612 votos;
- 6.º lugar, Eduardo Chaves da FE, com 4.564 votos

Porém, aceitar que fosse feita a consulta à comunidade não excluía do Conselho a última voz na escolha da lista a ser enviada para o Governador Maluf, mas também era certo que o governo queria dar um fim àquela crise, tanto que, em 30 de outubro, a reitoria se manifesta publicamente através do Ofício GR-502/81, no sentido de resolver a crise na Unicamp, abrindo mão de nomear “interventores” e acenando com a proposta de elaboração de listas nas unidades para a escolha dos novos diretores. Até que, no dia 17 de novembro, a reitoria propõe o término da intervenção, sugerindo a substituição dos atuais diretores associados por professores com titulação mínima de livre docente concursado.

Analisando estas informações fica claro que a intervenção está perdendo sua força, já que várias decisões são revogadas ou pelos próprios governantes ou, forçosamente, através de liminares judiciais. Este é o reflexo de um momento em que o Brasil todo vive com os últimos anos da ditadura militar, as manifestações contrárias em todo o país, o descontentamento e revolta da população, todos lutando a favor de um objetivo comum: liberdade; de escolha e de decisões.

Porém, também uma grande parcela da comunidade universitária queria acabar com a crise, que afinal, já estava acontecendo desde 1979. Era necessário escolher um reitor que solucionasse o problema da Universidade. A verdade era que a UNICAMP já não funcionava direito desde 79 e muitos institutos não podiam parar, como o caso do biotério, de alguns laboratórios da física, do próprio HC que era um hospital público que atendia a população. O professor Vasco conta que, aos poucos, foram se abrindo várias exceções e, se continuasse assim, ninguém sairia ganhando. De acordo com ele, era

necessário achar um reitor que o Governador Paulo Maluf tivesse que engolir e que, ao mesmo tempo, fosse uma boa escolha para a universidade. O nome do professor José Aristodemo Pinotti foi o mais interessante para o momento.

A “solução – Pinotti”, como denomina o professor Vasco, era a melhor coisa a se pensar para o momento. A ala mais radical do movimento era contrária, pois queria fazer valer a escolha da comunidade, que colocava o professor Paulo Freire em primeiro lugar, porém, era impossível que Maluf o aceitasse. Os radicais eram a favor de que, então, fosse feita greve até que o Governador cedesse às suas condições. Por outro lado, outros achavam que as pessoas não deveriam se preocupar apenas com o avanço de suas ideologias ou posições políticas estritas, mas tinham que ver a instituição dentro deste panorama e lutar por um bem maior: a continuação desta universidade.

De acordo com o professor, havia o medo de a UNICAMP acabar como a Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM) que, em finais da década de 70, contou com greves intermináveis e resistência à negociação – tanto por parte do Governo, quanto de grupos mais rebeldes do movimento – o que resultou em grandes períodos sem aula, forte repressão do Governo e da polícia e prisões e torturas de professores e estudantes. Por ocasião da repercussão dos movimentos estudantis de 1968, os estudantes da UNAM fizeram vários protestos, seguidos de longas greves, reivindicando contra a possibilidade de privatização das Universidades públicas no México, em solidariedade à luta operária, por melhoras nas instalações e programas educativos nas universidades e pela autonomia universitária.

A luta contra a repressão política no México foi longa, tanto que, em outubro de 1968, a UNAM foi palco de um episódio que ficou conhecido como “Massacre de Tlatelolco”, no qual, uma mobilização de mais de 15.000 pessoas, em sua maioria estudantes desta e de outras instituições educativas do México, foi recebida com uma saraivada de tiros da polícia. Neste massacre, foram mortos mais de 300 pessoas e milhares foram presas e torturadas, resultando em uma universidade que, em poucos anos, se viu praticamente vazia a ponto de vários alunos serem obrigados a desistir, professores e reitor renunciaram e ela demorou muito tempo até conseguir se reerguer novamente.



O medo na UNICAMP era que, por ela ser uma instituição nova, frágil e que precisava de apoio e articulação, ela não agüentasse mais a crise por muito tempo e desmoronasse, então, era necessário achar uma solução que, de acordo com o professor Vasco, fosse a favor da integração e que fosse aceita e passada através da universidade e que não fosse, exatamente, tomar o poder, já que, além de ser o Governo a abrir o cofre para que o dinheiro entrasse na UNICAMP, havia o fato de a polícia estar dentro do campus e era necessário evitar um possível “Tlatelolco” em Campinas. Era preciso negociar uma solução, a qual Maluf não pudesse dizer não, pois também ele queria dar fim a essa crise, que já se prolongava por tempo demais. Claro que as pessoas tinham uma posição, elas tinham esse direito, mas também era importante ter ouvidos para entender o que era ou não possível de acordo com aquela situação.

O instituto que liderava o movimento e as discussões era a Economia, que era uma fração dentro das humanas com hegemonia e proeminência de liderança, com pessoas que falavam, propunham e avançavam nas discussões, esta liderança era reconhecida pelo Governo e pela comunidade universitária. O nome do médico José Aristodemo Pinotti para a sucessão do reitor veio das discussões entre os docentes deste instituto, pois eles tinham liderança nacional e falavam diretamente com políticos como Brizola, Ulisses Guimarães, este que, inclusive, estava a par da escolha de Pinotti, já que no Instituto de Economia havia pessoas de todos os partidos – PT, PMDB, PDT, PSB, entre outros - tanto que este instituto era conhecido como o comitê central. É importante deixar claro que a “solução – Pinotti”, de acordo com o professor, foi, em termos de representatividade, de origem docente, com maioria não-unânime, assumida por alguns funcionários e repreendida por outros e também pelos estudantes, os mais rebeldes do movimento, tanto que:

O consenso sobre o nome de Pinotti, sem o prévio conhecimento do ungido, deu-se numa mesa do Giovanetti, um bar do centro de Campinas famoso por seus sanduíches, onde se sentaram, além de João Manuel, Wilson Cano, Belluzzo e Osmar Marchese. O grupo incluía ainda os também economistas Paulo Renato Souza, Maria da Conceição Tavares, Ferdinando Figueiredo, Paulo Baltar e Liana Cardoso, além do sociólogo Geraldo Giovanni. Galvanizados por João Manuel, os economistas fecharam questão sobre o assunto. (Gomes, 2006, p. 238)

O professor Vasco justificou a escolha do prof. Pinotti, por ele ser um médico brilhante, com postura política – apesar de não ser vinculado a nenhum

partido político, estava sempre nas discussões – além disso, não era conservador e nunca defendeu a ditadura.

Havia, então, duas vertentes que separavam a universidade, os mais rebeldes, que eram a favor da greve até que o Governador aceitasse a escolha da comunidade, e a hegemônica, que acabou vencendo, e esta era que, de acordo com o professor, defendia os interesses da comunidade universitária e não aprovava a continuidade da crise.

Feitas estas discussões e escolhida a solução, em 19 de fevereiro, o reitor Plínio Alves de Moraes convocou o Conselho Diretor para uma Reunião Extraordinária cujo cômputo principal da Ordem do Dia era a eleição dos membros para elaboração da Lista Sêxtupla Oficial que seria submetida ao Governador Paulo Salim Maluf. Os membros do Conselho na época eram<sup>7</sup>:

- Prof. Aécio Pereira Chagas – Diretor do IQ
- Prof. Antônio Carlos Neder – Diretor da Faculdade de Odontologia de Piracicaba
- Prof. Antônio Conde – Diretor associado da diretoria do IMECC
- Prof. Armando Octávio Ramos – Representante do Governo do Estado
- Prof. Atílio José Graviola – Coordenador Geral das Faculdades
- Prof. Carlos F. T. M. Ribeiro de Lessa – Diretos do IFCH
- Sr. Cláudio de Oliveira Pinto – Representante do Corpo Discente
- Prof. Eduardo Oscar de C. Chaves – Diretor da FE
- Prof<sup>a</sup>. Elza Cotrim Soares – Representante dos Professores

#### Assistentes

- Prof. Erwim Theodor Rosenthal - Representante do Governo do Estado
- Prof. Eurípedes Malavolta - Representante do Governo do Estado
- Prof. Ferdinando de O. Figueiredo – Coordenador Geral dos Institutos
- Sr. Guilherme Manilli Favetta - Representante do Corpo Discente
- Prof. Hélio Waldman - Diretor Associado da Faculdade de Engenharia

#### de Campinas

- Prof. Helmut Karl Bockelman – Diretor Associado no exercício da

#### Direção do IF

- Prof. Hermano de M. F. Tavares – Representante dos Professores das

---

<sup>7</sup> Esta lista foi transcrita da Folha de Presença da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Diretor, reunido em 19/02/1982.

#### Faculdades Sediadas em Campinas

- Prof. Ihiel Schwartz Schneider – Diretor Associado em exercício da Direção da Engenharia de Alimentos e Agrícola

- Prof. Jesus Antônio Durigan - Diretor Associado em exercício da Direção do IEL

- Prof. Jorge Lobo Miglioli – Representante dos Professores Substitutos

- Prof. José A. R. de Almeida Prado – respondendo pelo IA

- Prof. Luiz Freira Martins – Representante do Governo do Estado

- Prof. Moacyr Expedito M. V. Guimarães - Representante do Governo do Estado

- Prof. Morency Arouca – Diretor da Faculdade de Engenharia de Limeira

- Prof. Paulo Gomes Romeo – Coordenador Geral da Universidade

- Prof. Rubem Azevedo Alves – Representante dos Professores Titulares

- Prof. Tioeturo Yogui - Representante dos Professores das Faculdades Sediadas em Campinas

- Prof. Wallace Alves de Oliveira - Representante dos Professores Adjuntos e Livre-Docentes

- Prof. Walter August Hadler - Diretor IB

- Dr. Pérsio Furquim Rebouças – Procurador-chefe

Antes do início da votação, o professor Eduardo Chaves apresentou declaração de voto, subscrita por outros conselheiros:

"Declaro estar votando sob protesto pela maneira arbitrária em que vem sendo conduzida a reunião e pelas razões que vou aduzir ao final, impedido que fui de fazê-lo antes do início da votação". (Folha de Presença da Primeira Sessão Extraordinária do Conselho Diretor, nº 7)

Apesar de algumas manifestações, deu-se início à votação. Foram feitos seis escrutínios para formar a lista sêxtupla. Segue lista, em ordem de maioria de votos, que foi enviada ao Governador:

1 – José Aristodemo Pinotti

2 – Antônio Carlos Neder

3 – Luiz Sérgio Leonardi

4 – Rogério César de Cerqueira Leite

5 – Carlos Franchi

6 – Morency Arouca

Após esta deliberação, iniciou-se um clima de indignação por parte dos

representantes discentes e de alguns docentes. O professor Rubem Alves se retirou da sala acusando o Conselho de manter-se alheio ao desejo da comunidade e o professor Eduardo Chaves formulou um protesto, registrado na ata da reunião:

"Eu, Eduardo O. de C. Chaves faço um protesto formal contra a realização da presente reunião, tendo inclusive votado sob protesto, como já se registrou em Ata, pelas seguintes razões que, solicito, sejam também explicitadas em Ata. A reunião aconteceu sem o preenchimento de todas as exigências estatutárias e regimentais, após medidas de caráter discutível e questionável legalidade, como a destituição de oito legítimos Diretores de unidades universitárias e a designação de modo anti-estatutário e anti-regimental de outros Diretores, tendo essa destituição alterado fundamentalmente a composição do Conselho Diretor. Protesto, ainda, porque a composição e o quorum do Colégio Eleitoral estão, no momento, em discussão em juízo, encontrando-se, portanto, "sub-judice". Há pessoas participando da reunião sob proteção de medida liminar, há outros, cujos casos estão "sub-judice", mas não estão liminarmente protegidos, e está "sub-judice" a quantificação da representação estudantil no Conselho Diretor, bem como, indiretamente, a participação no Conselho Diretor de pelo menos dois Diretores que se encontravam em seus cargos há bem mais do que o prazo previsto pelo Artigo 74, parágrafo 2.º, dos Estatutos da Unicamp".(idem, ibidem)

Apresentaram também declaração de voto alguns representantes docentes e discentes, demonstrando, mais uma vez, o descontentamento de parte da comunidade perante os acontecimentos. Seguem as mesmas transcritas:

"Nós, representantes docentes junto ao Conselho Diretor, registramos nossa surpresa com a convocação de uma reunião extraordinária em tempo de férias escolares, véspera de Carnaval, e contrária a todas as práticas desta Universidade, com o intuito de interferir em uma decisão de suma importância para a comunidade docente e discente, decisão esta a ser tomada agora, nestas circunstâncias, por um Colégio Eleitoral questionável porque subvertido - pelos casuísmos semelhantes das da macro política brasileira - do qual participam pessoas que sequer conhecem o projeto desta universidade e que, como peças de um jogo inventado "ad-hoc", foram colocados com a finalidade de perturbar a ordem e subverter as regras da prática eleitoral discutida e aprovada pelo Conselho Diretor desta Universidade. Queremos deixar consignado também o nosso repúdio a um processo eleitoral que desrespeita a consulta democrática feita à comunidade, que conferia à figura do Reitor a confiança e o respeito inerentes, em princípio, a postos de direção. Não podemos deixar de sentir repulsa e vergonha por vermos uma comunidade do saber ser espoliada de seu direito e de sua dignidade - quer dizer de sua autonomia". (idem, nº 8)

"A representação discente quer que fique claro e que conste nas atas que está votando sob protesto, já que tem inúmeras irregularidades nesta eleição, como a não convocação da totalidade da representação discente, composta por sete alunos, a forma como se desenvolve a eleição, e pela reunião ter que ser a portas fechadas, quando a tradição deste colegiado é de sempre ter reuniões abertas à comunidade". (Idem, nº 9)

No dia 20 de fevereiro de 1982, sábado de carnaval, é publicada no Diário Oficial a nomeação de José Aristodemo Pinotti para Reitor da UNICAMP, o qual foi empossado em 27 de abril do mesmo ano.

A notícia deixa contentes e descontentes, o professor Professor Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos contou que foram chamados de traidores aqueles que não aceitaram a lista feita pela comunidade universitária. Porém, de acordo com ele, uma coisa é certa, colocar o Pinotti como solução da crise foi uma mudança que enterrou as divergências e consolidou a Universidade Estadual de Campinas.

### 3. Capítulo II

#### Um médico na reitoria: o Projeto Saúde da Mulher e as creches na Unicamp

Em 19 de abril de 1982, às 20:00h, no Teatro Interno do Centro de Convivência Cultural, em Campinas, ocorreu a transmissão do cargo de reitor da Universidade Estadual de Campinas a José Aristodemo Pinotti. Presentes na solenidade estavam o magnífico reitor Professor Doutor Plínio Alves de Moraes, os membros do Conselho Diretor, membros dos corpos docente e discente e representantes dos funcionários técnicos administrativos.

O reitor Plínio dá início à cerimônia com um caloroso discurso no qual ele falava sobre seus anos como reitor, o que a Universidade representava naquele momento para o país e termina dando as boas vindas ao futuro reitor Pinotti. Ao final, pede que os presentes se levantem e profere as seguintes palavras:

Excelentíssimo Sr. Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti, em nome do Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Paulo Salim Maluf, declaro Vossa Excelência solenemente empossado no alto e nobilitante cargo de Reitor da Universidade Estadual de Campinas. (Ata do Conselho Diretor, 1982, p. 04)

Então o professor Plínio transfere ao professor Pinotti a borla<sup>8</sup> e o capelo<sup>9</sup> que pertenceram ao professor Zeferino Vaz:

com este ato dando início a uma tradição que se perpetuará na Universidade, como uma justa e simbólica homenagem desta casa àquele que foi seu planejador e implantador e que, com grande galhardia, dedicação e dignidade, tão bem soube conduzi-la. (idem, ibidem)

É importante ressaltar que durante a cerimônia e, em especial, quando o professor Pinotti iniciou seu discurso, vários estudantes presentes se manifestaram através de vaias e ruídos, contrários à posse do reitor, em repúdio à escolha do governador em uma lista sêxtupla diferente daquela votada pela comunidade universitária. De acordo com o professor Vasco, o professor José Aristodemo Pinotti, ao iniciar seu discurso, se dirige aos manifestantes e, sem lhes faltar com o respeito, diz que todos já os ouviram e pede que eles então devolvam a gentileza e fiquem em silêncio para ouvir o restante dos discursos, neste momento, eles se retiram do recinto.

---

<sup>8</sup> Adorno pendente feito de fios de lã, seda, etc.

<sup>9</sup> Palavra de origem latina que significa chapéu.

Após este episódio, o já reitor José Aristodemo Pinotti inicia um longo discurso, falando sobre seu compromisso para com a UNICAMP e sua comunidade, sobre o papel que cada um deveria exercer dentro da universidade - docentes, discentes e funcionários administrativos - a missão que a UNICAMP têm para com seus alunos, funcionários e o país, sobre a pesquisa institucional e a importância do professor Zeferino Vaz para a universidade, prometendo fazer o melhor possível no tempo em que estiver ocupando o cargo de reitor.

Interessante mencionar que um dos primeiros assuntos que mereceu destaque em seu discurso foi o fato do Governador Paulo Salim Maluf aceitar liberar a verba necessária para terminar as obras do Hospital das Clínicas e a criação de um Sistema Regionalizado Docente-Assistencial em Campinas, o qual, segundo ele, iria significar mudanças relevantes no sistema de saúde tornando efetivo o papel da universidade na organização social, esta iniciativa faria com que o atendimento à população nos sistemas públicos de saúde melhorasse muito, especialmente no que diz respeito à rapidez e qualidade.

Mais à frente em seu discurso, quando trata sobre o tema das pesquisas universitárias, cita o Programa de Controle de Câncer Ginecológico e Mamário - em vigência na UNICAMP já há muitos anos e do qual fazia parte. Segundo ele, este programa, através de pesquisas e inúmeros atendimentos, evitou a morte de mais de 500 mães por ano e tem sob controle 60% da população feminina de Campinas.

Mais uma vez, o professor Pinotti utiliza parte do seu discurso de posse para falar sobre a saúde e o atendimento à mulher, demonstrando a grande importância que este assunto tem para ele, e deixando claro o quanto isto iria influenciar sua gestão.

Nascido em 20 de dezembro de 1934, José Aristodemo Pinotti era filho do dentista Alfredo Pinotti e da educadora sanitária Anna Bove Pinotti. Formado em 1958 pela Faculdade de Medicina da USP, fez residência médica, entre 1961 e 1962, no Hospital Pérola Byington, em São Paulo, conhecido pelo seu amplo atendimento nas áreas de ginecologia e oncologia genital e mamária; se especializou em ginecologia na Itália, na Università di Firenze e no Istituto Nazionale dei Tumori de Milão em 1965, além de pós-graduação na França, no Institute Gustave Roussy, em 1966. Doutorou-se pela UNICAMP em 1968 e

obteve o título de livre docente na mesma universidade em 1970.

Entre suas atividades relacionadas à área médica, foi professor titular e chefe do departamento de Ginecologia e Obstetrícia da Unicamp de 1972 a 1982; diretor da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp de 1970 a 1971 e de 1976 a 1980; diretor executivo do CAISM, diretor executivo do Instituto da Mulher do Hospital das Clínicas de São Paulo e chefe do Departamento de Obstetrícia e Ginecologia da USP de 1985 a 1986; secretário Estadual da Saúde de 1987 a 1991, durante a gestão de Orestes Quércia; secretário de Saúde na Prefeitura de São Paulo em 2000, durante a gestão de Régis de Oliveira e secretário municipal especial da Mulher de São Paulo durante o governo de Gilberto Kassab, além de cargos internacionais ligados à sua área de atuação, como por exemplo, foi membro do "Qualification Committee and Perinatal Medicine Committee", da "International Federation of Gynecology and Obstetrics (FIGO)" de 1979 a 1985; presidente do "FIGO's Committee for the Study of the Female Breast" de 1979 a 1988 e do "Maternal and Child Health" de 1985 a 1988; presidente da "International Federation of Gynecology and Obstetrics" (FIGO) de 1988 a 1991; entre outros.

Além disso, atuou também em outras áreas; foi secretário da Educação do Estado de São Paulo entre 1986 e 1987 na gestão Montoro; deputado federal eleito em três mandatos: 1994 a 1998, 2001 a 2004 e 2004 a 2007; secretário municipal de Educação de São Paulo entre 2005 e 2006 na gestão de José Serra e secretário estadual de ensino superior em 2007 também durante o governo de José Serra.

Sua área de investigação foi gradativamente se concentrando em mama, especialmente "câncer de mama", "ginecologia oncológica" e "pesquisa operacional em saúde", objetivando a melhora da assistência médica, particularmente em ginecologia, obstetrícia e saúde da mulher.

### **3.1. A saúde da mulher e a amamentação**

Uma das maiores contribuições do professor Pinotti na área da saúde da mulher foi a ajuda na criação e implementação do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (CAISM – UNICAMP), criado a partir da GR-101 de 15 de junho de 1984 - como solicitação do Ministério da Saúde para exercer as



funções de Centro Nacional de Referência, com atividades de treinamento e pesquisa em programas de assistência à mulher, sendo formalmente inaugurado em 1986. Além disso, teve atribuído ao seu nome, através do projeto de lei nº 857 de 2009, o anexo de “Hospital da Mulher Professor José Aristodemo Pinotti”. De acordo com O Diário Oficial do Estado de São Paulo nº 179 de 25/09/09:

O CAISM é a maior unidade hospitalar de atenção à saúde da mulher do interior do Estado, sendo que pelo pioneirismo regional consolidou-se como referência nacional para o tratamento de câncer ginecológico e mamário. Recentemente, por avaliação de usuários, conquistou o primeiro lugar entre os melhores hospitais-maternidade públicos do Estado. (Poder Legislativo, p. 01)

Faz-se importante destacar a importância da criação do CAISM na UNICAMP, pois foi durante o processo de implantação deste órgão que o professor Pinotti – e outros médicos com os quais trabalhava em conjunto em defesa da saúde da mulher - chamou a atenção do Ministério da Saúde para a importância de se considerar a mulher como um ser completo. Estes ideais eram defendidos por eles desde 1965, quando Pinotti chega a Campinas, chamado pelo professor Bussâmara Neme, para ajudar a montar o departamento de Tocoginecologia da UNICAMP, que passa a funcionar nas instalações da Santa Casa de Misericórdia de Campinas.

A preocupação da equipe sempre foi a de proporcionar um atendimento diferenciado à mulher e, aos poucos, eles foram criando programas de atendimento voltados para esse fim, como assistência às mães adolescentes; prevenção de doenças ginecológicas; detecção precoce de patologias; a criação do PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, etc, até que, de acordo com Clarice Almeida Rosa<sup>10</sup>, o Ministério da Saúde solicita à UNICAMP que se crie uma instituição que seja capaz de abrigar todos os programas que vinham sendo desenvolvidos, daí surge o Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher - CAISM.

Ao analisar alguns de seus textos, é possível notar a grande preocupação do professor Pinotti não apenas com a saúde das mulheres, mas também com seu bem-estar, a maneira como são vistas na sociedade, a discriminação que sofrem; defendendo que os centros de saúde criados para elas serviriam para não somente cuidar de sua saúde e de seus filhos, mas

---

<sup>10</sup> Organizadora do livro: “CAISM: a história de sua implantação” (vide bibliografia)

atuariam também como apoio e orientação no que diz respeito ao planejamento familiar, além de dar-lhes a escolha de ter ou não filhos, de qual método contraceptivo usar, sendo que qualquer que fosse a decisão tomada, elas seriam orientadas de maneira a ter seus desejos, vontades e, especialmente, sua saúde, sempre como prioridades.

O professor Pinotti procurou criar mais que centros de controle de doenças e atendimento à saúde feminina, mas lugares em que pudesse acontecer o que ele chamou de “Educação para a Saúde”, nos quais as usuárias não apenas teriam o diagnóstico e tratamento de suas doenças, mas também, e principalmente, ajuda para lidar com elas e tratamento individualizado, levando em conta os hábitos, modo de vida, situação econômica e comportamentos de determinada mulher e de determinada família. Abaixo, segue trecho que explica como é feito este atendimento individualizado, proposto por ele, às mulheres no Hospital das Clínicas:

A usuária responde a um questionário com 90 perguntas pelo computador ou por uma ficha pré-codificada. Em alguns segundos, recebe uma avaliação do seu risco para cada uma dessas doenças e tem apontadas ainda as razões desses riscos (baixo, médio ou alto) no seu caso específico. Inicia-se assim um processo de Educação para a Saúde individualizado de qualidade e impacto, pois a avaliação é customizada. Finalmente, o próprio computador, com um simples tocar de tecla – avaliando os hábitos e riscos dessa mulher – a aconselha a manter ou alterar padrões de comportamento. Tudo isso pode ser impresso, levado para casa, estudado, lido, relido e discutido com a família. Em 13.112 casos avaliados (1999-2003) em mulheres provenientes do ambulatório do Hospital das Clínicas e de várias outras instituições, puderam-se desvendar os hábitos de nossas diferentes populações, perceber que os fatores de risco estão ligados às maiores causas de mortalidade e variam amplamente em diferentes níveis sociais, bairros, instituições, graus de escolaridade, etc., o que nos permite avaliar especificamente a saúde de diferentes estamentos populacionais e orientá-los de modo específico. (Pinotti, 2007, p. 298)

Desta forma, pode-se afirmar que, por onde passou, durante os mais de trinta anos de atuação na área de ginecologia e obstetrícia, o professor Pinotti deixou sua marca no que diz respeito à saúde da mulher.

A questão da amamentação também foi assunto presente nos discursos e práticas do Professor José Aristodemo Pinotti. Ele fomentou a discussão – que voltou à tona principalmente a partir da década de 70 – e defendeu o retorno à amamentação natural em detrimento da substituição do leite materno. Dentro desta política é construída a creche da UNICAMP, a qual foi estruturada para possibilitar o aleitamento natural, sendo que a mãe-funcionária que

estivesse amamentando tinha vaga garantida na creche. Assim, toda a equipe técnica que o professor José Pinotti escolheu para projetar, organizar e por em funcionamento o CECI, como veremos mais adiante, era formada por pessoas ligadas ao Hospital das Clínicas e estudiosos do aleitamento materno e/ou da área de puericultura e infância do HC.

Porém, esta discussão sobre o retorno à amamentação natural já vinha de longa data; no Brasil, o costume de não amamentar os filhos foi trazida de Portugal. Segundo Gilberto Freyre, as famílias ricas portuguesas mantinham a ama de leite para que as mães não tivessem seus corpos deformados pelo processo de amamentação. Além disso, em meados do século XVII, o leite de vaca já era usado como substituto do leite materno e no século XIX, este passou a ser a base da alimentação artificial das crianças.

Com a produção do leite condensado na segunda metade do século XIX, acontece a industrialização em massa dos alimentos substitutos do leite materno, as chamadas fórmulas infantis. A partir desta primeira produção, surge uma mistura chamada Farine Lactée e logo a mamadeira de vidro e o bico de borracha, a partir disso, diversos produtos para a criança pequena vão sendo comercializados, o que faz com que a amamentação natural vá sendo gradualmente substituída. Isso se deu, principalmente, por ocasião da forte propaganda dos meios de comunicação de massa e do crescimento da puericultura, que defendia a introdução da alimentação mista, e não exclusivamente de leite, para suprir as necessidades alimentícias do bebê, esta orientação foi a principal causa, na época, para o desmame precoce.

Até que no final do século XIX, início do século XX, alguns médicos começaram a alertar para uma alta na mortalidade infantil no Brasil, e muitos órgãos públicos de saúde, como a Academia Imperial de Medicina do Rio de Janeiro, relacionaram a mortalidade com a deficiência no aleitamento materno. Muitos médicos e estudiosos da época iniciaram uma campanha de incentivo ao aleitamento natural, porém, eles também tinham que levar em conta uma outra questão: o fato do aumento do contingente de mulheres que trabalhavam fora de casa, sobretudo entre a população mais pobre, o que dificultava diretamente a mulher de amamentar.

Foram surgindo então leis que visavam proteger os direitos das mulheres, em especial, no que diz respeito à gravidez e amamentação. A

primeira lei de caráter protecionista à mulher trabalhadora foi a Lei estadual nº 1.596, de 29 de dezembro de 1917, em São Paulo. Esta lei proibia o trabalho da mulher em estabelecimentos industriais no último mês de gestação e no primeiro puerpério. (Calil, 2000, p. 30). Um documento de grande importância foi elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, no qual se estabelece um período de quatro semanas de licença para as gestantes após o parto, além de dois períodos diários de amamentação. Porém, este documento era mais um indicativo de como os países deveriam se comportar com as mulheres gestantes e não uma lei. Na esfera federal foi o Decreto nº 16.300 de 21 de dezembro de 1923 que facultou às empregadas o direito de descanso 30 dias antes e mais 30 dias após o parto. (idem, ibidem)

No Brasil, apenas em 1932, com o Decreto nº 21.417A, que o trabalho da mulher é efetivamente regulamentado e a ela é concedido, o direito de amamentar seu filho de até seis meses de idade duas vezes por dia, em intervalos de meia hora cada um. E em 1943, com a Consolidação das Leis do Trabalho, toda empresa é obrigada, desde que tenha trinta ou mais mulheres com mais de dezesseis anos de idade, a ter local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância os seus filhos, no período de amamentação. Esta exigência poderá ser atendida por meio de creches diretamente ou mediante convênios, além disso, é concedida à mulher a licença gestante de 120 dias; a garantia legal dos dois descansos especiais por dia, de meia cada, para amamentar, desde a volta ao serviço até o sexto mês de vida da criança; além de tratar sobre outros assuntos legais referentes, especificamente, ao trabalho da mulher.

Estas mudanças na legislação brasileira referentes ao trabalho feminino facilitavam a utilização do aleitamento materno como forma exclusiva de alimentação do bebê, porém, os casos de mortalidade infantil não tiveram uma queda muito acentuada a partir da implantação destes dispositivos legais.

Esta situação começou a mudar no início da década de 70, quando a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), lançaram uma campanha “ênfatizando a importância de se conservar a prática do aleitamento materno como uma forma de melhorar a saúde e a nutrição dos lactentes e da criança pequena” (Filho, 1984, p. 192). Os esforços para encorajar a amamentação natural fizeram parte de programas

de nutrição e saúde materno-infantil de ambas as organizações.

A partir disso, as discussões em torno da importância do aleitamento materno vão ganhando força e pessoas de renome na área médica vão defender a ideia da amamentação natural exclusiva, no mínimo, até o sexto mês de vida do bebê, entre estes médicos, está o professor José Aristodemo Pinotti, lembrando que ele havia participado não apenas ideologicamente, mas ativamente destas discussões, quando esteve se especializando na Itália e na França entre 1965 e 1966 - época de fomento da discussão sobre aleitamento materno na UNICEF e OMS - ou seja, ele estava envolvido nas discussões que ocorreram em distintos centros internacionais sobre o tema, formando assim sua base para estudos posteriores no Brasil.

Para garantir que a amamentação acontecesse, pelo menos dentro da UNICAMP, o professor Pinotti inaugura na universidade, em 27 de julho de 1982, período em que ocupava o cargo de reitor, o Centro de Convivência Infantil, em atendimento, por um lado, aos dispositivos legais e, por outro, à importância dada por ele ao aleitamento materno. Criada a partir destes ideais, esta organização teve, como principal interesse, a amamentação compulsória.

## 4. Capítulo III

### Lugar de brincar na universidade

O principal documento que trata do planejamento e implementação da creche na universidade é o processo administrativo nº 3384, aberto em 1975, ano em que o professor Zeferino Vaz era o reitor, o qual documenta todo o período pelo qual passou a creche antes de ser inaugurada, tendo sua última informação datada de março de 1983, quase um ano após a inauguração do berçário.

Na folha nº 2 do referido processo, datado de 28 de maio de 1975, a comissão de Assistência Social da UNICAMP, que ficou responsável pelo primeiro estudo referente à construção da creche, envia um ofício para o reitor Zeferino Vaz com uma justificativa da importância da construção da creche na universidade; referem-se à creche, como um direito das mães que trabalham e estudam, que tem como objetivos fundamentais:

permitir às crianças o convívio numa creche bem orientada, num ambiente sadio, seguro e confortável, onde encontrarão as condições básicas ao seu desenvolvimento físico, mental e social, especialmente o desenvolvimento da sociabilidade e relacionamento adequado à integração nos grupos primários e, futuramente, na comunidade. Oferecer aos pais, especialmente às mães, a segurança do bem-estar proporcionado por uma creche bem equipada de modo a permitir maior tranquilidade na execução de suas atividades profissionais e de estudo. (Arquivo Central - Siarq, processo 3384, folhas nº 02 e 03, 1975).

Faziam parte da Comissão de Assistência Social, o Dr. José Lopes Faria, na época, diretor da Faculdade de Ciências Médicas da universidade; Dr. Adolfo Penha, médico veterinário e Dr. Pedro Bertolini, professor de odontologia da Faculdade de Piracicaba, sob assessoria da prof<sup>a</sup> Ophelina Rabello, do Departamento de Sociologia da Educação da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Nesta época, um levantamento foi feito sobre a demanda por creche na universidade, totalizando 282 crianças, sendo que os pais mais interessados eram funcionários, logo depois vinham os professores e, por último, alunos, não sendo especificados os setores em que trabalhavam<sup>11</sup>.

Neste mesmo documento, esta comissão propõe que se forme uma comissão executiva, composta de 2 ou 3 membros, que deverá incumbir-se da

---

<sup>11</sup> informação igualmente retirada do processo 3384/75.

construção do projeto de implementação da creche, tratando de assuntos como: local de construção, materiais necessários, levantamento estatístico dos interessados, problemas de natureza jurídica, etc.

Em outubro de 1975, um esboço do que deveria ser o estatuto da creche é apresentado pela professora Ophelina Rabello. Neste estatuto, foi dada uma nomenclatura mais formal à creche: CREUNICAMP – Creche da Universidade Estadual de Campinas; um objetivo específico: “a CREUNICAMP tem por finalidade o atendimento, em regime de externato e semi-internato, às crianças cujos responsáveis [...] trabalhem ou estudem na UNICAMP” (Arquivo Central - Siarq, processo 3384, folha nº 05, 1975) e trata da administração, explicitando o papel de cada administrador. A partir daí, a documentação segue para o ano de 1976, onde começam a ser feitos orçamentos em firmas de arquitetura, construtoras e lojas de materiais de construção para que se inicie a compra dos materiais necessários para a construção do prédio. O responsável por estes trâmites era o coordenador geral da universidade Paulo Gomes Romeo, que mantinha sempre contato com a ESTEC – o escritório técnico de construção da UNICAMP.

É importante lembrar que, enquanto este movimento por creche acontecia na UNICAMP, também nas outras universidades públicas paulistas, USP e UNESP, ocorriam manifestações em defesa da construção de creches nos campi. As movimentações mais fortes ocorreram, nas três universidades, em meados da década de 70, sendo que na USP manifestações já aconteciam desde 1965 (Palmen, 2005).

Porém, foram inauguradas as primeiras creches nas três universidades no mesmo ano, em 1982, logo após a institucionalização do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) do Estado de São Paulo<sup>12</sup>, sendo que todas passaram por processos parecidos nas mesmas épocas. A partir da década de 70, as manifestações por creche ficam fortemente ligadas à inserção da mulher no mercado de trabalho (idem, ibidem). Desta forma, as lutas se intensificam em todo o país e a USP, a UNICAMP e a UNESP refletem estas reivindicações. A comunidade solicita à reitoria, a construção de creches para seus filhos e dependentes legais, dentro do campus universitário, através de manifestações,

---

<sup>12</sup> Assunto que será tratado mais adiante neste capítulo.

passeatas, envio de ofícios e abaixo-assinados.

Logo, a UNICAMP não estava sozinha nesta luta, até mesmo o processo de organização da creche da USP começa no mesmo ano que na UNICAMP, em 1975; sendo assim, os movimentos tendem a se intensificar e ficar mais fortes, já que as pressões sociais vêm de todos os lados e de vários lugares, desta forma fica quase impossível o Governo ignorar tamanha manifestação.

Voltando à organização por creches na UNICAMP, de acordo com o processo 3384/75, foi feita também, pela Comissão de Assistência Social, uma pesquisa no documento “Creches: instruções para instalação e funcionamento”, disponibilizado pela FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, que tratava de como deveria ser o local adequado para se construir uma creche, a quantidade de crianças que o prédio deveria receber e faixa etária atendida, os lugares geograficamente exatos onde cada espaço deveria ficar dentro do prédio; havia até mesmo desenhos e medidas dos móveis que deveriam ser usados (folhas 25 a 29).

Em 18 de março de 1977, nas folhas 34 a 38, a então Comissão de Assistência Social, formada pelo Dr. Plínio Alves de Moraes, médico, e o Prof. Morency Arouca, diretor da Faculdade de Engenharia Civil, ainda sob assessoria da prof<sup>a</sup> Ophelina Rabello<sup>13</sup>, mandam um ofício ao reitor Zeferino Vaz a fim de encaminhar um projeto de implantação da creche. Este projeto se mostra mais completo que o anterior, já que especifica a quantidade de crianças que serão inicialmente atendidas: 60 crianças com idade entre quatro meses e dois anos; a idéia da locação de um imóvel fora do campus enquanto a construção do prédio final estivesse acontecendo; os recursos financeiros despendidos para este fim; além de mencionar o pessoal que trabalharia na creche: 1 chefe; 2 pagens/atendentes; 1 cozinheira; 1 escriturária; 2 professoras estagiárias da FE; 2 enfermeiras estagiárias do curso de enfermagem; 1 médico estagiário do HC e 1 nutricionista. Neste documento também é citado – para que o reitor tome conhecimento - um abaixo assinado, feito por funcionárias de vários setores da universidade que se denominavam

---

<sup>13</sup> Se torna importante atentar para o fato de que a comissão executiva não foi formada e a assistência social continuou encabeçando o projeto creche e, apesar de haver uma professora da faculdade de educação assessorando esta comissão, a ligação do projeto com a assistência social implica em uma importância igualmente assistencial à creche, sem nenhum ideário educacional.



“Comissão de Senhoras da UNICAMP”, a favor da continuidade do projeto creche.

As próximas folhas tratam ainda dos pedidos de orçamento com materiais de construção, mão-de-obra, etc. Encontra-se ainda uma pesquisa feita no “Jardim Escola Casulo Encantado”, em Campinas - essas pesquisas, feitas em instituições que recebiam crianças pequenas, eram importantes para que a comissão ficasse atenta ao funcionamento destes locais e, posteriormente, utilizar estas informações na criação da creche. Nessa escola, a comissão<sup>14</sup> pediu ajuda aos responsáveis no que diz respeito à criação de um berçário. Em resposta, a diretora do Jardim escola, Vera Lúcia Martins Cáprio conta como era feito o atendimento às crianças na sua instituição e trata de assuntos como alimentação, vestuário, mobiliário e, o mais interessante, sobre o pessoal contratado para atender essas crianças, então ela indica para o berçário: 1 enfermeira, 2 atendentes de enfermagem, 1 cozinheira e 1 arrumadeira, caracterizando o caráter assistencial de uma creche de Campinas à época, lembrando que, como já tratado neste capítulo, esta não foi a primeira vez que a comissão pede o auxílio de instituições campineiras para auxiliarem na criação da creche, sendo que eles já haviam conseguido informações da FEAC - Federação das Entidades Assistenciais de Campinas, confirmando que as creches de Campinas estavam ligadas a órgãos de assistência. De acordo com Rosana Maria Nogueira<sup>15</sup>, em estudo realizado para a prefeitura, foi apenas em 1989 que a Secretaria Municipal de Educação assumiu as creches, que, até então, eram gerenciadas pela Divisão do Menor da Secretaria de Promoção Social.

Sobre isso, fiz uma entrevista com o Professor Doutor Newton Antônio Paciulli Bryan, docente da Faculdade de Educação da UNICAMP, que era Secretário de Educação na época em que as instituições de educação infantil de Campinas passaram a ser atendidas pela Secretaria de Educação. O professor Newton Bryan era da chapa do PT que disputou as eleições para a prefeitura de Campinas em 1988, lançando Jacó Bittar como prefeito. Na chapa, o professor fazia a campanha de educação e, passar as creches para a

---

<sup>14</sup> Neste momento, não fica claro se uma outra comissão foi formada ou se ainda é a de assistência social.

<sup>15</sup> Nutricionista da prefeitura municipal de Campinas.

Secretaria de Educação estava em seu programa.

A história das creches em Campinas, não difere da história da educação infantil em todo o Brasil. Entre o final do século XIX e meados do século XX, as instituições que cuidavam das crianças pequenas em Campinas eram vinculadas a congregações religiosas, como exemplos destas instituições que funcionavam na época, podemos citar o "Asilo de Meninas", ligado à Santa Casa de Misericórdia e às irmãs de caridade de São José, fundada em 1890 e a "Creche Bento Quirino", sob os cuidados das irmãs franciscanas do Coração de Maria, fundada em 1916.

Após 1940, surgem órgãos de amparo assistencial e jurídico para a infância, entre eles, o Projeto Casulo - criado para desenvolver atividades paralelas de orientação familiar e que criou creches, a baixo custo, para crianças das camadas pobres (Kuhlmann Jr., 2000) - ao qual a prefeitura de Campinas se vinculou e, posteriormente, a comissão de criação do CECI pediu orientações para o funcionamento de sua creche. O vínculo da prefeitura a este órgão ajudou a fortalecer o caráter médico-higienista no atendimento à criança pequena de 0 a 3 anos em Campinas.

Por outro lado, em 1935, surgem os parques infantis - que eram diretamente ligados ao gabinete da prefeitura que, por sua vez, estava sob orientação da prefeitura de São Paulo no que diz respeito ao funcionamento e organização dos parques - como uma primeira tentativa de juntar proteção, recreação e características educacionais no atendimento às crianças de 4 a 6 anos:

As diferentes atividades, a variedade de jogos e brinquedos que ali podem realizar, dão ao Parque Infantil um atrativo contínuo e visam o desenvolvimento e a cultura física, intelectual, higiênica, cívica, moral e social da criança. (Documento sobre a Organização de um Parque Infantil s/d apud Leme, 2008, p. 54)

O primeiro parque foi inaugurado em fevereiro de 1940, o "Violeta Dória Lins", localizado no bairro Cambuí, onde hoje é o Centro de Convivência Cultural. Vale lembrar que, apesar da tentativa de integração entre os parques com as instituições de educação infantil e fundamental do município (Kuhlmann Jr. e Ramos, s/d), as instituições que recebiam as creches em Campinas ainda se baseavam no ideal assistencialista de cuidado e proteção, prova disso é que os parques infantis estavam ligados, desde o início de seu funcionamento, ao

Departamento de Ensino e Difusão Cultural (DEDC) da cidade, que em 1956, se tornou subordinado à Secretaria de Cultura e Higiene, que no mesmo ano se desdobra resultando na Secretaria de Educação e Cultura; enquanto as creches continuavam vinculadas à Secretaria Municipal de Promoção Social (SMPS), que teve sua nomenclatura modificada em 1981, para Divisão do Menor do Departamento de Promoção Social.

Deve-se levar em conta também que, a partir de 1981, através da lei 5.517, estes parques darão lugar às Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) demonstrando a preocupação do governo municipal com o caráter educacional das instituições destinadas às crianças de 4 a 6 anos de idade, enquanto que as creches demoraram mais oito anos para se vincular à Secretaria de Educação, confirmando a pouca importância dada à educação da criança de 0 a 3 anos em Campinas na época.

Segundo o professor Newton Bryan, desde o debate pré constituição de 88, já se discutia a ampliação do conceito de educação infantil porque, até então, só eram consideradas pré-escolas aquelas instituições que recebiam crianças entre 4 e 6 anos de idade, a ideia era ampliar este ideário para as creches, maternais, etc.

Quando a equipe fez o programa de educação para Campinas, eles já tinham uma ideia de que as Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI's) funcionavam bem, pois, além de já estarem vinculadas à Secretaria de Educação, contavam com professores habilitados para a educação infantil - por exigência da lei 4.891 de 29 de maio de 1979 - enquanto que as creches recebiam um atendimento precário e muito diferente, com pessoal sem qualificação para o atendimento de crianças, trabalhando de 40 a 48 horas semanais; o professor chegou a comentar que, por vezes, o que separava uma EMEI de uma creche era apenas uma parede, porém, pareciam mundos completamente diversos, com diferentes merendas - sendo que as das creches eram mais inadequadas e de baixa qualidade - diferentes propostas, distintas jornadas de trabalho, etc.

Além disso, havia outro problema, na época que venceram a eleição para a prefeitura de Campinas - final de 1988 com início do mandato em 1989 - a equipe do professor Newton Bryan se deparou com escolas de educação infantil vinculadas à Fundação Municipal de Educação Continuada (FUMEC),

que eram pré-escolas informais conveniadas com entidades das comunidades e bairros que cediam o espaço e a prefeitura pagava os funcionários, porém, estes locais foram, nas palavras do professor "uma resposta populista a uma demanda popular", ou seja, a demanda por pré-escolas era maior do que a oferta já que as EMEI's eram caras para o município, então o estabelecimento destes convênios funcionavam como alternativas para as famílias que não conseguiam vagas nas escolas municipais. Entretanto, o atendimento nestas instituições diferia muito em qualidade das organizações municipais, assim como as creches, eram locais inadequados para a faixa etária atendida, não havia orientação pedagógica adequada, os profissionais que tratavam diretamente com as crianças não tinham qualificação profissional, etc.

Então, a equipe do governo, liderada pelo professor Newton Bryan se propôs a articular as creches, as pré-escolas do município e as creches vinculadas à FUMEC de forma que todas fossem organizadas em um mesmo sistema. E não foi uma tarefa fácil, o professor estipula que, na época, havia cerca de 5.000 crianças nas escolas de educação infantil da FUMEC, mais 5.000 nas municipais e mais cerca de 4.500 nas creches.

A primeira medida tomada foi estabelecer salários equivalentes e abrir concurso público para os professores, exigindo a qualificação adequada para o trabalho com crianças pequenas em todas as instituições. Porém houve resistência às mudanças, não por parte das professoras que estavam contentes com a melhora das condições de trabalho, aumento de salário, proposta de diminuição de carga horária, etc, mas entre as diretoras das EMEIS em relação a receber as creches, e também uma resistência no interior das creches, tanto por parte das assistentes sociais quanto das monitoras, pois elas se sentiam inseguras quanto ao que iria acontecer. Desta forma, foi necessário, por um lado, fazer as diretoras se interessarem pelas creches, que eram vistas como inferiores em relação às EMEI's e, por outro, distribuir melhor o serviço dentro e fora das instituições.

Para esse trabalho, o professor contou, segundo ele, com duas ótimas assessoras, a professora Ruth Joffly, que conhecia bem a área educacional e tinha uma visão freinetiana de educação e a professora da Pontifícia Universidade Católica de Campinas Lise Roy, que era assistente social e trabalhava na pastoral da mulher, ela conhecia muito bem Campinas, sua

história, as creches, a ligação com a FUMEC e concordava em fazer a passagem das creches para a Secretaria de Educação já que acreditava que elas não deveriam ter somente caráter assistencialista. Elas auxiliaram muito a pensar uma proposta pedagógica para a educação infantil que englobasse desde as creches até as instituições que atendiam as crianças de 4 a 6 anos, e também para negociar uma forma de se relacionar com a comunidade e lhes explicar o processo que estava sendo feito, as mudanças e reformas administrativas, enfim, a idéia era criar uma nova qualidade para a educação infantil de 0 a 6 anos. Para isso, eles foram pessoalmente a todos os bairros de Campinas, conhecer as instituições, conversar com os profissionais que trabalhavam nelas, conversar com a comunidade, conseguir sugestões, dúvidas, enfim, foi um trabalho exaustivo e com muito compromisso pessoal.

O trabalho interno nas instituições foi delegado à área pedagógica, professores, diretores, coordenadores; e o trabalho externo, ou seja, com a comunidade, era feito pela assistência social, a negociação com os pais sobre o local mais adequado para deixar seus filhos, horários de entrada e saída das crianças, etc. Quanto à alimentação, foi contratada uma nutricionista que adequou o cardápio às faixas etárias atendidas; os profissionais começaram a contar com formação continuada em serviço com a organização de workshops, simpósios e oficinas, além de reuniões que tratassem sobre relações interpessoais, planejamentos conjuntos e a articulação de um Projeto Político Pedagógico comum entre todas as unidades de educação infantil. Em um ano, a equipe liderada pelo professor Newton Bryan mudou a estrutura da educação infantil campineira, e, em 24 de agosto de 1989, através do decreto municipal número 9904, as creches, pertencentes desde 1981 à Divisão do Menor do Departamento de Promoção Social, passaram a integrar a estrutura administrativa da Secretaria de Educação, havendo mudança de nomenclatura para Centro Municipal de Educação Infantil (CEMEI). Desta forma, juridicamente, a junção estava feita, e todas as instituições de educação infantil que atendiam crianças de 0 a 6 anos estavam vinculadas à Secretaria Municipal de Educação.

De acordo com o professor, essa junção foi tão bem feita e articulada que, mesmo após sua saída da Secretaria e do partido em 1991, ano em que Jacó Bittar se desvinculou do PT, as mudanças continuaram funcionando.

Em Campinas, assim como em todo o Brasil, o início do atendimento à criança de 0 a 3 anos em instituições estava vinculado à assistência e à saúde, desta forma, quando a equipe responsável pela organização da creche da UNICAMP foi pedir assessoria às assistentes sociais que cuidavam das creches da cidade de Campinas à época, conseguiam somente informações referentes ao cuidado e atenção das crianças e nada que revelasse uma preocupação com sua educação, logo, era de se esperar que a creche da UNICAMP se baseasse igualmente nestes ideais medico-higienistas, o que pode ser comprovado com a leitura do processo 3384/75.

As próximas folhas do processo datam de 1981, nas quais o coordenador Paulo Gomes Romeo pede verba para a FUNCAMP - Fundação de Desenvolvimento da UNICAMP - para pagar as despesas com mão-de-obra necessária para a construção do prédio, enquanto isso, a ESTEC - Escritório Técnico de Construções - encaminha ofícios para o coordenador dizendo que a proposta da empreiteira SOTECO - Engenharia e Construções é a melhor dentre todas as analisadas e pede providências. Em setembro (folha 129), o diretor da ESTEC recebe resposta positiva do coordenador - autorizado pelo reitor - para que as obras comecem. A partir de então, o processo dispõe de plantas do prédio (em anexo), pedidos de materiais e mão-de-obra e ofícios orçamentários, dando a entender que a construção está acontecendo.

Porém, não há mais nenhuma informação referente ao andamento das construções naquele ano e uma nova menção a esse assunto é feita apenas na folha 174, em ofício datado de 24 de maio de 1982, no qual o então reitor José Aristodemo Pinotti trata da construção do prédio da creche e toma providências:

Considerando: 1 - o longo tempo decorrido do início dos estudos para a construção da creche da UNICAMP e o seu não equacionamento até a presente data; 2 - a sua importância para as mães que trabalham na UNICAMP, principalmente considerando as dificuldades que se acrescem dia-a-dia quanto à guarda dos filhos menores, estou de acordo com o parecer da CGU e solicito à FUNCAMP que autorize o pagamento das despesas de mão-de-obra, ficando a UNICAMP com a compra do material necessário.

O reitor tomou essa decisão apenas um mês após sua posse, que aconteceu em um período político conturbado, como tratado no primeiro capítulo deste estudo. Era necessário que o reitor atendesse antigas reivindicações dos três setores da universidade e a construção da creche

agradava a todos os setores, além disso, a creche atenderia ao que estava disposto na CLT e também a uma reivindicação pessoal antiga do reitor: o direito ao aleitamento materno, que era garantido às mães usuárias da creche - por isso a preocupação especificamente com as mães na sua fala - a amamentação era, até mesmo, um requisito obrigatório para a matrícula da criança, como veremos a seguir.

Como as obras estavam paradas e o funcionamento da creche era algo importante para o reitor José Aristodemo Pinotti - o que ficou claro, além dos seus discursos, também em seu relatório final de gestão - ele permitiu que se alugasse uma casa, próxima à universidade, com capacidade para receber 30 crianças entre 2 e 9 meses, ou seja, em período de amamentação, este local ficou conhecido na comunidade universitária como "Casinha". Era necessário que, antes de sua inauguração, esta casa fosse acomodada para um berçário de acordo com a lei e com as necessidades das mães e então o reitor montou uma comissão que ficou responsável pela organização e implementação desta creche.

Chamou primeiramente a professora da FCM, Ellen Elizabeth Hardy - com quem já havia escrito vários artigos - para presidir a comissão, vale ressaltar que a professora Ellen Hardy tinha formação em sociologia, o que já difere da formação do restante da equipe, e direcionou seus trabalhos para a pesquisa sobre a saúde da mulher. A professora, por sua vez, chamou mais sete pessoas de sua confiança: Vera L. Tognolo Ággio; Durval Checchinato; Lúcia de Oliveira Andrade; Sofia H. V. de Lemos Marini; Maria de Lurdes Zanoli; Mary A. Parpinelli Claro e Lucila E. Moreira Sandoval, que posteriormente se tornou diretora do Centro de Convivência Infantil, deixando o cargo somente ao se aposentar em 2009.

Importante destacar que as pessoas que compõe esta comissão são relacionadas à área médica, coerente com o projeto da creche que foi voltado para o bem-estar da mulher e com forte direcionamento para a amamentação compulsória. A professora e pediatra Sofia Marini, em resposta a um email que lhe enviei perguntando sobre a criação da creche comentou que:

a criação das creches da Unicamp foi um passo importante para que as mães pudessem continuar a amamentar seus filhos após o término da licença gestante, e que, na sua implantação, foram muito importantes as figuras do reitor Pinotti, da socióloga Ellen Hardy e da enfermeira Lucila Sandoval que durante muitos anos gerenciou de

maneira exemplar o funcionamento do Ceci.

Assim é possível entender que todos da equipe acreditavam que a creche estava sendo criada para as mães que estavam amamentando, além disso, estavam convencidos de que o aleitamento natural era o melhor para a mãe e para o bebê.

Antes da inauguração, esta comissão escreveu um documento, no qual constava um levantamento feito por eles em vinte unidades da universidade, sobre o interesse das funcionárias, grávidas e/ou com filhos de até 11 anos, pela creche. Este levantamento acusou um total de 411 crianças que utilizariam o CCI, porém, de qualquer forma, as vagas iniciais, de acordo com o próprio documento, era de "30 crianças, com faixa etária de 02 a 09 meses de idade, desde que estejam sendo amamentadas" (Coleções Siarq, caixa 08, maços 03/04) mostrando, desta forma, a impossibilidade de cumprir com a demanda e colocando obstáculos para a matrícula, ou seja, por um lado era direito, por outro, era restrito. A comissão considerava viável começar o atendimento por um berçário, baseados em informações obtidas com relação à quantas mulheres estavam grávidas e quantas estavam amamentando na universidade, estipulando que essas eram as mães que mais precisavam de creche. Sendo assim, estipularam finalidades de atendimento:

2.1 - Cumprir com as disposições legais que estabelecem que toda instituição com pelo menos 30 mulheres acima de 16 anos de idade, deverá contar com uma creche e uma sala de amamentação; 2.2 - oferecer condições que permitam à mãe uma amamentação sem pressa e emocionalmente satisfatória, nos dois repousos de meia hora a que tem direito durante a jornada de trabalho; 2.3 - facilitar e estimular uma amamentação bem sucedida pelo menos até a criança completar nove meses; 2.4 - cuidar da criança durante a jornada de trabalho da mãe, num ambiente adequado a um bom desenvolvimento físico; 2.5 - favorecer a manutenção do elo mãe-filho; 2.6 - orientar as gestantes emães com relação à amamentação, saúde e desenvolvimento da criança; 2.7 - fornecer à criança atendimento médico sempre que necessário; 2.8 - avaliar o efeito deste modelo de berçário sobre a experiência de amamentação das mães usuárias.

Estas finalidades expressam um atendimento voltado à amamentação e a função de pesquisa ligada a este propósito, ou seja, ao relatar que este modelo de berçário será avaliado, podemos entender que esta resposta será usada para pesquisas ligadas à importância do aleitamento materno exclusivo nos primeiros meses do bebê, tanto para a saúde dele quanto para a da mãe, assunto que já vinha sendo discutido e pesquisado pela maioria dos membros da comissão, além do próprio reitor Pinotti.



Neste documento escrito pela comissão e entregue ao reitor, na página 13, na sessão 7. "Suspensão da Matrícula", está o quesito "desmamar a criança", com explicação posterior:

Para efeitos de berçário, a criança com seis meses ou menos será considerada desmamada quando a mãe deixar, sistematicamente, de amamentar por duas vezes durante a jornada de trabalho. No caso da criança de seis a nove meses, quando não for amamentada pelo menos uma vez.

Desta forma, a creche deixa de ser um direito da mãe trabalhadora para ser direito das mães que amamentam, sendo que, as mulheres que não podiam amamentar por motivos de saúde, por exemplo, acabaram sendo preteridas nesta política de inserção. Em relatos fornecidos por usuárias da creche na época, elas chegavam mesmo a ser chantageadas: sem amamentar, sem creche. Em relato a seguir de uma ex-funcionária, podemos entender o que realmente acontecia:

[...] fazíamos grupos de gestantes [...] Dizíamos que o leite de vaca tinha muito sódio e que a criança poderia ter problemas renais e outros problemas de saúde. Era bem pouco adequado. Era uma espécie de chantagem: se você não amamentar, não vai ter vaga. (L. apud Fagundes, 1997, p. 79)

Além disso, relatos de usuárias também mostram as pressões psicológicas que os funcionários da instituição faziam para que a amamentação ocorresse:

Uma (funcionária) me colocou na sala e falou: Mãe, põe o bebê para amamentar. Eu sabia que ele não mamava. Então ela disse: Olha, mãe, não vai dar pra ele ficar porque não tá mamando. É melhor você arrumar outra escolinha. Seu marido tá aí, tá de carro...Mal sabia ela que meu marido tava junto porque tava desempregado. (S. apud Fagundes, 1997, p. 80)

Estes relatos demonstram dificuldades pelas quais passavam as mães que, por motivos pessoais ou de saúde, não amamentavam, porém, precisavam da creche tanto quanto qualquer outra.

O documento especificava ainda a organização do CCI: "o CCI será composto de: Comissão de Orientação, Coordenadoria e Equipe Técnica". De acordo com o relatório, a Comissão de Orientação será formada por cinco membros sendo que três serão escolhidos diretamente pelo reitor - analisando as escolhas anteriores do reitor, fica claro que estes membros serão da área médica e/ou ligados à saúde da mulher; a Coordenadoria deverá ser formada por um ou dois membros e, um deles, deverá obrigatoriamente ser do serviço de assistência social; quanto à equipe técnica, além de pessoal de secretaria, almoxarifado e serventes, havia a menção à enfermagem e auxiliares,

profissionais da psicologia, pediatria e mais um assistente social que, por si só, já chamam a atenção para a extrema preocupação com a saúde das crianças.

Vale chamar a atenção para as pessoas que, de acordo com o relatório, estarão incumbidas do trabalho direto com as crianças, as chamadas atendentes, que deveriam ser do sexo feminino - para criar uma maior naturalidade ao serem as "substitutas da mãe" - e não precisavam ter uma formação específica, sendo que, para garantirem o trabalho, passariam por uma entrevista de seleção e um curso de treinamento (em anexo), cujo teor se concentrava em uma formação na área médica, com conteúdos que tratavam da alimentação, estimulação motora, estimulação neuro-psico-motora do lactente, patologias, vacinas, higiene, rotina diária, etc, todos os cursos dados por psicólogos, enfermeiras, fisioterapeutas e médicos, ou seja, tudo relacionado à saúde e bem-estar da mãe e do bebê e nenhum conteúdo que mostrasse preocupação com o desenvolvimento da criança como um todo ou que mencionasse qualquer aspecto educacional da instituição.

A inauguração do berçário se deu na terça-feira, 28 de julho de 1982 às 11:30h, na Rua Roxo Moreira, 1344, com espaço para atender 30 crianças de até nove meses de idade. Estavam presentes na inauguração o reitor José Aristodemo Pinotti, as pessoas da comissão executiva, a equipe técnica que fará parte do efetivo de trabalho da instituição, além de jornalistas e interessados<sup>16</sup>. A abertura para receber as crianças se deu somente na segunda-feira próxima, dia 02 de agosto.

Em notícia no jornal Correio Popular de 28 de julho, é possível ler que o berçário terá o atendimento direcionado às mães que trabalham no campus e, além disso, somente para as crianças que estão sendo amamentadas. A notícia também elogia a iniciativa do reitor que, somente há três meses no cargo, já inaugurou um projeto esperado há anos pela comunidade universitária, e faz um elogio à comissão, nomeada por ele e encabeçada pela professora Ellen Hardy, que tanto se empenhou em fazer com que o projeto desse certo. Além disso, fala da equipe de assistência da creche - enfermeira, pediatra, psicóloga e assistente social - e nenhuma menção aos que ficarão diretamente com as crianças ou à falta de características educacionais na instituição. A notícia

---

<sup>16</sup> Seguem fotos da inauguração em anexo.

sobre a inauguração foi dada ainda no jornal Correio Popular de 29 de julho e no Diário do Povo de 29 de julho, todas com estas mesmas pautas (ver anexo).

Em entrevista concedida à pesquisadora Sueli Palmen, autora da tese de mestrado "A implementação de creches nas universidades públicas estaduais paulistas: USP, UNICAMP, UNESP"<sup>17</sup>, o reitor José Aristodemo Pinotti, deixou claro sua preocupação em implementar a creche em prol do aleitamento materno:

**1- Fala-me sobre sua inserção no processo de implementação da creche na universidade.**

Houve decisão política da Reitoria pela implementação da creche, desde o início da gestão em abril de 82.

**3 – Quais as motivações que levaram a implantação do Programa Centro de Convivência Infantil (CCI) nesta universidade? Estariam ligadas a determinações legais (Ex: CLT)?**

A motivação principal estava na postura política da Reitoria de apoio ao aleitamento materno e obediência à legislação federal.

**11 – Como se definiu a estruturação da creche no que se refere ao tipo de atendimento a ser oferecido, período, número de crianças atendidas e a idade das mesmas?**

As deliberações foram tomadas pelo grupo implementador, liderados pela pesquisadora Elen Hardy, priorizando o aleitamento materno. (Palmen, 2005, p. 251/52)

Este depoimento nos faz compreender a forte estrutura política por trás da implantação da creche, era mais do que cumprir a lei, era um esforço em assegurar que a amamentação compulsória, ou seja, a obrigatoriedade do ato de amamentar - que a reitoria e a comissão nomeada por ele acreditavam ser o correto e o mais saudável a fazer - acontecesse, sem perguntar às mães se elas concordavam e/ou acreditavam ou não neste procedimento, fazendo com que isso criasse uma atmosfera de perseguição e ameaça às usuárias que não concordassem com o ideário do reitor e dos administradores da instituição.

A enfermeira e diretora do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP por mais de 25 anos, Lucila E. M. Sandoval, também concedeu uma entrevista à Sueli Palmen, na qual é possível compreender, com base em várias informações prestadas, que o mais importante na creche, naquele momento, era a política do aleitamento materno.

Logo no início da entrevista, Lucila fala sobre a importância da prática da amamentação para os envolvidos na comissão, além de explicitar que ela foi convidada para participar deste processo de organização e implementação da creche exatamente por trabalhar na área de neonatologia do Hospital das

---

<sup>17</sup> Defendida na Faculdade de Educação da UNICAMP em 2005, sob orientação da prof. dra. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.

## Clínicas:

Minha inserção na creche se deu por meio de convite feito diretamente pela Dra. Ellen Hardy, socióloga, docente da FCM que conhecia minha atuação como enfermeira do serviço de Neonatologia do HC – Unicamp. A Dra. Ellen Hardy iniciou e liderou uma equipe multidisciplinar que desenvolveu programas de estimulação ao aleitamento materno. Eu participei desses programas, e como enfermeira de um hospital escola continuei replicando e facilitando ações junto às funcionárias e alunos, para favorecer a prática do aleitamento materno. Quando fiquei ciente da iniciativa de implementar um lugar, na universidade, onde as funcionárias lactentes pudessem deixar seus filhos lactentes, uma vez terminada a licença maternidade, sem interromper este processo por motivo da volta ao trabalho, aceitei o convite, sem questionar as motivações. (Palmen, 2005, p. 248)

Sobre a primeira equipe de trabalho na creche, ela diz ter sido composta por uma enfermeira, em tempo parcial, como coordenadora; assistente social em tempo parcial, para seleção e matrículas; uma secretária para organização administrativa; uma auxiliar de enfermagem para supervisão do cotidiano; oito atendentes para o cuidado direto das crianças; uma cozinheira para o preparo das refeições e uma faxineira para a limpeza do local. Analisando estas funções, não há nada que revele uma preocupação educacional no processo de contratação destes profissionais. Porém, o processo 3384/75, menciona um ofício, datado de 23 de fevereiro de 1983 - sete meses após a inauguração do berçário - encaminhado ao reitor José Aristodemo Pinotti pelo então diretor da Faculdade de Educação, Prof. Dr. Eduardo Chaves, comunicando o interesse deste instituto em participar do processo de implantação da creche<sup>18</sup>:

[...] a participação da Faculdade de Educação poderia se dar na forma de assessoria, por parte de uma equipe de professores, nos seguintes setores: - desenho e organização dos programas curriculares que atendam às necessidades da clientela, considerando o desenvolvimento da criança em seus aspectos: psicomotor, cognitivo, linguístico, sócio-emocional; - elaboração de um programa de avaliação do desenvolvimento das crianças. Os professores da Faculdade de Educação acharam porém que, para a realização deste trabalho [...] seria recomendável que a creche dispusesse de um profissional especializado para o cargo de orientador psicopedagógico. (Siarq, folha nº 181)

No mesmo ofício, o professor fala sobre a questão das estagiárias:

[...] embora válida, a prestação de serviços por parte de estagiários da Faculdade de Educação, não garante a continuidade e o grau de profissionalização exigido para se levar avante o trabalho da creche. (idem, ibidem)

De acordo com este documento, já havia uma conversa entre a Faculdade de Educação e a administração do CCI sobre a possibilidade de

---

<sup>18</sup> O ofício completo se encontra em anexo.

estagiárias do curso de pedagogia cumprirem horas de estágio na creche. Sobre isso, fiz uma entrevista com a Professora Doutora Ana Luiza Bustamante Smolka, docente titular da Faculdade de Educação da UNICAMP, que trabalhava com desenvolvimento humano e ministrava matérias de estágio nesta faculdade no início da década de 80. Nos documentos oficiais, o nome da professora Ana Luiza Smolka aparece na "Ata da Nonagésima Oitava Reunião do Conselho Interdepartamental"<sup>19</sup> da FE-UNICAMP, como sugestão para fazer parte de um Grupo de Apoio Técnico do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP, esta ata data de 11 de outubro de 1983. Posteriormente, no ofício FE nº 254/83, datado de 08 de novembro de 1983, escrito pelo Professor Doutor Pedro L. Goergan, Diretor Associado da Faculdade de Educação e enviado ao Senhor Renato Pires da Silva Filho, Chefe de Gabinete da reitoria<sup>20</sup>, é informada a indicação das professoras Ana Luiza Bustamante Smolka, Orly Zucatto Mantovani de Assis e Regina Alcântara de Assis para participarem do Grupo de Apoio técnico do CCI, este ofício foi enviado em resposta à GR 991/83 de 03 de outubro de 1983<sup>21</sup>, no qual o chefe de gabinete solicita que a Faculdade envie uma lista tríplice à reitoria para que se forme o grupo técnico. A GR 991/83 marca, oficialmente, o início do processo de cooperação entre a Faculdade de Educação e o Centro de Convivência Infantil da UNICAMP.

Também no final de 1983, no mês de outubro, aconteceu a inauguração de uma outra creche no campus, a "Comunidade Infantil Cantinho da Física (CICF)" que surgiu após forte mobilização dos docentes, funcionários e estudantes do Instituto de Física Gleb Wattagin (IFGW), que, na época, contava com mais de 300 funcionários; este projeto teve o apoio da reitoria que ajudou com a contratação do pessoal, o restante ficou por conta do instituto (Fagundes, 1997) já que só atendia filhos e dependentes legais de funcionários, docentes e alunos do IFGW. Esta creche surgiu com preceitos bem diferentes dos do CECI, com uma preocupação mais voltada à educação da criança, prova disso é que a equipe contratada era formada por professoras, pedagogas, psicólogas e nutricionista, ao contrário do CECI - berçário que, em

---

<sup>19</sup> Segue em anexo.

<sup>20</sup> Documento em anexo

<sup>21</sup> Em anexo

sua equipe, predominava o pessoal da área médica.

Outra tentativa, desta vez para atender, inicialmente, crianças de 04 a 05 anos e que tinha relação com o CECI, foi um agrupamento de crianças em um prédio ao lado do Restaurante Universitário (RU), foi nesta instituição que a professora Ana Luiza Smolka atuou com mais proximidade. Posteriormente, quando o novo prédio do berçário dentro do campus foi construído, a professora Ana Smolka, conjuntamente com a professora Orly Zucatto- que nunca se desligou dos assuntos da creche e era a principal responsável pelos cursos de aperfeiçoamento dados à equipe de trabalho - a pedido da diretora Lucila, prestaram assessoria no que se refere à organização, contratação de pessoal, etc. De acordo com a professora Ana Smolka, a diretora Lucila sempre se mostrou muito animada e positiva nos assuntos relacionados à creche, chegando a, várias vezes, assistir algumas aulas dela na Faculdade de Educação, dizendo que não queria restringir a creche à questão da saúde. Havia um grande esforço de sua parte por qualificar as funcionárias, por isso, ela pedia às professoras para organizarem palestras, seminários, que, por vezes, eram dados aos sábados e garantia certificado de participação, tudo pensado para uma formação em exercício das funcionárias, em um esforço de melhorar o atendimento às crianças.

Cabe mencionar que essa preocupação, por parte da direção do CECI, em dar um aspecto mais educacional à instituição, não se deu da mesma forma no berçário, sendo que a assessoria da professora Ana Luiza neste local se limitou à organização do espaço somente em 1986, quando o novo prédio estava sendo construído. As atendentes que cuidavam das crianças de 4 a 9 meses, não participavam da formação continuada e, por muito tempo, sua formação se restringia ao curso na área da saúde dado pela equipe técnica<sup>22</sup> logo que a funcionária começava a trabalhar. Desta forma, é possível compreender a contradição existente dentro das creches da UNICAMP, enquanto no berçário era importante a política do aleitamento materno e a amamentação obrigatória, restringindo os cuidados com a criança à atenção e assistência e contando com uma equipe técnica formada por profissionais da área médica e atendentes provenientes da mesma área, com as crianças

---

<sup>22</sup> Em anexo

maiores o atendimento era diferente, para este projeto havia um acordo com a Faculdade de Educação da universidade, estabeleceu-se a contratação de pedagogas, e criou-se a possibilidade de as atendentes e equipe técnica se aperfeiçoarem em cursos e palestras ligados à área educacional, enfim, uma realidade, dois projetos.

No que se refere ao trabalho com as estagiárias, ele deu início em 1984, sob orientação da professora Ana Smolka, elas eram todas da Faculdade de Educação da UNICAMP e cumpriam horas com as crianças de 9 meses a dois anos. As estagiárias auxiliavam no trabalho com as crianças, muitas delas ajudavam a planejar as atividades diárias; nos relatórios de estágio que a professora Ana Smolka guarda até hoje, muitas diziam perceber que as atendentes delegavam a elas essa "responsabilidade pedagógica", seguem alguns relatos:

Sinto que principalmente quando estamos lá para ajudar, as atendentes se acomodam, se limitando a ir limpar as crianças e alimentá-las, deixando o mais por nossa conta (M. C. C., junho de 1984)

Neste estágio, [...] nós assumíamos realmente a classe, e não apenas ficávamos com um espaço de tempo reservado. Desde a hora em que as crianças acordavam, até a hora de irem embora, as atividades eram dadas por nós." (M. L. F. 2º semestre de 1985)

Tivemos a oportunidade de ter um trabalho mais diversificado, pois a classe ficava sob a nossa responsabilidade. [...] Tive a oportunidade de desenvolver várias atividades e trabalhar como se fosse a professora da turma." (R. A., 2º semestre de 1985)

Com a leitura dos relatórios, também foi possível compreender o funcionamento da creche por dentro - levando em conta que essa era a visão das estagiárias no que se refere ao tratamento dado diretamente às crianças:

Vejo a creche hoje de um modo mais claro e possui um ponto de vista mais crítico sobre seu funcionamento. Seu caráter assistencial é predominante não havendo fundamentos pedagógicos mais sólidos na organização de suas atividades. Sinto lá dentro uma grande preocupação com a alimentação, higiene e saúde[...] Não acho que a preocupação com a saúde deveria ser menor, mas a preocupação pedagógica deveria estar no mesmo plano. [...] A situação da creche é a seguinte: as atendentes não estão muito preocupadas em estimular as crianças e sim em cumprir sua função de pagem, isto é, cuidar das crianças para que não se machuquem, não adoecem e se alimentem adequadamente. [...] A higiene e a saúde são as preocupações primeiras. (M. C. C., junho de 1984)

Sinto que o CCI possui uma grande preocupação com a saúde da criança, visto a boa alimentação, higiene e cuidados que são dispensados a elas. [...] existe muitas limitações a nível de materiais, brinquedos, que poderiam facilitar um melhor desenvolvimento da

criança. [...] Outra proposta que tenho a fazer está relacionada à atuação das atendentes que se mostraram, na maioria das vezes, com postura de mães, superprotetoras, o que prejudica uma maior independência e autonomia das crianças (L. A. S., 2º semestre de 1985)

De acordo com estes relatos - sendo um de 1984, ou seja, logo que começaram mais intensivamente os trabalhos de assessoria e as estagiárias deram início ao trabalho na creche, e outro de 85, um ano depois - podemos entender que, apesar dos esforços por parte da diretora Lucila e das professoras Ana Luiza Smolka e Orly Zucatto em capacitar as atendentes e prestar um atendimento com caráter educacional às crianças maiores, havia dificuldades, limitações e barreiras difíceis de ultrapassar.

Maria Aparecida Zanini - que iniciou seu trabalho no CECI no final de 1983 - diz que ela era a única neste local com formação em pedagogia que trabalhava com as crianças, logo, ela trabalhava em várias turmas, indo sempre na que mais precisava e trocando durante o dia conforme a necessidade. De acordo com ela, eles não tinham um tempo especificado para planejar e para que ela pudesse conversar com as atendentes e ajudá-las em suas dúvidas, logo, esse trabalho era feito diariamente e com a presença das crianças, mesmo com essa dificuldade na comunicação, ela relata que conseguiram realizar vários projetos interessantes; outro problema, segundo ela, era conseguir materiais para as atividades, pois não havia muita coisa disponível. Maria Aparecida afirmou que havia necessidade de todo tipo de material: papéis ela conseguia na gráfica da universidade como doação, na marcenaria ganhava tocos de madeira para construir jogos. essa foi a maneira que ela encontrou para realizar seu trabalho.

Ela conta que a diretora Lucila, sempre apoiou a realização de projetos pedagógicos com as crianças, sua única exigência era que as atividades não representassem nenhum perigo à saúde delas, como exemplo, ela citou o caso dos tocos de madeira, no início a diretora teve receio de que as crianças se machucassem com eles jogando uns nos outros, após algumas conversas, a pedagoga conseguiu convencê-la de que isto não seria um problema, pois os tocos eram leves e pequenos, e logo esses pedaços de madeira se transformaram em jogos coloridos que as crianças gostavam muito<sup>23</sup>. Maria

---

<sup>23</sup> Em anexo, seguem algumas fotos - cedidas pela pedagoga Maria Aparecida Zanini - das crianças do CECI em algumas atividades realizadas na instituição.



Aparecida também referiu-se à quantidade de funcionárias que trabalhavam na instituição, sendo um número insuficiente dada a quantidade de crianças atendidas, sobre isso, ela relata um acontecimento de 1984 que fez com que a reitoria olhasse mais para a creche. Estava ela e duas atendentes com várias crianças no salão, era o momento de troca de fraldas, então uma atendente saía com uma criança enquanto duas olhavam as outras. Em determinado momento, enquanto uma trocava fralda e as outras duas atendiam crianças chorando ou pedindo atenção, uma criança prendeu um dedo na porta e se feriu gravemente, essa foi, nas palavras de Maria Aparecida, a gota d'água, pois estava claro que, com aquela quantidade de atendentes, não era possível atender adequadamente as crianças. Imediatamente, ela saiu da creche e foi em direção à reitoria exigindo ser atendida por um responsável, ela não soube dar o nome de quem a recebeu, o que relatou foi que, assim que atendida, falou da falta de funcionários, de material, a precariedade de atendimento, enfim, de todos os problemas da creche. Quando retornou foi repreendida por uma enfermeira que representava a diretora na ocasião, porém, diz que não se arrependeu de sua atitude, pois, pouco tempo depois, mais oito atendentes foram contratadas e foi possível melhorar o atendimento às crianças. Assim foi possível que atendentes se organizassem para participarem das reuniões com a pedagoga para planejamento e relatórios, e para os cursos de formação com as professoras Ana Luiza Smolka e Orly Zucatto, que se intensificaram após este período.

Após a construção do prédio definitivo do berçário, em 1986, na Rua Monteiro Lobato, nº 50, totalizando 800 metros quadrados, este local ampliou seu atendimento às crianças de 4 a 18 meses, que passaram a ficar no mesmo espaço, separados por módulos; as crianças saíam do módulo do berçário com 09 meses e iam para o módulo ao lado chamado, na época, de materna I, e ficavam até completarem aproximadamente 01 ano e seis meses – dependendo do desenvolvimento da criança. Após esta idade, as crianças iam para a Casa do Balão<sup>24</sup> - também conhecido como “Casinha” – e lá permaneciam até completarem 04 anos. De acordo com a pedagoga Maria Aparecida, as duas primeiras turmas de crianças que iniciaram no berçário da

---

<sup>24</sup> Localizado na Rua: Roxo Moreira, 1364, onde hoje é o restaurante Terraço.

UNICAMP, após os quatro anos, iam para o antigo salão nobre<sup>25</sup>, porém, logo foi necessário providenciar outro lugar, pois a procura crescia muito – além da obrigatoriedade de entregar o salão nobre para outros fins – então, a universidade alugou mais dois espaços, a Casa do Sesmit – que se localizava em frente ao prédio da reitoria III e atendia crianças de 03 anos – e a Casa da Rua 7, que ficava bem mais longe, na cidade universitária<sup>26</sup>, que recebia as crianças de 04 a 05 anos.

Estas instituições mostravam que, em pouco tempo, foi possível organizar o atendimento à criança pequena na UNICAMP. Importante mencionar que, após esta ampliação no atendimento, a Comunidade Infantil Cantinho da Física fechou suas portas e teve suas crianças distribuídas entre estas instituições.

Em 1988, a Faculdade de Educação foi convidada a participar de uma reunião na Reitoria sobre a construção de um novo prédio para o funcionamento da pré-escola no campus<sup>27</sup>. Três representantes professoras da FE, levaram algumas sugestões com base em documentos e delineamentos de uma política de educação pré-escolar, que vinha sendo amplamente debatida desde 1982, no contexto da constituinte, da nova constituição e do MEC. Os argumentos apresentados pela FE ancoravam-se numa fundamentação teórica que levava em conta, inclusive, a importância do espaço físico pensado a partir dos conhecimentos sobre o desenvolvimento das crianças pequenas, e possíveis formas de funcionamento desse espaço institucional. Para surpresa da equipe da FE, que trazia propostas de localização e construção do prédio com sugestões de uma arquiteta, o vice Reitor deu por encerrada a reunião, afirmando que a decisão quanto a essas questões já havia sido tomada. O prédio seria construído a partir do modelo dos “predinhos” pré-fabricados, como a maioria das construções realizadas no campus, naquele período; e o local, também já definido, seria em frente ao Pronto Socorro do HC. A decisão ia contra todos os argumentos da equipe da FE, e diante do impasse estabelecido pela total desconsideração das ponderações da equipe, as representantes da

---

<sup>25</sup> Que se localizava ao lado do Restaurante Universitário (RU)

<sup>26</sup> Para chegarem a este local, as crianças pegavam ônibus fretados pela UNICAMP e eram acompanhadas por recreacionistas, pedagogas e algumas mães.

<sup>27</sup> Importante mencionar que, nesta época, o reitor era o Professor Doutor Paulo Renato Costa Souza. Sua gestão teve início logo após a do Professor José Aristodemo Pinotti, em 18/04/1986, terminando em 18/04/1990.

FE optaram por declinar do convite oficial para participação na comissão.

A entrega deste prédio se deu no ano de 1988 e concentrou as crianças maiores de um ano e meio da Casa do Balão, da Casa do Sesmt e da Casa da Rua 7. Foi também nesta época que a UNICAMP firmou convênio com a prefeitura de Campinas, com isso, a universidade ficava responsável no atendimento às crianças de 0 a 3 anos e a prefeitura, com o funcionamento de uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), recebia as matrículas das crianças de 4 a 6 anos, este atendimento era feito no mesmo prédio do maternal na Rua Carlos Chagas nº 301<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> Este convênio com a prefeitura foi rompido somente em 2010, quando a universidade ficou responsável também pelo atendimento das crianças maiores de 3 anos.

## **5. Capítulo IV**

### **Surgem os Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo**

A criação da creche da UNICAMP atendeu aos dispositivos legais e a interesses políticos, e sua proposta não difere da proposta de criação do Programa Centros de Convivência Infantil (CCI's) do Estado de São Paulo, apesar da vinculação da universidade com este programa ter se dado tardiamente<sup>29</sup>. Este projeto, como veremos a seguir, também se baseou em uma política assistencialista de atendimento às mães trabalhadoras, em sua maioria das camadas mais pobres da população, além disso, estava sob administração direta de assistentes sociais, desta forma, estes centros caracterizavam a prestação de serviços a uma parcela determinada da população: mulher, mãe e servidora pública.

O Programa Centro de Convivência Infantil do Estado de São Paulo foi iniciado em 1979, sob o governo de Paulo Salim Maluf, principalmente para atender à legislação vigente e a uma demanda crescente de funcionárias que necessitavam deixar seus filhos em locais adequados durante sua jornada de trabalho, segundo levantamento feito em Secretarias do Estado. Esta demanda foi levada em consideração pelo Estado por ocasião das crescentes manifestações da sociedade por creches.

A partir da segunda metade da década de 70, através de um contexto social marcado pela expansão da economia com um acelerado processo de industrialização e urbanização (Hoffman e Leone, 2004), intensificou-se a participação das mulheres no mercado de trabalho, desta forma, a reivindicação por creches ganhou grande proporção, principalmente através do movimento feminista e das mulheres das camadas mais pobres da população, e houve efetiva expansão deste atendimento, era então colocado em destaque "a questão dos cuidados e responsabilidades para com a infância, exigida modificações nos papéis sociais tradicionais do homem e da mulher, bem como na dinâmica das relações familiares". (Merisse apud Palmen, 2007, p.233/34).

Mais especificamente em São Paulo, as mulheres se organizaram no que ficou conhecido como o "Movimento de Luta por Creches" - encabeçado

---

<sup>29</sup> Não encontrei, durante a pesquisa, a data específica em que a creche se vinculou ao Programa CCI do Estado de São Paulo.

pelo movimento feminista - que encaminhava para o governo, em especial para as assembleias constituintes, reivindicações por creches, especialmente nos locais de trabalho. O interessante deste movimento, era que ele dava uma característica educacional à creche, em detrimento de iniciativas governamentais até então totalmente assistencialistas de atendimento à criança pequena e com um atendimento totalmente voltado às necessidades da mãe, e não da criança:

O Movimento de Luta por Creches, sob influência do feminismo, apresentava suas reivindicações aos poderes públicos no contexto de uma luta por direitos sociais e de cidadania, modificando e acrescentando significados à creche, enquanto instituição. Esta começa a aparecer como um equipamento especializado para atender e educar a criança pequena, que deveria ser compreendido como uma alternativa que poderia ser organizada de forma a ser apropriada e saudável para a criança, desejável à mulher e à família. A creche irá, então, aparecer como um serviço que é um direito da criança e da mulher, que oferece a possibilidade de opção por um atendimento complementar ao oferecido pela família, necessário e também desejável. (idem, ibidem)

Como este movimento em São Paulo era muito forte, o Estado não teve outra opção senão atender às reivindicações feministas, a partir disso, cria-se os Centros de Convivência Infantil em 1979. Porém, mesmo lutando por ideais de creches que privilegiassem o cuidado e educação da criança pequena, o que este movimento conseguiu foi a criação de centros de convivência infantil nos quais eram priorizados os ideais higienistas de cuidado e atenção, com o foco voltado à assistência social. Prova disso é que o planejamento e organização destes centros foram entregues a uma equipe coordenada por assistentes sociais, com intervenção informal do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo (FASPG), que sugeriu a criação de centros de convivência infantil em todos os departamentos da administração estadual, ou seja, além do atendimento assistencial, ainda se delimitava a utilização dos CCI's para as mães servidoras públicas, afunilando ao máximo o atendimento.

Na UNICAMP não foi diferente, e a luta por creches, apoiada pelo movimento sindical, acontecia também nesta mesma época<sup>30</sup>, que era de forte tensão política; à reitoria cabia tentar conter as manifestações e continuar com a parte teórica de construção da creche.

Em 1978 foi promovida a Semana da Mulher, organizada pelo Centro Acadêmico do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), que foi

---

<sup>30</sup> Como tratado no primeiro capítulo deste estudo.

organizada como um ciclo de debates entre o movimento feminista e pesquisadoras, mulheres ligadas ao movimento sindical, etc, que discutiam as condições de vida e de trabalho da mulher na sociedade (Reis, 1997). A creche era um assunto importante já que era o que garantiria a saída da mulher para o mercado de trabalho:

As feministas, tendo lutado pelos direitos de a mulher trabalhar, estudar, namorar e ser mãe, lutaram também, no Brasil dos anos de 1970, pelo direito de seus/suas filhos/as à creche – o que garantiria que os outros direitos femininos fossem garantidos. (Faria, 2005, p. 1015)

Além das reivindicações a favor da construção de uma creche na universidade, havia uma política de incentivo ao aleitamento materno por parte de uma equipe encabeçada pelo reitor José Aristodemo Pinotti que influenciou positivamente a criação do CCI - UNICAMP, incentivo que não fez parte, diretamente, do programa de planejamento e organização dos CCI's em São Paulo.

Voltando à história da criação dos Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo, em 1982 surge o decreto de nº 18.370 de 08 de janeiro, instituindo os Centros de Convivência Infantil e atribuindo ao Fundo de Assistência Social do Estado de São Paulo (FUSSESP) a tarefa de propor diretrizes técnicas, além de acompanhar e avaliar estes programas. Neste mesmo ano, através da Emenda Constitucional do Estado de São Paulo, nº 31 de 31 de maio, em seu artigo único, tornou-se obrigação do Estado atender aos filhos de servidoras:

"O Estado manterá, na forma que a lei estabelecer, nas repartições públicas em que prestem serviço mais de trinta mulheres, local apropriado onde seus filhos, até sete anos de idade, recebam assistência e vigilância, durante o horário de expediente"

Estes centros começaram a funcionar com projetos de responsabilidade das prefeituras de cada cidade. Através do decreto nº 22.011, de 21 de março de 1984, já sob o governo de Franco Montoro, institui-se um "[...] Grupo de Trabalho incumbido de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das normas e procedimentos relativos aos Centros de Convivência Infantil<sup>31</sup>.

Com base nas conclusões levantadas em relatório entregue por essa comissão, o governador Franco Montoro cria o decreto nº 22.865, de 1º de novembro de 1984, reformulando o Programa de Centros de Convivência

---

<sup>31</sup> O referido decreto não deixa claro quem serão os integrantes deste grupo de trabalho.

Infantil das Secretarias de Estado e Entidades. Este decreto estabelece diretrizes que deverão ser comuns em todos os CCI's, além de especificar quais órgãos participarão efetivamente do desenvolvimento destes centros e as funções de cada um na administração, logo, ao Fundo de Assistência Social do Estado de São Paulo são delegadas as funções de:

propor as diretrizes técnicas a serem adotadas pelo programa[...]; acompanhar a implantação e o desenvolvimento do programa; [...] promover a realização de projetos de treinamento e desenvolvimento dos recursos humanos destinados aos Centros de Convivência Infantil; avaliar o desempenho do programa, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento; estimular e orientar organizações de funcionárias e servidoras [...] tendo em vista sua participação no programa. (artigo 4º)

Às Secretarias de Estado e Entidades Descentralizadas - às quais pertencem as autarquias, como é o caso da UNICAMP - cabe:

[...]instalação, manutenção e a direção dos Centros de Convivência Infantil, bem como a promoção das medidas necessárias ao desenvolvimento do programa[...]; designar pessoas de confiança que farão integração com o FUSSESP, participando, também, do desenvolvimento dos trabalhos necessários ao efetivo cumprimento do disposto no artigo 4º deste decreto. (artigos 5º e 6º)

Em seu artigo 7º, o decreto especifica algumas atribuições comuns aos CCI's:

receber e cuidar das crianças filhos ou dependentes legais de funcionárias e servidoras, durante seus horários de trabalho; zelar pelo bem-estar das crianças assistidas; [...]providenciar o atendimento alimentar das crianças; zelar pela higiene da alimentação distribuída às crianças, bem como dos materiais e das dependências por elas utilizadas[...].

Desta forma, podemos concluir que os Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo foram construídos baseados em uma política de atenção e auxílio à mãe trabalhadora. Na UNICAMP que, na mesma época, passava por um processo político turbulento e com reivindicações parecidas, a construção da creche também se baseou em uma política de assistência, a diferença é que nesta universidade houve ainda, durante a organização e criação do CCI, a influência de uma equipe formada por pessoas da área médica que defendiam o aleitamento materno como sendo o melhor para a saúde da mulher e do bebê.

## **6. Capítulo V**

### **Assistência e educação à criança pequena: debates e disputas.**

Faz-se importante caracterizar os anos 80 no que diz respeito às políticas públicas para a educação infantil, pois foi essa a época de inauguração e funcionamento do Centro de Convivência Infantil da UNICAMP, desta forma, podemos estabelecer um paralelo entre as mudanças na área educacional no país e o que estava acontecendo - ou não - dentro do CCI a esse respeito.

Foi durante este período que se pôde observar uma mudança de pensamento dos órgãos públicos sobre a criança pequena e suas necessidades específicas.

A década de 80 é caracterizada por diversos movimentos sociais e por reorganização da sociedade civil, manifestando-se, na área da educação, através do movimento dos trabalhadores, na luta pela educação de qualidade para todos, no movimento sindical e na reivindicação de melhoria do salário e da formação do professor. (Munerato, 2001, p. 17)

E são estes movimentos sociais e a forte manifestação popular que fizeram com que o governo comesse a se mobilizar e passasse a mudar sua visão sobre a criança pequena e os locais criados para atendê-la. Deve-se levar em consideração que esta mudança se dá primeiro no ideário social, para mais tardiamente, atingir os governantes, prova disso é o já citado Programa de Centros de Convivência Infantil do Estado de São Paulo que manteve sua política assistencialista durante grande parte da década de 80.

Acontece também, nesta época, um início de mudança de prioridade no atendimento em algumas creches; onde antes a prioridade era a mãe trabalhadora, agora, passa a ser a criança, logo, vai surgindo uma nova visão de creche, como um lugar no qual o educar e o cuidar caminham juntos e, conjuntamente, um novo ideário de criança, que passa, gradativamente, a ser vista como “um sujeito ativo, em pleno desenvolvimento social e histórico que, como tal, marca e é marcado por uma determinada cultura.” (Pierri, 2009, p. 01).

Uma grande mudança no período pode ser vista na procura das famílias por creches e instituições que recebem estas crianças. Entre finais da década de 70 e por toda a década de 80, as matrículas na educação infantil – crianças



de até seis anos de idade - triplicaram no país (Didonet, 1993), especialmente na rede pública. Estes dados mostram uma mudança no pensamento difundido na sociedade no que se refere à educação da criança pequena que, até pouco tempo, estava relacionado apenas com cuidado, limpeza e assistência.

A educação sanitária, ou seja, baseada em preceitos médico-higienistas, teve forte repercussão no Estado de São Paulo no começo do século XX, após problemas relacionados com o progresso, a concentração urbana que expuseram a miséria e a falta de hábitos saudáveis. Heloísa Pimenta, em seu livro "Higienização dos Costumes" considera a educação escolar um meio usado pelos médicos e sanitaristas para higienizar a população, e não apenas com o intuito de curar ou prevenir, mas de formar consciências, através da difusão de hábitos e costumes; o importante naquele momento era o cuidado com a estética da cidade, a aparência das famílias e a escola era um caminho muito viável para se atingir a população.

Porém, naquela época, legalmente, a criança só ia para a escola a partir dos 7 anos de idade, os menores eram responsabilidade da família; a educação infantil foi incorporada ao sistema nacional de educação de forma mais lenta sendo que, para que isso acontecesse, várias foram as reivindicações e manifestações por parte da população, de intelectuais, militantes, a favor, primeiramente, de instituições que cuidassem das crianças pequenas e, posteriormente, que estas tivessem caráter educacional e não apenas assistencial.

No início do século XX, as instituições de atendimento à infância se baseavam neste preceito higienista de combate à miséria e mortalidade infantil, isto implicou em um aumento de creches, asilos e internatos destinados a cuidar das crianças pobres:

Eram as creches que surgiam, com caráter assistencialista, visando afastar as crianças pobres do trabalho servil que o sistema capitalista em expansão lhes impunha, além de servirem como guardiãs de crianças órfãs e filhas de trabalhadores. Nesse sentido, a pré-escola tinha como função precípua a guarda de crianças (Kramer, 1987, p. 23)

A partir da década de 1930 temos o surgimento dos parques infantis em São Paulo, destinados às crianças de 3 a 6 anos, nos quais se privilegiava o lúdico e as questões culturais como fundamentais para o processo educativo, e onde o educar com e a partir da recreação era um estímulo ao

desenvolvimento integral da criança. Foi também nessa época que surgiram as primeiras creches em empresas, pois houve várias manifestações dos operários reivindicando melhores condições de trabalho, entre elas, o direito das mulheres de contar com instituições onde pudessem deixar seus filhos durante seu horário de serviço. Várias foram as manifestações referentes à criação dessas creches, em especial após 1932, quando a legislação torna obrigatória que as empresas com mais de 40 funcionárias, com idade superior a 16 anos, ofereçam lugares adequados para que as mulheres possam deixar seus filhos enquanto trabalham.

Nos anos 60 e 70, o país passou pela chamada educação compensatória que teve, como alvo, as crianças de classe pobre e privadas culturalmente, pois tal privação justificava o fracasso dessas na escola.

A própria coordenação de Educação Pré-escolar do MEC sugeria, naquela ocasião, a opção por programas pré-escolares de tipo compensatório. Pouco a pouco foi sendo explicitado que esses programas de educação compensatória partem da idéia de que a família não consegue dar às crianças condições para o seu bom desempenho na escola. As crianças são chamadas de “carente” culturalmente, pois se parte do princípio que lhes faltam determinados requisitos básicos capazes de garantir seu sucesso escolar, e que não foram transmitidos por seu meio social imediato. A pré-escola, dentro desta visão, serviria para prever estes problemas (carências culturais, nutricionais, afetivas), proporcionando a partir daí a igualdade de chances a todas as crianças, garantindo seu bom desempenho escolar<sup>32</sup>.

No início da década de 1980, teve início o questionamento dos programas compensatórios e começaram reivindicações por uma educação infantil de qualidade e para todos, foi neste período que a educação pré-escolar foi instituída oficialmente, entendida como política governamental através do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto. Em 1986, vários ministérios e organizações nacionais, com a coordenação do professor Vital Didonet - à época coordenador de educação pré-escolar do Ministério da Educação - MEC e também presidente nacional da Organização Mundial para a Educação pré-escolar - OMEP - promoveram um movimento nacional chamado “Criança e Constituinte”, este movimento funcionava de forma articulada em todo o país, todos em prol da educação infantil. Em cada Estado foi criada uma Comissão Estadual Criança e Constituinte, formada por secretarias de governo homônimas aos ministérios envolvidos e por uma gama variada de ONGs, elas

---

<sup>32</sup> Site da Universidade Federal Fluminense, s/ autor, s/ data. Disponível em: [www.uff.br/facedu/departamentos/.../educacao\\_infantil\\_e\\_leis.doc](http://www.uff.br/facedu/departamentos/.../educacao_infantil_e_leis.doc)

somaram mais de 600, em todo o Brasil.

As ações incluíam estudos, debates, elaborações de documentos sobre a infância no Brasil, marchas, manifestações nas ruas, ações em estabelecimentos de educação, reuniões e debates em associações de moradores. Fez-se também campanha nos meios de comunicação, especialmente rádio e televisão sobre os direitos da criança, Tínhamos a presença frequente de especialistas e até crianças no Congresso Nacional. (Mamede, 2010, p. 02).

Para se ter uma idéia da grandeza deste movimento, participaram da comissão Criança e Constituinte os ministérios: da Educação, da Saúde, do Trabalho, da Previdência Social, da Justiça, da Cultura e Planejamento; as Organizações: Fundo nas Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar – OMEP, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, Federação Nacional de Jornalistas – FENAJ, Sociedade Brasileira de Pediatria – SBP, Conselho Nacional de Direitos da Mulher – CNDM, Frente Nacional dos Direitos da Criança – FNDC, Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua – MNMMR.

Este movimento teve forte influência sobre o texto da Constituição de 1988, pois apresentou uma emenda popular que propunha a inclusão dos direitos da criança na Constituição durante a Assembleia Nacional Constituinte – que iniciou seus trabalhos em 1987 - defendida no plenário pelo professor Vital Didonet, acompanhado de várias crianças. O Fórum Nacional pelo Direito das Crianças igualmente defendeu uma emenda, ambas com o mesmo caráter de projeto de lei. Estas ações estavam inseridas em um processo amplo de debate sobre a criança na sociedade brasileira, a história da infância no Brasil, a situação de vida e desenvolvimento e os direitos da criança. A participação popular na Assembleia Constituinte assegurou que este novo olhar sobre a criança fosse garantido constitucionalmente e este foi um passo muito importante para o reconhecimento educacional das creches e instituições de atendimento à criança pequena. Para Didonet, foi esta luta e o direito constitucional das crianças por creches e pré-escolas, que deu origem à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, em 1996.

Foi também na década de 80 que ocorreram várias manifestações referentes à formação dos profissionais de educação infantil, um forte exemplo são as mudanças no curso de magistério. Em 1971, através da lei nº 5. 692, o curso normal se transforma em habilitação para o magistério, desde então, não houve mais avanços no curso. Até que em 1982, o MEC, através da

Coordenadoria do Ensino Regular de 2º Grau – COES, elaborou o Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério – CEFAM “com o objetivo de apoiar pedagógica e financeiramente as unidades da federação, que haviam manifestado interesse em desenvolver ações na área do magistério.” (Fusari e Cortese, 1989, p. 76). Os CEFAM's foram implementados em diversos Estados do país com a intenção de melhorar a formação dos professores de educação infantil e primeiras séries do ensino fundamental, além de responder a diversas manifestações populares que reivindicavam melhorias na formação destes profissionais.

Um movimento importante que provocava discussões sobre a formação dos professores foi o Comitê Pró-Formação do Educador que, em 1983, passou a ser conhecido como Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador – CONARCFE, “[...] esta organização promovia encontros e discussões sobre o tema e apresentava resultados finais de trabalhos em documentos.” (Munerato, 2001, p. 39)

No que se refere especificamente às políticas educacionais para a educação infantil na época, pode-se citar alguns avanços. Em 1980, o MEC lança o III Plano Setorial de educação que inclui a educação infantil entre as linhas prioritárias de intervenção educacional. Sequencialmente, em 1981 são realizados convênios entre as secretarias estaduais de educação e o MEC, com a finalidade de expandir a pré-escola a baixo custo, como estratégia do Programa Nacional de Educação Pré-Escolar (Krammer e Souza, 1988). Ainda de acordo com as autoras, a prioridade de atendimento à educação infantil pelo MEC e outros órgãos públicos na época, se dá muito mais pela pressão e organização popular existentes na sociedade do que pura iniciativa governamental, além disso, o avanço e as mudanças nas políticas oferecidas ao pré-escolar, mudam também de acordo com a resposta e a crítica feitas pela população ao que o governo oferece na área.

Os anos 80 também foram marcados por vários estudos, pesquisas e produções teóricas sobre a educação infantil, um exemplo foram as Conferências Brasileiras de Educação (CBE) que aconteceram durante toda a década. Ao todo foram cinco sendo: I CBE, 1980 – São Paulo; II CBE, 1982 – Belo Horizonte; III CBE, 1984 – Niterói; IV CBE, 1986 – Goiânia; V CBE, 1988 - Brasília. No que se refere especificamente à educação infantil, foi discutida,

principalmente, a importância de:

se consolidar políticas, diretrizes e ações destinadas à educação infantil, via coordenação dos esforços da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, para ampliar, apoiar e otimizar os processos de organização, gestão e universalização gradativa desta etapa da educação básica, por meio da realização do censo da educação infantil; da garantia de que a atuação com as crianças seja feita exclusivamente por professores devidamente credenciados; de um repensar, de modo integrado, todo o currículo das primeiras etapas da educação básica, em decorrência do ingresso aos seis anos no ensino fundamental, tornado obrigatório; de discussão das políticas de estabelecimento de convênios com entidades particulares, de tal forma que o MEC assumira a coordenação dessa discussão; de ampliação da oferta de educação infantil pelo poder público, diminuindo, gradativamente, o atendimento por meio de instituições conveniadas. (Secretaria da Educação do Paraná, p. 07)

A partir disso, pode-se notar a crescente importância que vai sendo dada às instituições de educação infantil, com preocupações no que se refere à criação de currículo de trabalho de acordo com a faixa etária, a preocupação com o atendimento direto às crianças sendo caracterizado pela figura de um professor devidamente capacitado, a ampliação do atendimento em todo o Brasil, etc, ou seja, cada vez mais o olhar da sociedade e, a partir disso, dos governantes, se volta para a educação da criança pequena.

De acordo com Muneratto (2001), é nos anos 80 que os municípios vão assumindo a educação da criança de 0 a 6 anos, desta forma, o interesse na área se torna mais intenso, assim como os eventos, discussões e publicações em torno da temática da educação da criança pequena.

Como exemplo, podemos citar várias publicações na área que foram de suma importância naquele momento em que se estavam sendo definidas mais claramente quais as funções da educação infantil:

1982: A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce - Sônia Kramer; 1983: Educação pré-escolar: viabilidade de uma proposta metodológica a serviço das crianças das classes populares - Sônia Kramer; A leitura e a expressão da criança - Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro; 1984: Professoras da pré-escola em ação - Dias, R. J.; 1985: Reflexões sobre alfabetização - Emília Ferreira; 1986: O papel social da pré-escola - Sônia Kramer; Alfabetização: dilemas da prática; Constituinte e a educação da criança de 0 a 6 anos, Maria Malta Campos; A educação pré-escolar: fundamentos e didática; 1987: Avanços, retrocessos e impasses da política de educação pré-escolar no Brasil - Kramer, S. e Souza, S. J.; 1988 Educação ou tutela?: a educação da criança de 0 a 6 anos - Kramer, S. e Souza, S. J. (Muneratto, 2001, p. 49/50)

Assim como o processo pelo qual passou o avanço nos estudos sobre a educação infantil no Brasil, que se deu de forma lenta e gradual, também desta forma aconteceram as modificações na estrutura e funcionamento da creche da

UNICAMP. O CCI-UNICAMP surgiu em um período de muitas mudanças - legais, sociais, intelectuais - no que se refere à educação infantil no país, por ter se iniciado como um projeto médico, de incentivo ao aleitamento materno, as mudanças mais significativas no atendimento às crianças nesta instituição se deram mais lentamente.

Como já foi tratado no 3º capítulo deste trabalho, havia uma preocupação por parte da diretora Lucila em não restringir a creche à área médica, como relatou a professora Ana Luiza Smolka, e é possível perceber que algumas mudanças ocorreram bem rápido, já que o berçário foi inaugurado em julho de 1982 para suprir uma demanda por creche na universidade e, em 1983, somente um ano depois, já havia uma equipe de professores da Faculdade de Educação auxiliando no funcionamento da creche. No ano seguinte, foi contratada a primeira pedagoga e dado início aos estágios de educação. Ou seja, apesar de a creche ter sido construída sob preceitos de atenção e assistência à mãe que amamentava - e estes preceitos ainda influenciaram nas matrículas e, em parte, no atendimento às famílias e às crianças até hoje - não podemos deixar de lado os avanços na área educacional que o CECI-UNICAMP teve com o passar dos tempos.

Como já foi mencionado, as primeiras funcionárias que entraram na creche para cuidar das crianças não precisavam ter um grau de escolaridade específico, era só passar no concurso e ter vaga na instituição. Em uma conversa que tive com uma professora que começou a trabalhar na creche em 1985, ela me contou como se deram essas mudanças específicas:

Para começar a trabalhar, prestei um concurso para atendente, não era específico para a creche, eu poderia trabalhar em qualquer lugar da UNICAMP, porém, logo que fui chamada, não tive escolha e fui para lá. Trabalhei no berçário até 1992, lá, não havia nenhum interesse com a educação das crianças, era o cuidado que contava. Em 92, por causa de um problema na mão, tive que parar com o trabalho com os bebês e fui para o prédio do maternal, nesta época, já haviam mudado nossa função na carteira de trabalho para recreacionista, não fizemos nenhum curso específico, só nos chamaram um dia e disseram que, a partir daquela data, iríamos ser recreacionistas. O trabalho não mudou muito, nem as exigências no trato com as crianças [...] (B., 60 anos, 2011)

Interessante mencionar que, de acordo com a pedagoga Maria Aparecida Zanini, em 1992 começou a Jornada de Educadores na UNICAMP, que aconteceu no final do ano, durante dois dias, e as funcionárias podiam participar através de uma escala de revezamento: "A I Jornada de Educadores

teve início em outubro de 1992, possuía um misto de palestras e oficinas oferecidas aos funcionários dos Programas Educativos que se revezavam para participar do evento<sup>33</sup>. Até 2001, este evento ocorria todo ano, após este período, começou a acontecer a cada dois anos. A pedagoga diz que todas participaram em 92 e 93, a partir daí ela desconhecia, pois foi o ano em que se aposentou<sup>34</sup>.

A década de 80 marca um aumento dos eventos relacionados à educação infantil no Brasil, como mencionado anteriormente, porém, o primeiro evento que a equipe da creche inscreveu um trabalho foi o I Congresso Panamericano de Aleitamento Materno, realizado no período de 12 a 15 de maio de 1985, em Porto Alegre. Neste Congresso, Ellen Hardy, Lucila E. Moreira Sandoval, Ana Sílvia de Souza Lima - enfermeira e diretora do berçário entre os anos de 1982 e 1983 - e Maria das Graças Coutinho, apresentaram um trabalho intitulado " A participação da mulher no mercado de trabalho e o aleitamento materno: a experiência da UNICAMP", cujo resumo foi publicado na folha nº 43 dos anais de memória do Congresso e segue abaixo transcrito:

Em agosto de 1982, foi inaugurado o Centro de Convivência Infantil da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A primeira unidade funcional foi o berçário, destinado aos bebês das funcionárias que estavam amamentando. Até completar seis meses de idade os bebês devem ser amamentados pelo menos duas vezes durante o expediente de trabalho da mãe. Dos seis até os nove meses devem mamar pelo menos uma vez.

É descrita a estrutura do berçário e são apresentados os resultados do levantamento das características das 135 funcionárias cujos bebês frequentaram o berçário até 28 de fevereiro de 1985.

Este trabalho trata somente da estrutura do berçário e da importância de seu funcionamento para as mães que amamentavam, caracterizando os preceitos assistenciais nos quais se baseava a instituição, porém, a pedagoga Maria Aparecida fala que, após 1986, pedagoga e atendentes tiveram também a possibilidade de participar de alguns eventos educacionais. Em 1986, participaram do "II Encontro Nacional de Professores do PROEPRE"; em 1987 do "Seminário: Interação adulto-criança em creches e escolas maternas"; em 1989, já com outras pedagogas contratadas, houve a representação do CECI

---

<sup>33</sup> Site da Jornada dos Educadores - 2007, disponível em: [http://www.dgrh.unicamp.br/jornada2007/historia\\_b.html](http://www.dgrh.unicamp.br/jornada2007/historia_b.html)

<sup>34</sup> Pessoalmente, posso dizer que este evento ocorre até hoje e que, desde que eu entrei como funcionária nesta instituição, em 2005, somos dispensadas para participar dos dois dias, que já fazem parte do calendário da creche. Hoje em dia há a possibilidade de apresentação de trabalho referente aos projetos feitos com as crianças na creche, além disso, o evento é aberto ao público em geral.

com apresentação de trabalho no "Congresso Brasileiro de Creches", que aconteceu no Rio de Janeiro<sup>35</sup>. A partir daí, ela fala sobre o jornada dos educadores e cita uma reunião, que ocorria anualmente no Parque Água Branca em São Paulo, que reunia profissionais de creche, a direção dispensava algumas funcionárias para irem à reunião. Dentro da creche, havia profissionais interessados em mudar a questão do atendimento e dar mais do que atenção e higiene às crianças, isso foi um passo importante na gradual mudança que ocorreu no interior do CECI.

A professora B. afirmou que:

Após mudarmos para a função de recreacionistas, nada mudou praticamente na nossa atuação com as crianças, no berçário, as coisas continuaram as mesmas, o importante era dar banho e comida para os bebês. Quando mudei para o prédio do maternal, de diferente havia o espaço, que era bem maior e as crianças ficavam mais livres e havia mais música e leitura de histórias para crianças. A pedagoga Aparecida era maravilhosa e nos ajudava no que precisássemos com atividades ou ideias para fazer com as crianças, foi a melhor pedagoga que a creche teve.

Bem mais tarde, não lembro bem a data, houve uma exigência para que fizéssemos o curso de magistério e, após o término, iríamos mudar novamente a função na carteira de trabalho para "professores de nível médio de educação infantil", fiz o curso à noite e éramos dispensadas para os estágios de manhã, em 2005 me formei e mudei a nomenclatura. A partir disso, os concursos para a creche passaram a ser específicos para a área do magistério e tinha a exigência da escolaridade e, além disso, começou uma exigência maior com projetos para as crianças, reuniões de pais para apresentar os projetos, relatórios individuais, reuniões mais frequentes com as pedagogas, enfim, com o tempo essas coisas foram mudando.

Posso dizer que no berçário as mudanças não aconteceram tão rápido, lá ainda era muito assistencialista e as próprias mães não estavam muito interessadas em trabalhos pedagógicos com os bebês, mesmo assim, a exigência de formação era para trabalhar com qualquer faixa etária.

Esta exigência começou a acontecer após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394 de 1996, a qual especifica a educação infantil como a primeira etapa da educação básica e que a formação de docentes para atuar na educação básica deverá ser de, no mínimo, nível médio com habilitação em magistério (Savani, 1997). Desde 2010, em mais uma tentativa de melhora no atendimento, tornou-se obrigatório o diploma de curso superior em pedagogia para prestar o concurso de ingresso para professor(a) na creche; para quem já trabalha na instituição, não é obrigatório, porém, muito

---

<sup>35</sup> A Maria Aparecida não conseguiu me fornecer uma cópia do trabalho apresentado e eu não consegui através da pesquisa, ela só citou que o trabalho contava o funcionamento da creche sob o olhar de profissionais da educação.



incentivado, especialmente porque o diploma está dentro de uma política de aumento salarial para os professores.

## 7. Conclusão

O CECI-UNICAMP passou por várias transformações desde sua criação. Ele nasceu como uma demanda dos trabalhadores por creches no local de trabalho - reivindicação que, na época, estava acontecendo em todo o Brasil - e surgiu em um momento conturbado da universidade, logo após o processo de intervenção, em que há uma movimentação muito forte dos trabalhadores, estudantes e professores.

Em meio a isso, inicia o trabalho como reitor da universidade um médico ginecologista, que participou das discussões no exterior e acompanhou os movimentos da UNICEF sobre o aleitamento materno e se tornou um defensor do aleitamento natural como alimentação exclusiva para a criança até os seis meses de idade, como forma de combater a mortalidade infantil e garantir a saúde da mãe. Este médico une suas convicções à necessidade da comunidade universitária em ter uma creche no campus e, neste contexto, surge a creche da UNICAMP, para garantir que as mães que trabalhavam/estudavam e davam aula na universidade tivessem um lugar para amamentar seus filhos.

Para isso, era necessário organizar a creche de forma que as crianças pudessem ser cuidadas e higienizadas no período em que permanecessem na instituição, além disso, o espaço para as mães também deveria ser cuidadosamente organizado, já que elas passariam grande parte do seu dia na instituição. Nesse mesmo período e associado ao direito de amamentar e ter seus filhos na creche, elas conquistaram o direito a dois intervalos de 30 minutos por dia nos dois períodos de trabalho para amamentar e a chegar 20 minutos mais tarde e sair 20 minutos mais cedo do serviço diariamente - tudo para garantir que a amamentação acontecesse com regularidade.

Para isso, foram contratadas pessoas de confiança do reitor, todas ligadas à área médica, para organizar a creche. Em pouco tempo, essas pessoas deram continuidade a um projeto que já estava no papel desde 1975, e, em julho de 1982, apenas três meses após o reitor José Aristodemo Pinotti assumir a reitoria, foi inaugurada a primeira creche para receber filhos e dependentes legais de funcionários, docentes e estudantes da Universidade Estadual de Campinas.

Assim, era de se esperar que o CECI-UNICAMP seguisse uma política de atendimento voltada quase que totalmente ao cuidado e atenção da mãe e da criança, já que sua criação e organização giraram em torno da amamentação compulsória, e estes preceitos, até hoje, 29 anos após sua inauguração, ainda são prioridade no atendimento à criança pequena.

Porém, pode-se dizer que muita coisa mudou na creche desde sua inauguração, isso pode ser facilmente verificado, por exemplo, na exigência da formação para as pessoas que atuam diretamente com as crianças. No começo, eram mulheres sem escolaridade específica. Com o tempo, e seguindo leis e normas educacionais, foi sendo pedido a formação em nível médio com magistério e, desde 2010, o curso superior em pedagogia. Logo, o atendimento às crianças passou por transformações significativas, antes ele era feito por atendentes, depois recreacionistas, professoras com magistério, e hoje são as professoras com nível superior que as recebem.

Além disso, a equipe técnica da creche também mudou muito. No início, eram enfermeiras que dirigiam e coordenavam a instituição, com o passar do tempo, pedagogas foram contratadas; primeiramente uma, só para auxiliar as atendentes, um tempo depois, conforme foi se expandindo o atendimento, contratou-se mais algumas, sendo que cada módulo, que separava as crianças por idade, tinha uma pedagoga; mais um tempo e a coordenação passou a ser encargo do pessoal da área pedagógica, até que, em 2009, a enfermeira Lucila Sandoval - que dirigiu a creche desde 1983 - se aposentou e, em seu lugar, foi chamada uma pedagoga. A partir disso, esta instituição passou a ser totalmente gerida por profissionais da educação, e as enfermeiras, atualmente em número reduzido, trabalham somente no atendimento à criança enferma, pesagem e na administração de medicamentos, e assim se pode observar a divisão do trabalho por especialidade na creche da Unicamp.

Desta forma podemos concluir que a creche da UNICAMP ainda mantém a base teórica de seu projeto inicial - cuidado e atenção - o que pode ser visto com mais frequência no prédio do berçário, onde o aleitamento materno, o cuidado com a criança e o bem receber as mães são procedimentos muito importantes, lá, mantém-se ainda a posição diante da maternidade e paternidade na qual a mãe tem prioridade de vaga em detrimento do pai trabalhador em decorrência da amamentação. Porém, as mudanças que

ocorreram nos 30 anos de funcionamento da educação infantil na Unicamp produziram um melhor atendimento às crianças, que são o foco e os protagonistas do trabalho atual.

Ainda há muito o que fazer para a melhoria desta instituição, como diminuição de carga horária da maioria dos professores que permanecem com as crianças 8 horas por dia, horário insuficiente para planejamento das atividades, atendimento às famílias, etc, logo, muitas outras histórias ainda serão contadas - quem sabe até mesmo por mim - dando continuidade ao processo de narrar e compreender a creche, a política de assistência à mãe trabalhadora em uma instituição educacional e os interesses que estão em jogo nessa história.

## 8. Bibliografia

ALVES–MAZZOTTI, Alda. J. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de Pesquisa**, FCC, São Paulo, n.81, p. 53-60, mai.1992

BONDIOLI, A. As funções sociais da creche: um serviço para quem? In: BONDIOLI, A. & MANTOVANI, S – ORG. **Manual de educação Infantil: de 0-3 anos – uma abordagem reflexiva**. Porto Alegre: Artmed, 1998, p. 13-37.

BRAGA, Natália P.; REZENDE, Magda A.; FUJIMORI, Elizabeth. Amamentação em Creches no Brasil. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**. v.19. n.3, São Paulo, dez. 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010412822009000300012&script=sci\\_arttext](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S010412822009000300012&script=sci_arttext) Acesso em 20 ago. 2011.

BUSTOS, Rodolfo Bórquez. México: el movimiento del 1968 no se olvida. **História, Debates e Tendências**. v. 8. n. 1.. jan./jul. 2008, p. 50-84, 2009.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. **História do direito do trabalho da mulher**: aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século. São Paulo: LTr, 2000.

CAMPOS, Maria M. O atendimento a infância na década de 80: as políticas federais de financiamento. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 82, p.5-20 , ago. 1992.

CAMPOS, M.C.; ROSEMBERG, F. ; FERREIRA, I. M. **Creches e pré-escolas no Brasil**. 3.ed. - São Paulo: Cortez; Fundação Carlos Chagas, 2001.

COSTA FILHO, Carlos Alberto Pio da. Liberalização do comércio: padrões de interação entre elites burocráticas e atores sociais. In DINIZ, Eli & AZEVEDO, Sérgio. **Reforma do Estado e Democracia no Brasil – dilemas e perspectivas**, 1997, 425 p., p. 175-212.

COSTA, Walber C. **Sindicalização e greves**: História recente do movimento sindical brasileiro. Revista História Hoje. Vol. 2, nº 6, 2010. Disponível em: [http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID\\_REVISTA\\_HISTORIA=6](http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=6) Acesso em 11 set. 2011.

DALBEN, Andre & DANAILOF, Kátia. Natureza urbana: Parques infantis e escola ao ar livre em São Paulo (1930-1940). **Revista Brasileira Ciências e Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, 2009, p. 163-177. Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/641/398> Acesso em: 11 set. 2009.

DIDONET, Vital. A educação infantil na nova LDB. **Revista do professor de educação infantil**. Secretaria de educação fundamental. Brasília, n. 27, 1994.

\_\_\_\_\_. A educação pré-escolar deve começar a partir do nascimento. **Revista escola**. Fundação Vitor civita. São paulo, n. 73, 1993.

\_\_\_\_\_. Balanço crítico da educação pré-escolar nos anos 80 e perspectivas para a década de 90. **Em aberto**. Brasília, v. 10, n. 50/51, abr. Set. 1992.

\_\_\_\_\_. Creche: a que veio... para onde vai... **Em Aberto**. Brasília, v.18, n. 73, p. 11-27, jul. 2001.

\_\_\_\_\_. O poder legislativo como espaço de participação popular e controle social. **Journal of Education for International Development**, 2006. Disponível em: <http://www.equip123.net/jeid/articles/4/OPoderLegislativo.pdf> Acesso em: 11 set. 2011.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na educação infantil, primeira etapa da educação básica. **Educação & Sociedade**, vol. 26, núm. 92, outubro, 2005, pp. 1013-1038.

FARIA, Ana Lúcia G.; PALHARES, Marina S. (Org.). **A educação infantil pós –**

**LDB:** rumos e desafios. Campinas, S.P.: Autores Associados.-FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000.

FAGUNDES, Magali dos Reis. **A creche no trabalho... o trabalho na creche.** Um estudo sobre o Centro de Convivência Infantil da UNICAMP: Trajetória e Perspectivas. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas no ano de 1997.

FILHO, José Martins. **Amamentação.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_ **Como e porque Amamentar.** São Paulo: Sarvier, 1984.

FUSARI, J. C.; CORTESE, M. P. Formação de professores em nível de 2º grau. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 68, fev. 1989.

GOMES, Eustáquio. **O Mandarin.** História da infância da Unicamp. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.

\_\_\_\_\_. Resistência se organiza e interventores não conseguem assumir. **Jornal da UNICAMP.** nº 330, jul. 2006. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/julho2006/ju330pag6-7.html](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2006/ju330pag6-7.html)  
Acesso em 19 mar 2010.

\_\_\_\_\_. O papel de Pinotti na consolidação da UNICAMP. **Jornal da UNICAMP.** nº 435, junh/julh 2009. Disponível em: [http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp\\_hoje/ju/julho2009/ju435\\_pag02.php#](http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/julho2009/ju435_pag02.php#)  
Acesso em 20 abr. 2011.

HARDY, Ellen E. (orgs.) **A participação da mulher no mercado de trabalho e o aleitamento materno:** A experiência da UNICAMP. In: I Congresso Panamericano de Aleitamento Materno. Porto Alegre, 1985.

\_\_\_\_\_ **Mulher, trabalho e amamentação:** Legislação e Prática. Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

\_\_\_\_\_. Variáveis reprodutivas e risco para doenças benignas de mamas: estudo caso-controle. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo, 1990, p. 387-393. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v24n5/06.pdf> Acesso em 13 mai. 2011.

HOFFMAN, Rodolfo; Leone, Eugênia T. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**. Belo Horizonte, 2004, p. 35-58. Disponível em: <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf> Acesso em 11 set. 2011.

KISHIMOTO, Tizuko M. Os jardins de infância e as escolas maternais de São Paulo no início da República. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 64, p. 54-60, fev. 1998.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais do Brasil: Educação Infantil e é Fundamental. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 27, n. 96, p. 797-818, out. 2006.

KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange (orgs.) **Educação ou tutela? A criança de 0 a 6 anos**. São Paulo: Loyola, 1988.

KUHLMANN JR., M. **Infância e educação infantil - uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998; 2ª edição – 2001.

\_\_\_\_\_. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. nº 14, Mai/Jun/Jul/Ago, 2000, p. 5-14. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>. Acesso em: 02 set. 2010.

KUHLMANN JR., M.; RAMOS, Maria M. S. **Políticas e organização do parque infantil no município de Campinas, São Paulo, décadas de 1940 e 1950**. S/d. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/~nee0a6/tkulmaria.pdf>. Acesso em 22 ago 2011.



LEME, Fernanda de Lucca. **Memórias de um parque infantil em Campinas: vestígios do pensamento de Mário de Andrade.** Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas no ano de 2008.

LEONE, Eugenia T.; TEIXEIRA, Marilane O. **As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical.** In: XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu, 2010. Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs\\_pdf/tema\\_8/abep2010\\_200.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_8/abep2010_200.pdf) Acesso em: 08 set. 2011.

MAMEDE, Márcia. **Mobilização pela conquista dos direitos da criança.** Discurso Fórum Nacional de Primeira Infância, 2010, p. 01-05. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/36506278/Movimento-social-pelos-direitos-da-crianca-fala-Marcia-Forum-SP-1> Acesso em: 02 set. 2011.

MERISSE, Antonio. **As origens das instituições de atendimento à criança: o caso das creches.** In: MERISSE, A. (et. al.) Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato. São Paulo: Arte & Ciência, 1997. P. 25-51.

MUNERATO, Rita V. S. **Educação infantil: políticas públicas na década de 80.** Bauru: EDUSC, 2001.

NASCIMENTO, Maria Evelyn P. Educação infantil: a construção de um novo nível de ensino. In: BRASIL/ MEC. **Situação Básica da Educação Básica no Brasil.** Brasília: MEC/ INEP, 1999, p. 45-53

\_\_\_\_\_. Os profissionais da educação infantil e a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: FARIA, Ana Lúcia G., PALHARES, Marina S. (Org.). **A Educação Infantil Pós – LDB: rumos e desafios.** Campinas, S.P.: Autores Associados.- FE/ UNICAMP; São Carlos, SP: Editora UFSCar; Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2000, p. 99-112.

NOGUEIRA, Rosana Maria. Gestão do programa de alimentação escolar: a experiência do município de Campinas/SP. In: **Curso de Capacitação CECANE**, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.cecanesc.ufsc.br/Arquivos/cursos%20e%20seminarios/Terceirizacao%20CAMPINAS%20SP%20-%20Rosana%20Ma%20Nogueira.pdf> Acesso em 11 set. 2011.

PALMEN, Sueli Helena C. A constituição das creches nas Universidades públicas estaduais paulistas e os direitos sociais da mulher e da criança pequena. **Pro-Posições**, v. 18, n. 3, set./dez. 2007, p. 231-244. Disponível em: <http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/~proposicoes/textos/54-artigos-palmenshc.pdf> Acesso em 08 abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **A implementação de creches nas Universidades públicas estaduais paulistas: UNICAMP, USP, UNESP**. Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas no ano de 2005.

PEREIRA, Mateus Camargo. **Tecendo a manhã**: História do diretório central dos estudantes da UNICAMP (1974/1982). Dissertação de Mestrado defendida na Universidade Estadual de Campinas no anos de 2006.

PIERRI, Suellen I. P. **Creche**: de serviço assistencial a instituição de ensino. In: VIII Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas "História, Sociedade e Educação no Brasil". Campinas - SP, 2009.

PILOTTI, F.; RIZZINI, I. **A arte de governar crianças**: A história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Universidade Santa Úrsula, 1995.

PIMENTEL, Harleizi F. A licitude da exigência de exame de gravidez na dispensa sem justa causa. **Jus Navegante**, 2007. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/12346/a-licitude-da-exigencia-de-exame-de-gravidez-na-dispensa-sem-justa-causa/1> Acesso em: 11 set. 2011.

PINOTTI, José Aristodemo. **A saúde e a liberdade da mulher**. São Paulo, 2007, p. 248-250. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Instituto da mulher**. São Paulo, 2007, p. 265-267. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Intituto da mulher: Prioridade à Saúde Feminina**. São Paulo, 2007, p. 242-245. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 16 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **O câncer e a mulher no próximo milênio**. São Paulo, 2007, p. 275-278. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 16 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Prevenção primária**. São Paulo, 2007, p. 297-299. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 15 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. **Saúde da mulher**. São Paulo: N/C, 1996.

\_\_\_\_\_. **Vidas e mamas jogadas no lixo**. São Paulo, 2007, p. 271-274. Disponível em: <http://www.drpinotti.com.br/artigo.htm>. Acesso em: 16 mar. 2010.

PREFEITURA DE CAMPINAS. Educação Infantil: dos parques infantis às naves-mãe, 70 anos de inovação. **Notícias**, 2010. Disponível em: <http://www.campinas.sp.gov.br/noticias-integra.php?id=636> Acesso em 11 set. 2011.

RAUPP, Marilene D. Creches universitárias em foco: análise de suas funções. (UFSC) **ANPED**, 2002.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes:** educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925). Campinas: Mercado das Letras, Fapesp, 2003.

ROSA, Clarice Almeida. **CAISM:** A história de sua implantação. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

ROSEMBERG, Fúlvia. O movimento de mulheres e a abertura política no Brasil: o caso da creche. **Cadernos de Pesquisa**, (51), p. 90-103, 1984.

\_\_\_\_\_. **Creche.** São Paulo: Cortez, Fundação Carlos Chagas, 1989.

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Caderno de Pesquisa**, FCC, São Paulo, nº 115, p. 65-100, mar.2002.

SAVIANI, Dermeval. **A nova Lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas, SP: Autores Associados, 1997.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. **Arquivo UNICAMP 35 anos de história**, 2001. Disponível em: <http://www.35anos.unicamp.br/historia.html>. Acesso em 20 out. 2009.

## 8.1. Documentos e Processos - Sistema de Arquivos da UNICAMP

COLEÇÕES AC/SIARQ. **Cx 08 - maços 03 e 04; Cx 09.** Doações de Magali Reis.

**Processo administrativo n. 3384.** Criação de Creche na Unicamp. Campinas, 1975. 232 fls.

UNICAMP; Centro de Convivência Infantil . **Berçário** - Relatório Agosto – Dezembro. Campinas, 1982. Mimeografado. 15 fls.

UNICAMP. **Processo 2589/1982.** Cessão à Unicamp de casa alugada pela CEMICAMP, para instalação da creche do CCI. Campinas, 1982. 242 fls.

UNICAMP. Processo nº2672-1982. Verba para construção de outra unidade de creche. Campinas, 1982. 17 fls.

UNICAMP/ DGRH. **Edital** nº 019/2004

UNICAMP. **Anuário Estatístico.** 1988-2003

UNICAMP. **Relatório de Gestão** - Reitor José Aristodemo Pinotti. 1982-1986.

UNICAMP. Fundo/Coleção: **Associação dos Servidores da Unicamp (ASSUC)** 1967 - 2001 - Local: Brasil/São Paulo: Campinas

UNICAMP. **Ata do Conselho Diretor** - Livro 15, Sessão 1ª A 207ª. 19 fev - 21 dez., p. 01 - 22, 1982.

## **8.2. Portarias, Decretos e Leis - UNICAMP**

UNICAMP. **Portaria GR - 21.** Estabelece prioridade para atendimento de criança no Centro de Convivência Infantil. 1985

UNICAMP. **Portaria GR - 101,** de 15-6-84 - Publicada no DOE em 24-7-1984 - Seção I - pag. 24)

UNICAMP. **Portaria GR - 268.** Cria o Centro de Convivência Infantil da UNICAMP. 1983.

UNICAMP. **Portaria GR - 343.** Define a estrutura administrativa do Centro de Convivência Infantil da Universidade Estadual de Campinas - CCI. 1985.

UNICAMP. **Decreto Estadual nº 52.255.** Baixa os Estatutos da Universidade Estadual de Campinas e dá outras providências, 1969.

UNICAMP. **Lei 7.655/62.** Criação da Universidade Estadual de Campinas, 1962.

UNICAMP. **Lei 9.715/67.** Altera a lei de criação da universidade de nº 7.655 de 1962, 1967.

### **8.3. Legislação Brasileira e Documentos Oficiais**

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**, 1943.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Emenda Constitucional do Estado de São Paulo**, nº 31 de 31 de maio, 1982.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1961

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1971.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996.

BRASIL/ MEC. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ DPE/COEDI, 1994.

BRASIL/ MEC. **Por uma política de formação do profissional da Educação Infantil**. Brasília: MEC/ SEF/ DPE/ COEDI, 1994.

BRASIL/ MEC.. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Volumes I, II e III**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

PODER LEGISLATIVO. **Diário Oficial**. Denomina o Centro de Atenção Integral da Mulher - CAISM com "Professor Doutor José Aristodemo Pinotti". Projeto de Lei nº 857, São Paulo, 2009. Disponível em: [ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe\\_eletronico/2009/iels.set.09/iels179/E\\_PL-857\\_2009.pdf](ftp://ftp.saude.sp.gov.br/ftpssesp/bibliote/informe_eletronico/2009/iels.set.09/iels179/E_PL-857_2009.pdf) Acesso em: 22 ago. 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. **Conferência Brasileira de Educação**. Paraná, 1989. Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/>. Acesso em 23 set. 2011

SÃO PAULO. **Emenda Constitucional nº 31**, 1982

SÃO PAULO. **Decreto nº 22.011**. Institui grupo de trabalho incumbido de oferecer subsídios para o aperfeiçoamento das normas e procedimentos relativos aos Centros de Convivência Infantil e à regulamentação da Emenda Constitucional nº 31, de 31 de maio de 1982, 1984. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/197269/decreto-22011-84-sao-paulo-sp>  
Acesso em 11 set. 2011.

SÃO PAULO. **Decreto nº 22.865**. Reformula o Programa de Centros de Convivência Infantil das Secretarias de Estado e Entidades, 1984.

SÃO PAULO. **Decreto nº 18.370**. Institui os Centros de Convivência Infantil e atribui ao Fundo de Assistência Social do Estado de São Paulo (FUSSESP) a tarefa de propor diretrizes técnicas, além de acompanhar e avaliar estes programas, 1982.



## 9. Anexos

### 9.1. Recortes de Jornais referentes ao período de "Intervenção da UNICAMP

Cópias contidas na "Caixa: FE 30 anos" - Informações de Documentos do Arquivo Setorial da Faculdade de Educação - ASFE/UNICAMP



Correio Popular, 21 de Outubro de 1981

[http://www.35anos.unicamp.br/foto\\_Intervencao\\_doc10.jpg](http://www.35anos.unicamp.br/foto_Intervencao_doc10.jpg)



## Aqui, os mais votados

Os resultados das eleições diretas que apontaram a lista sétupla escolhida pela comunidade da Unicamp não apresentaram surpresas. O educador Paulo Freire foi o primeiro colocado, seguindo em ordem: Maurício Prates (da Engenharia), Carlos Franchi (da Linguística), Rogério Cerqueira Leite (da Física), Yaro Bursan Jr. (da Artes) e Eduardo Chaves (da Educação). As maiores surpresas aconteceram na Faculdade de Odontologia de Piracicaba, onde o diretor Antonio Carlos Nader disparou com 588 votos, deixando o segundo colocado, Paulo Freire, com apenas 61 votos. Com exceção de Piracicaba e da Faculdade de Ciências Médicas, Paulo Freire ganhou em todas as unidades, tendo preferência tanto de professores, quanto de alunos.

Na Faculdade de Ciências Médicas, o preferido foi o professor José Aristodemo Pinotti, com 531 votos, seguido de perto por Paulo Freire e Rogério Cerqueira Leite. O último colocado entre os 17 candidatos foi o professor Roberto Hermínio Moretti, da Faculdade de Engenharia Agrícola e de Alimentos. Entre os candidatos considerados conservadores, o mais votado foi Aristodemo Pinotti, mesmo assim ficou em décimo lugar no computo geral dos votos.

### OS VOTADOS

O professor Paulo Freire, o primeiro da lista sétupla escolhida pela comunidade, não quis comentar o resultado das eleições diretas. Ele disse que não tomará posição singular quando é a comunidade inteira que está fazendo o movimento. Porém, o professor José Benedito Schneider, um dos principais articuladores do processo de consulta, afirmou que Paulo Freire é um símbolo na Universidade porque é ele quem inspirou o processo de democratização através dos rumos apontados em toda sua vida de educador. Paulo Freire ficou 16 anos no exílio. Ele criou um revolucionário método de alfabetização de adultos que o tornou conhecido e aclamado mundialmente.

O segundo colocado, o engenheiro Maurício Prates, declarou que se a intervenção na Unicamp se concretizar, caso a comunidade arreje o movimento, o governo imporá um "Conselho Diretorônico, cheio de lacaios do Mairi" que tranquilamente vão jogar a lista sétupla na lata do lixo.

O linguista Carlos Franchi, o terceiro da lista, considerou que o resultado das eleições diretas para a lista sétupla é um exemplo de que a comunidade não aceitou a intervenção e lutará até o fim pela autonomia universitária. O quarto colocado, o físico Rogério Cerqueira Leite, disse que "não acredito que a lista seja levada a sério por este Conselho, mas ainda há esperanças de que ele (o Conselho) seja mudado por outro mais de acordo com a vontade da comunidade".

O quinto e o sexto indicado pela comunidade, respectivamente, Yaro Bursan Jr. e Eduardo Chaves, disseram que existem argumentos para derrubar o parecer do Conselho Estadual de Educação, os quais dão a entender que as eleições diretas são ilegais. Para tanto, eles se basearam no fato de que o Conselho Diretor, ao delegar o processo de consulta à Unicamp e ao DCE, não se abdicou do direito estatutário de elaborar a lista sétupla a ser encaminhada ao governador para a indicação de um nome que dirigirá a Unicamp.



Prates: "Podem jogar a lista na lata do lixo".



Freire, o preferido da comunidade universitária.



Cerqueira Leite: "Ninguém será demitido".

Correio Popular, 24 de outubro 1988



## Alunos arriam a bandeira da Unicamp, em sinal de "luto"

Os sete representantes estudantis, indicados para integrar o Conselho Diretor, da Unicamp, tomaram posse simbólica, na tarde de ontem, durante a manifestação que mais de mil alunos realizaram em frente ao prédio da Reitoria. Eles já haviam sido informados da desconvocação da reunião do Conselho, e decidiram que a luta pela posse continuará. Principalmente depois que o reitor Plínio Alves de Moraes comunicou a uma comissão do DCE, que os estatutos da Universidade não prevêem a ampliação de dois para sete, o número de representantes dos alunos em seu Conselho.

Por seu lado, o DCE insiste que a posse dos sete membros é plenamente legal, pois está baseada em uma lei federal que determina a presença de um quinto de estudantes nos órgãos colegiados das instituições de ensino, sempre quando a entidade estudantil é reconhecida. Esse reconhecimento já ocorreu na Unicamp, tanto que o DCE promoveu eleições, no dia 1.º de outubro, para a escolha dos seus representantes.

### BANDEIRA A MEIO-PAU

A manifestação que os estudantes realizaram na Reitoria durou quase duas horas. Eles chegaram ao pátio daquele prédio às 15,00 horas, depois de uma passeata desde o prédio do Ciclo Básico. Ao mesmo tempo em que era instalada a aparelhagem de som, um estudante subiu no mastro da bandeira da Unicamp e a arriou a meio-pau, em um sinal de luto pela intervenção — conforme enfatizaram.

Antes mesmo da mesa dos trabalhos — que ficou encostada nos carros oficiais da Universidade — iniciou-se os discursos, os estudantes deram a primeira palavra: «Abixo a intervenção, queremos eleições».

Ao final do ato, os estudantes decidiram realizar hoje à tarde um debate com os arretoráveis, para uma análise da situação da intervenção na universidade. Além disso, farão uma passeata pelo centro da cidade, para comunicarem à população os motivos do estado de mobilização permanente na universidade. Ontem, eles reiteraram o estado permanente de mobilização.

### LUTA IMPORTANTE

A União Nacional dos Estudantes (UNE), enviou seu representante regional para o ato dos alunos Adalmo Alves Lindo, o «Balanço», que salientou a importância da luta da Unicamp: «Uma luta que servirá de parâmetros para a democratização não só de outras universidades, como também de toda a sociedade brasileira». Balano chamou o governador Paulo Maluf de «rato de engenho» e de «pianista desafinado», que «tenta lutar contra as oposições, quando estas estão em busca de uma sociedade democrática, da justiça e da paz».

Ao final da assembleia, enquanto os estudantes dispersavam-se, os docentes reuniram-se no barracão da Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp), para discutirem novas formas de lutas e promoverem um balanço das eleições de ontem. E acabaram surpreendidos pela presença de uma viatura da Guarda Noturna, cujos policiais estavam anotando as chapas dos veículos estacionados nas proximidades. Já eram quase oito horas da noite e, quando perguntados o que faziam ali, os guardas limitaram-se a dizer que cumpriam ordens da reitoria.

## No Congresso, alerta sobre a intervenção

BRASILIA — «As origens da crise da Unicamp residem no fato de o secretário de Educação de S. Paulo, Luiz Ferreira Martins, pretender ser o reitor daquele complexo educacional, após deixar as funções que exerce atualmente. Para isso, ele lança mão de todos os recursos de que dispõe», disse ontem o deputado Alberto Goldmann, secretário-geral do PMDB de S. Paulo.

O parlamentar disse que «a demissão de dirigentes da Associação de Servidores da Unicamp e o afastamento de diretores de várias unidades de ensino desta universidade caracterizam a violação da autonomia universitária e o início, na área educacional, no Estado de S. Paulo, de uma verdadeira caça às bruxas, comandada pelo secretário de Educação, Luiz Ferreira Martins, cujo único objetivo é a satisfação de sua ambição de se tornar reitor da Unicamp, após o exercício de suas funções de secretário de Estado».

«Para isto — acrescentou Goldmann — o secretário não mede consequências ainda que tenha de colocar na direção de diversas unidades de ensino verdadeiros interventores, homens totalmente desvinculados da universidade e contumazes servidores do autoritarismo. Tenta o secretário abalar a unidade de professores, servidores e alunos que iniciaram um processo democrático de escolha do reitor. O que ele tem, em resumo, é a democratização da universidade, a sua autonomia. A sua preocupação com os destinos da sociedade».



## Portaria exonera e também demite 14 diretores da Assuc

Muita gente angustiou-se, na manhã de ontem, até encontrar a página 45 do Diário Oficial do Estado, onde saiu publicada a portaria do reitor Plínio Alves de Moraes, demitindo funcionários e exonerando professores, bem ao lado de uma outra, da Universidade Estadual Paulista — Unesp — que, ao contrário, só trazia nomeações e designações.

Poucos sabiam que as notícias dos jornais, acabaram sendo imprecisas — por falta de absoluta informação —, ao darem conta apenas das exonerações dos diretores de faculdade, e que toda a diretoria da Associação dos Servidores (Assuc) também havia sido demitida. A começar pelo seu presidente, Clóvis Antônio Garcia, que não pôde acompanhar a movimentação da comunidade universitária, ontem, pois teve que internar sua esposa às pressas, na maternidade, para dar à luz seu primelro filho.

### DEMITIDO CONVINCIDO

Foram demitidos também os membros do Conselho Deliberativo da Assuc: Chaidida Maria Teixeira, e Iraildo Rodrigues Justino; Alaide Pedro Franco Correa (diretora de Sede e Patrimônio); José Walter Martinez (diretor de Cultura); Eloi José da Silva Lima (Conselheiro Fiscal); Jair de Seta (tesoureiro); Denilo Rebelo Arautes (primeiro-secretário); Reginaldo Bispo Pereira (segundo-secretário); Wilson Hiroyuki Kawai (Diretor de Esportes); Luiz Antônio Teixeira Vasconcelos — o Vasso (secretário geral) e Ozair Chiepin da Silva, que era motorista da Unicamp, e participante do comando de greve.

Mas os membros da Assuc entraram a demissão de Waldemar Panatelli Filho, que, segundo disseram, não

e teria sido confundido com seu irmão Wagner Panatelli, ex-membro da Assuc e ex-funcionário da Universidade.

### QUEM SAI, QUEM ENTRA

As exonerações dos diretores das Faculdades começaram pelo professor Mauro Frates de Campos Filho, que era diretor da Faculdade de Engenharia de Campinas, e que só foi informado por telefone, pois encontra-se na cidade de Campos — no Rio de Janeiro — onde seu pai está hospitalizado e passando mal. Para o lugar de Frates, Plínio Alves de Moraes designou o professor Eduardo Cornu.

Na sequência, foram exonereados Aécio Perreira Chagas do Instituto de Química, Carlos Franckli, do Instituto de Estudos de Linguagem, André Maria Pompeu Vilalobos, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; Ayda Ignez Arruda do Instituto de Matemática; Carlos Alfredo Arguello do Instituto de Física, e Eduardo Oscar de Campos Chaves, da Faculdade de Educação.

Para o Instituto de Estudos de Linguagem, Plínio designou o professor Antônio Soares Amorim, e, para a Faculdade de Educação, o professor Eduardo Darzup, que pouco tem a ver com o setor, já que é dentista, ligado à faculdade de Odontologia da Unicamp, em Piracicaba. Na Matemática, surge o nome de Frederico Pinheiro Gomes, enquanto que o biólogo Paulo de Toledo Artigas vai dirigir o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. No Instituto de Química, o professor Geraldo Claret de Melo Ayres.

O físico Shigeo Watanabe, indicado para dirigir o Instituto de Física, manifestou sua disposição de não aceitar o cargo, segundo informou a membros da Adunçamp, ontem, logo que o Diá-

## Ripper abandona o novo pólo de microeletrônica

O físico José Ellis Ripper Filho, um dos "retoráveis" e principal articulador da instalação do Pólo de Microeletrônica em Campinas, disse ontem que a intervenção do governador não só visa o bloqueio do processo de democratização, mas, sobretudo, significa o esfacelamento da Unicamp enquanto entidade científica.

Por causa disso, ontem mesmo, logo depois de receber a notícia de que 8 diretores da Unicamp tinham sido exonerados pelo reitor Plínio Alves de Moraes, o físico telefonou à Secretaria Especial de Informática (SEI), em Brasília, para dizer que não tem mais condições de continuar seus trabalhos para implantar o Pólo de Microeletrônica em Campinas.

Disse ele ao coordenador de Microeletrônica da SEI, José Portia Porto, que a destruição da Unicamp implica na inviabilidade da implantação do Pólo de Microeletrônica, dado o caráter de esfacelamento dos aspectos científicos. Além disso, o físico também denunciou que dificilmente a Unicamp conseguirá recuperar suas bases científicas, sendo que, com isso, não terá meios para dar continuidade até mesmo aos programas de interesse do Governo Federal.

"Acho que isto é uma catástrofe — disse ele — pois além de tudo,

## Rogério revela secretário pod ser interventor

O físico Rogério Cesana queira Lelle revelou ontem de que o próximo reitor da Unesp será um interventor — nomeado governador Paulo Maluf — dentro do atual Conselho da Universidade. Sua opinião que Maluf indicará o secretário de Educação, Luiz Martins, "como forma de manter o domínio na Unicamp".

Para Rogério, a exoneração dos diretores e a demissão dos docentes da Assuc, representa mais violento aconchecido de uma Universidade brasileira aberta política.

Por isso, o físico reitera senso de todos os professores que os atos de repúdio à forma de não provocar reforma de não provocar reforma do campus da Universidade de evitar provocações do "nador", disse.

Rogério Cerqueira Leite ainda que as eleições — marca terceira — tenham sua validade normal, e que o no votado pela comunidade universitária seja indicado como "um i exílio", uma forma simbólica de intervenção de Maluf. Acredita ainda que o consenso da Unesp de que os diretores exonerados permanecerão como os diretores



## 9.2. Primeiras plantas do prédio da creche

Retirada do processo nº 3384/75

Sistema de Arquivos da UNICAMP - Siarq

C. 1.50

PROJETO PARA CRECHE

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE CONSTRUÇÕES

ESTEC - UEC  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

OBRA

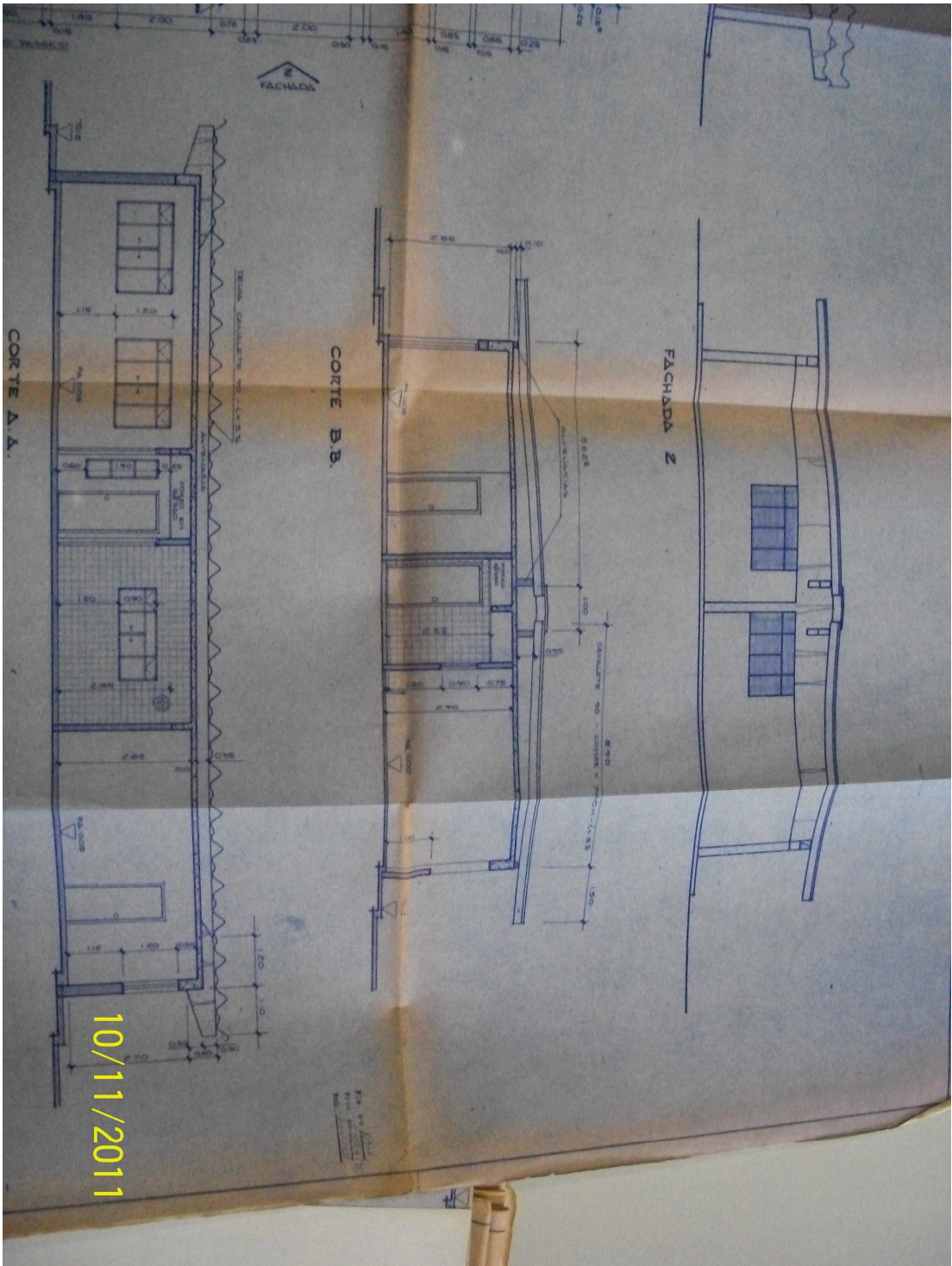
ESCALAS	
INDICADAS	
DESENHO	<i>Carvalho</i>
DATA	10/12/1.980

LOCALIZAÇÃO DE ESTACAS

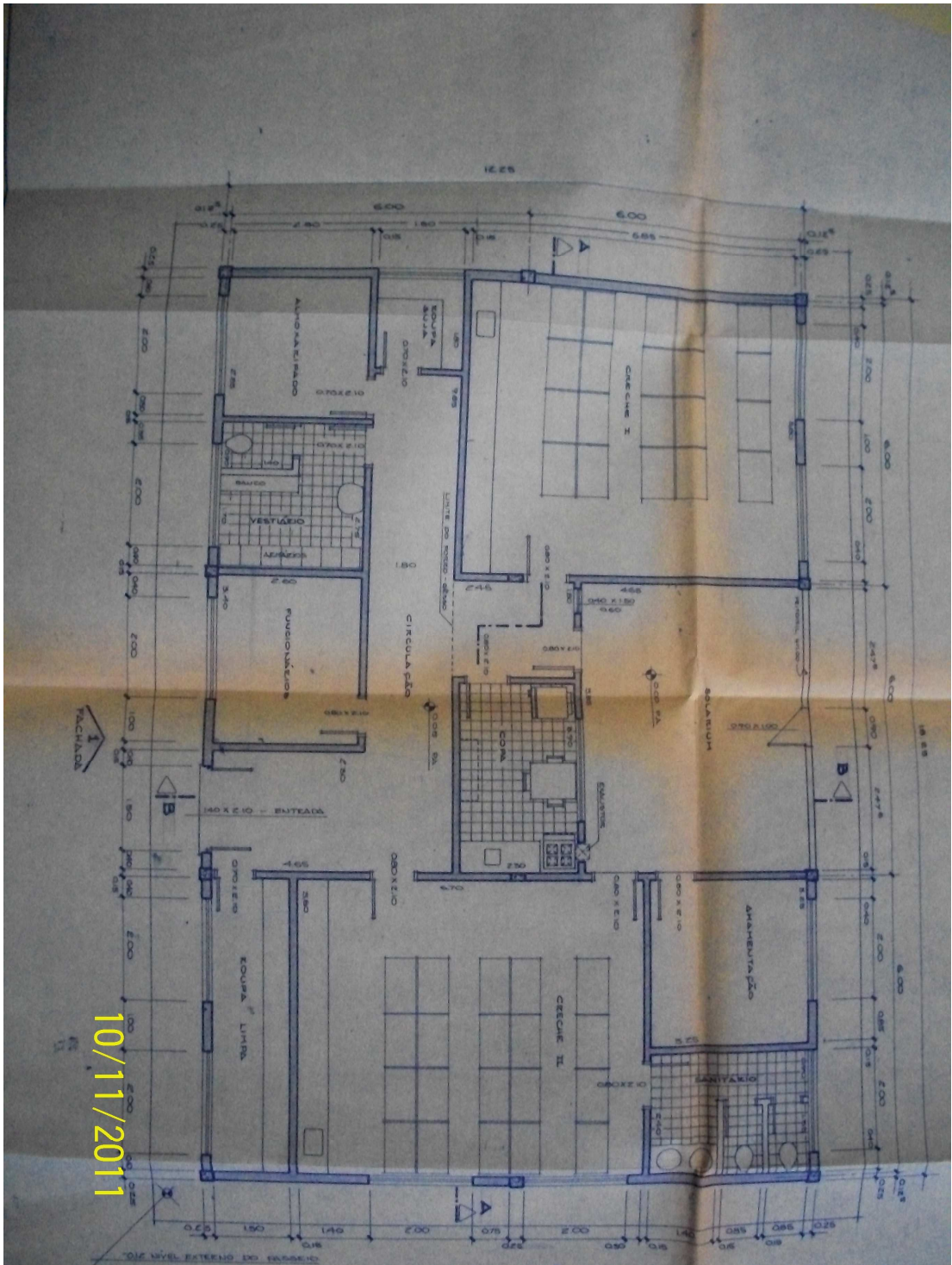
FORMA DAS FUNDAÇÕES

*[Handwritten signature]*

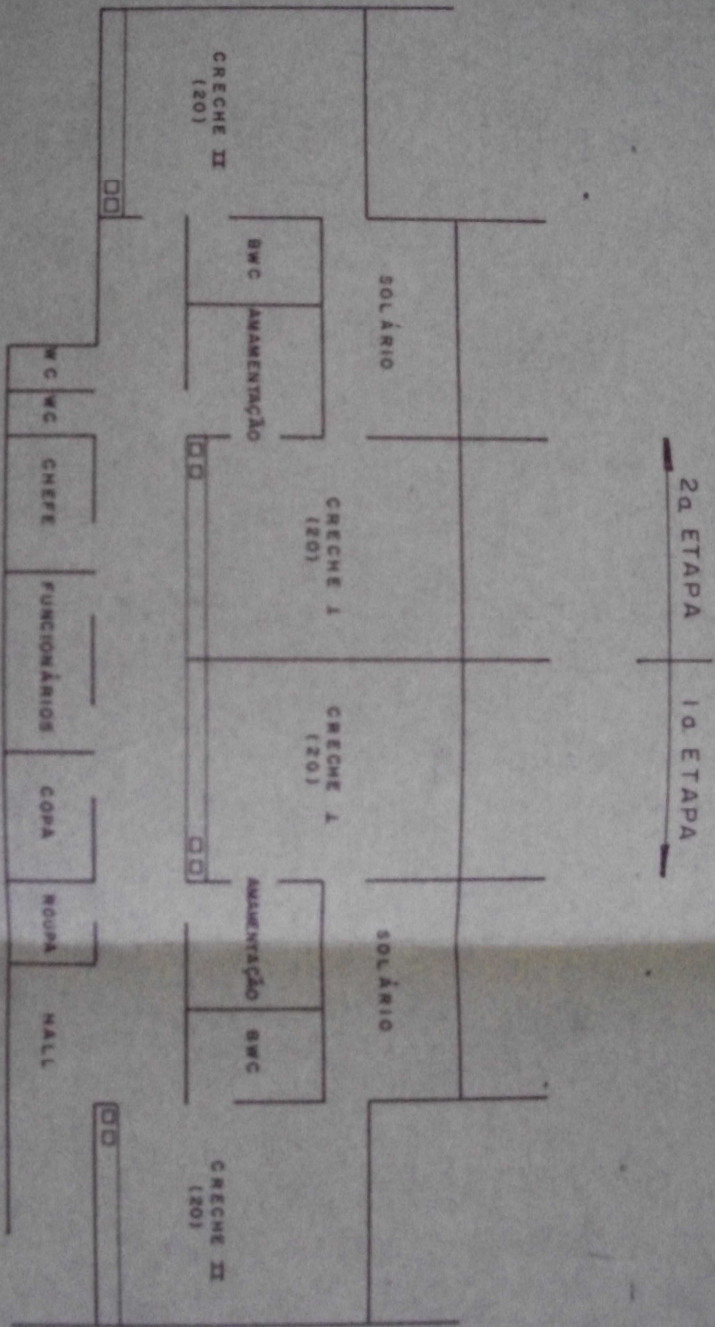
10/11/2011







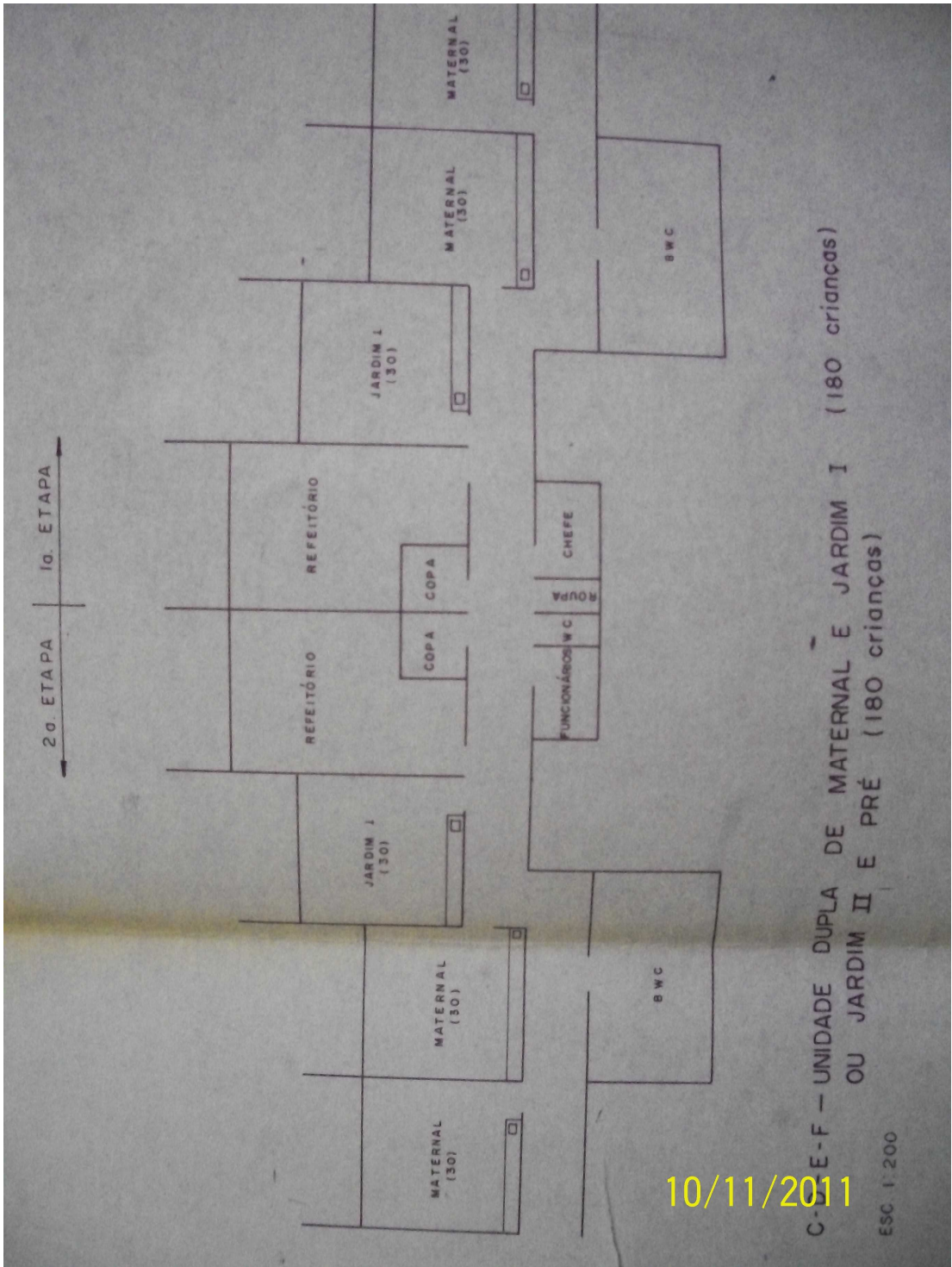
10/11/2011



A - B - UNIDADE DUPLA DE CRECHE I E II (80 crianças)  
 ESC. 1.200

10/11/2011





### 9.3. Fotos de inauguração CECI - UNICAMP - Berçário 1982



Sistema de Arquivos da UNICAMP - Siarq  
Arquivo doado por Magali Reis - CECI 07



Sistema de Arquivos da UNICAMP - Siarq  
Arquivo doado por Magali Reis - CECI 06



Sistema de Arquivos da UNICAMP - Siarq  
Arquivo doado por Magali Reis - CECI 08



#### 9.4. Notícias de jornal - inauguração do berçário em 1982

## Unicamp abre hoje creche para 30 crianças

O reitor José Aristodemo Pinotti, da Unicamp, inaugura hoje às 11:30h o Centro de Convivência Infantil (CCI) em sua primeira fase, que vai beneficiar de início 30 crianças. Com início de funcionamento marcado para segunda-feira, o CCI localiza-se na rua Roxo Moreira, 1344, na Cidade Universitária, e compõe-se de um berçário e uma sala de amamentação.

O CCI começa atendendo a uma parcela mínima das necessidades da Unicamp na área, mas é uma primeira e sólida iniciativa da reitoria em favor das centenas de mães que trabalham no Campus e têm filhos em idade de amamentação. De início só serão beneficiadas crianças até nove meses de idade e que estejam em regime de amamentação. A creche contará com a assistência de uma equipe que compreende um pediatra, uma psicóloga, enfermeira e assistente social. As mães comparecerão ao CCI para amamentação duas vezes ao dia.

Os estudos de implantação do CCI foram feitos por uma comissão nomeada pelo reitor e encabeçada pela socióloga Ellen E. Hardy. Essa comissão visitou diversas creches consideradas modelo na região. Um questionário foi distribuído a todas as funcionárias da Unicamp com filhos até 11 anos de idade, com base no que foi feito um levantamento de caráter socio-econômico. Esse levantamento demonstrou que, por exemplo, 30% das crianças de mães-funcionárias da Unicamp ficam sob os cuidados de empregadas domésticas, 24% aos cuidados de avós, 27% em creches ou escolas e pelo menos 17% passam parte do dia sozinhas ou em companhia de irmãos maiores.

Sistema de Arquivos da UNICAMP (Siarq) - Doação de Magali Reis  
Jornal Correio Popular de 28/07/1982



**Pinotti inaugurou a creche ontem**

## Filhos de funcionários têm creche na Unicamp

Atendendo a antiga reivindicação dos funcionários da Unicamp, o reitor José Aristodemo Pinotti, há três meses no cargo, inaugurou ontem pela manhã o Centro de Convivência Infantil (CCI), que beneficia de início cerca de 30 crianças.

O CCI está localizado na Cidade Universitária (rua Roxo Moreira, 1.344) e atende por ora crianças até nove meses de idade e em regime de amamentação. As crianças contarão a partir de segunda-feira — quando a creche abre oficialmente — com a assistência de uma equipe que compreende um pediatra, uma psicóloga, uma enfermeira, uma assistente social e duas serventes. O programa de

amamentação prevê que as mães visitem seus filhos duas vezes ao dia.

Segundo o reitor, a creche inaugurada ontem, em casa alugada, visa a satisfazer pelo menos parte das necessidades da comunidade universitária, enquanto não se conclui a construção da creche projetada há um ano, com localização no próprio campus.

As obras de construção da creche foram recentemente retomadas, mas dependem de recursos que estão condicionados a verbas suplementares do Estado. Essa nova creche custará à Unicamp de Cr\$ 5 a 6 milhões. Atualmente, as obras encontram-se em fase de fechamento lateral e construção de divisões internas.

Sistema de Arquivos da UNICAMP (Siarq) - Doação de Magali Reis  
Jornal Correio Popular de 29/07/1982



## Unicamp inaugura creche e prossegue obras de outra

Atendendo a antiga reivindicação dos funcionários da Unicamp, o reitor José Aristodemo Pinotti, há três meses no cargo, inaugurou ontem pela manhã o Centro de Convivência Infantil (CCI), que beneficia de início cerca de 30 crianças.

O CCI está localizado na Cidade Universitária (rua Roxo Moreira, 1344) e atende por ora crianças até nove meses de idade e em regime de amamentação. As crianças contarão a partir de segunda-feira - quando a creche abre oficialmente - com a assistência de uma equipe que compreende um pediatra, uma psicóloga, uma enfermeira, uma assistente social e duas serventes. O programa de amamentação prevê que as mães visi-

tem seus filhos duas vezes ao dia.

Segundo o reitor, a creche inaugurada ontem, em casa alugada, visa a satisfazer pelo menos parte das necessidades da comunidade universitária, enquanto não se conclui a construção da creche projetada há um ano, com localização no próprio Campus.

As obras de construção da creche foram recentemente retomadas, mas dependem de recursos que estão condicionados a verbas suplementares do Estado. Essa nova creche custará à Unicamp de 5 a 6 milhões de cruzeiros. Atualmente, as obras encontram-se em fase de fechamento lateral e construção de divisões internas.

Sistema de Arquivos da UNICAMP (Siarq) - Doação de Magali Reis  
Jornal Diário do Povo de 29/07/1982

## 9.5. Programa de Treinamento para funcionárias do berçário

Sistema de Arquivos da UNICAMP

Coleções AC/Siarq - Doação de Magali Reis

### PROGRAMA DE TREINAMENTO PARA O PESSOAL ASSISTENCIAL DO CCI

Hospital de Clínicas da UNICAMP

#### - Orientação geral

Ellen Hardy - Socióloga

- Objetivo do Berçário
- Funcionamento do Berçário: horário, local, regulamento
- Equipe de trabalho e deveres de cada funcionário
- Aspectos sócio-econômicos e jurídicos do Berçário

Maria Lúcia Oliveira Andrade - Assistente Social

- Critérios de seleção

#### - Noções de estimulação neuro-psico-motor do lactente

Durval Checchinatto - Psicólogo

- Relacionamento com a criança
- Relacionamento com a mãe
- Mãe substituta
- Objeto transicional

#### - Estimulação motora

Maria Angela G. de Oliveira - Fisioterapeuta

- Prática

#### - Alimentação

- Aleitamento materno - Lucila Moreira - Enfermeira
- Alimentação complementar - Sofia Lemos - Médica Pediatra
- Desnutrição - Maria de Lourdes Zanolli - Médica Pediatra

#### - Noções sobre patologias mais frequentes no primeiro ano de vida

Sofia Lemos

- Diarréias
- Desidratação
- Moléstias infecciosas: sarampo, varicela, etc.
- Infecções respiratórias
- Convulsões
- Febre

VII - Vacinas

Lucila Moreira

VIII - Higiene da criança

Lucila Moreira

- Banho
- Asseio cavidades
- Troca de fraldas
- Controle de T e peso

IX - Técnicas de alimentação

Lucila Moreira

- Preparo
- Conservação
- Administração

X - Rotina diária

- Documentação e controle diário
- Prática diária

XI - Avaliação final



9.6. Ofício FE nº 31/83 de 23 de fevereiro de 1983

Ofício do Diretor da Faculdade de Educação, professor Eduardo O.

C. Chaves enviado ao Reitor Pinotti

Ofícios expedidos em 1983 - Informações de Documentos do Arquivo Setorial da Faculdade de Educação - ASFE/UNICAMP

Campinas, 23 de fevereiro de 1983.

OF.FE Nº31/83  
EOCC/ssc

Magnífico Reitor

Após reunião de um grupo de professores da Faculdade de Educação com a Dra. Ellen Hardy, venho por meio desta comunicar a Vossa Magnificência o interesse da Faculdade de Educação em participar do processo de implantação da creche destinada aos filhos dos funcionários da UNICAMP.

A participação da Faculdade de Educação poderia se dar na forma de assessoria, por parte de uma equipe de professores, nos seguintes setores :


- desenho e organização de programas curriculares que atendam às necessidades da clientela, considerando o desenvolvimento da criança em seus aspectos :
  - psicomotor
  - cognitivo
  - lingüístico
  - sócio-emocional
- elaboração de um programa de avaliação do desenvolvimento das crianças.

Os professores da Faculdade de Educação acharam, porém, que para a realização deste trabalho, dada a sua abrangência, seria recomendável que a creche dispusesse de um profissional especializado, contratado para o cargo de orientador psicopedagógico. Isto se mostra recomendável em função da necessidade de atenção quase permanente à equipe da creche. Embora válida, a prestação de serviços por parte de estagiários da Faculdade de Educação, não garante a continuidade e o grau de profissionalização exigido para se levar avante o trabalho da creche.

Acredito, ainda, que seria interessante, num futuro próximo, a realização de encontros da diretoria da creche com outros setores da UNICAMP para analisar o alcance social desta obra, e planejar a sua expansão, de modo que este indispensável serviço venha a fazer face às demandas existentes e ainda não atendidas.

A creche, como se apresenta, é o início promissor de um serviço imprescindível a ser ampliado de acordo com as necessidades das funcionárias desta Universidade.

Na oportunidade, reitero a Vossa Magnificência meus protestos de consideração e estima.

  
Prof. Dr. Eduardo O. C. Chaves  
DIRETOR  
Faculdade de Educação - UNICAMP

À Sua Magnificência, o Senhor  
Prof. Dr. JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI  
Magnífico Reitor da  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

## **9.7. Portaria GR-268 de 29 de setembro de 1983**

Reitor: José Aristodemo Pinotti

Cria o Centro de Convivência Infantil da UNICAMP

José Aristodemo Pinotti, Reitor da Universidade Estadual de Campinas, usando das suas atribuições e considerando o disposto na Emenda Constitucional nº 31, de 31 de maio de 1982, resolve:

Artigo 1º - É criado o "Centro de Convivência Infantil" da Universidade Estadual de Campinas, vinculado, funcionalmente, à Coordenadoria Geral das Faculdades.

Artigo 2º - O Centro se incumbirá de:

I - cuidar da criança durante a jornada de trabalho da mãe, num ambiente adequado para o seu bom desenvolvimento bio-psico-social;

II - favorecer a manutenção do elo mãe-filho;

III - proporcionar condições adequadas para que as crianças recebam estímulos intelectuais, motores e sócio-afetivos que favoreçam o desenvolvimento harmonioso de sua individualidade;

IV - colaborar com as famílias nos cuidados e na educação dos filhos; e

V - levar a comunidade universitária a interessar-se pelas crianças assistidas no Centro e a colaborar com as atividades nele desenvolvidas.

Artigo 3º - O Centro tem a seguinte estrutura básica:

I - Conselho Consultivo

II - Coordenadoria

III - Grupo de apoio Técnico

IV - Grupo de Serviço Assistencial

Artigo 4º - O Conselho Consultivo é o Órgão de orientação e de definição da política assistencial do Centro e se constitui de seis (6) membros, incluindo o Presidente sendo:

a) uma mãe de criança matriculada no Centro de Convivência Infantil indicada pelas demais mães;

b) uma funcionária eleita pelos funcionários através de processo coordenado pela Assuc e

c) um membro da Comissão de Serviço Social indicado pelos membros da Comissão.

§ 1º - O Presidente do Conselho Consultivo e seus demais membros são escolhidos e designados pelo Reitor.

§ 2º - Uma vez constituído, o Conselho Consultivo proporá em lista tríplice ao Reitor, os nomes do Coordenador, do Vice-Coordenador.

Artigo 5º - A Coordenadoria, constituída de Coordenador e Vice-Coordenador, é o Órgão de administração do Centro e agirá de acordo com as diretrizes do Conselho consultivo.

Artigo 6º - O Grupo de Apoio Técnico é constituído de:

a) um pediatra indicado pelo Departamento de Pediatria da Faculdade de Ciências Médicas.

b) um psicólogo indicado pelo Departamento de Psiquiatria da Faculdade de Ciências Médicas;

c) uma enfermeira indicada pelo Departamento de Enfermagem da Faculdade de Ciências Médicas;

d) uma assistente social indicada pelo Serviço Social do Hospital das Clínicas;

e) um pedagogo indicado pela Faculdade de Educação e

f) um especialista em nutrição - indicado pela FEAA.

§ 1º - O Reitor escolherá os membros do Grupo de Apoio Técnico através de listas tríplice enviadas pelas unidades mencionadas.

Artigo 7º - O Grupo de Serviço Assistencial será organizado pela Coordenadoria.

Artigo 8º - Dentro de trinta (30) dias o Conselho Consultivo encaminhará à Reitoria, por intermédio da Diretoria Geral de Recursos Humanos, o Projeto de Regimento do Centro.

Artigo 9º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 10 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

(Publicada no DOE em 7-10-1983 - Seção I - pag. 14)

**9.8. Ofício GR nº 991/83 de 03 de outubro de 1983**

**Ofício do Chefe de Gabinete Renato Pires da Silva Filho à Profª Dra.  
Iracema de Oliveira Moraes  
Sistema de Arquivos da UNICAMP (Siarq)**




Cidade Universitária "ZEFERINO VAZ"  
Campinas, 03 de outubro de 1983

Of. G.R. 991/83

Prof. Dra. IRACEMA DE OLIVEIRA MORAES  
DD. Diretora da FEAA

De ordem do Magnífico Reitor, tenho a satisfação de dirigir-me a Vossa Senhoria para solicitar, nos termos do que dispõe o parágrafo 1º do artigo 6º da Portaria G.R.268/83, o envio à Reitoria de lista triplice, a fim de que possa ser constituído o Grupo de Apoio Técnico do Centro de Convivência Infantil desta Universidade.

Agradecendo a atenção que a este dispense, reafirmo a Vossa Senhoria a Segurança do mais alto apreço.

  
RENATO PIRES DA SILVA FILHO  
Chefe de Gabinete

9.9. Ofício FE nº 254/83 de 08 de novembro de 1983

Ofício do Diretor Associado da Faculdade de Educação professor Pedro L. Goergan enviado ao Chefe de Gabinete Renato Pires da Silva Filho – Resposta ao Of. GR. 991/83

Ofícios expedidos em 1983 - Informações de Documentos do Arquivo Setorial da Faculdade de Educação - ASFE/UNICAMP


Campinas, 08 de novembro de 1983.

OF.FE Nº254/83  
PLG/ssc

Senhor Chefe de Gabinete

Em resposta ao Of. GR 991/83, informo a Vossa Senhoria que a Faculdade de Educação indica as Professoras ANA LUIZA BUSTAMANTE SMOLKA, ORLY ZUCATTO MANTOVANI DE ASSIS e REGINA ALCANTARA DE ASSIS, do Departamento de Psicologia Educacional, para participar do Grupo de Apoio Técnico do Centro de Convivência Infantil desta Universidade.

Ao ensejo, expresso a Vossa Senhoria os protestos de estima e respeito.

  
Prof. Dr. Pedro L. Goergan  
Diretor Associado  
Faculdade de Educação - UNICAMP

Ilmo. Senhor  
RENATO PIRES DA SILVA FILHO  
DD. Chefe de Gabinete  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS



## 9.10. Ata da 98ª Reunião do Conselho Departamental da Faculdade de Educação

Processos da FE - Informações de Documentos do Arquivo Setorial da Faculdade de Educação - ASFE/UNICAMP



### UNICAMP

ATA DA NONAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO DO CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNICAMP. Aos onze dias do mês de outubro de hum mil novecentos e oitenta e três, reuniu-se, com início às quatorze horas, o Conselho Interdepartamental da Faculdade de Educação, sob a presidência do Prof. Pedro L. Goergen, com a presença dos seguintes membros: José Dias Sobrinho, Sérgio Goldenberg, Maria Inês F.L. Vicentini, Hilário Fracalanza, Maria Lúcia R.D. Carvalho e Elizabeth de A. S.P. de Camargo representando o Prof. Roberto Romano da Silva. Estava presente também a Profa. Helena C.L. de Freitas. De início o Prof. Pedro L. Goergen fez algumas comunicações: 1) Reunião com o Reitor: a) remuneração de Chefia de Departamento; b) divergências quanto às novas normas da CEC. 2) Convênio com a Universidade de Passo Fundo: realização do Curso de Mestrado (Educação), ministrado por docentes da FE. Após longas discussões e reuniões com os Departamentos e com o Coordenador da CCPG, chegou-se à conclusão que não seria viável esse tipo de Convênio, pois seria um curso de nível inferior ao realizado na Ueicamp, devido ao tempo a ser dedicado e seria uma injustiça com os alunos da FE, que se deslocam de suas Unidades, seus Estados, para realizar cursos aqui na FE, além de estarem os docentes da FE sobrecarregados. 3) Todo curso a ser ministrado, em colaboração, por docentes da FE, deverá passar pelo Conselho Interdepartamental, mesmo a nível de informação. 4) Lista tríplice para que possa ser constituído o Grupo de Apoio Técnico do Centro de Convivência Infantil da Unicamp. Sugestão de apenas um nome: Ana Luíza B. Smolka. 5) OF. Circ. DGRH nº 024/83 - as informações acerca de processos ou expedientes em trânsito na DGRH só serão prestadas ao Assistente Técnico de Direção ou à pessoa formalmente credenciada. Foi indicada a Sra. Fátima Valle. Terminadas as comunicações, o Prof. Pedro Goergen passou à apreciação da pauta. I - HOMOLOGAÇÃO (expedientes já encaminhados "ad referendum" do CI). A) Relatório de Atividades (contrato já prorrogado por tempo indeterminado). 1) Joaquim B.F. Júnior - MS-3, RDIDP, reiterando o MS-4 (DEME). B) Prorrogação de Contrato por 730 dias. 1) Lucila S. Arouca - MS-2, RDIDP (DEME). 2) José Rober

Universidade Estadual de Campinas  
Caixa Postal 1170  
13100 Campinas SP Brasil

Telefone: PABX (0192) 39-1301  
Telex: (019) 1150

**9.11. Fotos das crianças do Centro de Convivência Infantil durante atividades - Gentilmente cedidas pela pedagoga Maria Aparecida Silva Zanini**



Festa de Aniversário - 1986



Atividade com Fantoques – 1988



Cantinhos - 1988





Ajudante do Dia - 1988



Leitura – 1988



Atividade com Massinha - 1988